

LT 158



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

A DIMENSÃO RETÓRICA NO DISCURSO DE SAMORA MACHEL

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Linguística da Universidade Eduardo Mondlane

Ivone Daniel Maquinasse

Maputo, 2006

LT-158

A Dimensão Retórica no Discurso de Samora Machel

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Linguística da Universidade Eduardo Mondlane por
Ivone Daniel Maquinasse

**Departamento de Letras Modernas
Faculdade de Letras e de Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane**

U.E.M. - F.L.C.S.	
R. E.	3.1760
DATA	16.8.2006
AQUISIÇÃO	Aberta
COTA	LI-158

Supervisor : Prof. Doutor Francisco Noa

Maputo, 2006

O Júri:			Data
O Presidente	O Supervisor ^o	O Oponente	
<i>Mmanuel Guimaraes</i>	<i>Francisco Noa</i>	<i>Almirante Gobo</i>	14 / 07 / 2006

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

Aos meus irmãos

Ao meu namorado

À minha sobrinha

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que usei.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a minha mais profunda gratidão vai para o meu Supervisor, Prof. Dr. Francisco Noa, pela orientação que me deu para a realização deste trabalho.

Quero também agradecer os professores do curso de Linguística, que me proporcionaram os instrumentos de entendimento e análise das questões que tratei neste estudo.

Aos meus pais, Daniel Maquinasse e Maria Mtucudzi, pela progenitura e sobretudo pela educação modesta que souberam me proporcionar, sem excluir os meus irmãos, Acamo, Alberto, Daniela.

À Presidência da República, à Senhora Graça Machel, ao Senhor Jorge Rebelo e ao Dr. Fernando Ganhão, vai a minha maior gratidão por me terem ajudado em todos os sentidos, desde a obtenção do material bibliográfico e outras informações e também pelo carinho que me proporcionaram. Aos meus colegas Mauro, Amélia, Lucrecia, David, Cláudia e a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, me ajudaram a chegar a esta etapa da minha vida. ◊

Por último, a minha gratidão vai ao meu namorado, Alberto Chirindza, e aos meus amigos Julinho, Márcia, Nenó, Jójó, Ângela e Maria Lúcia.

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO.....	3
0.1 Apresentação do Trabalho.....	3
0.2 Definição e Delimitação do Tema.....	3
0.3 Problema e Hipótese.....	5
0.4 Motivação, Objectivo e Importância do Estudo.....	5
CAPÍTULO I	
1. Samora Machel e a sua Época.....	6
CAPÍTULO II	
2. Introdução.....	8
2.1 Conceito de Retórica ao Longo dos Tempos.....	8
2.2 Origens e Desenvolvimento da Retórica.....	9
CAPÍTULO III	
3. A Dimensão Retórica no Discurso de Samora Machel.....	16
3.1 Análise Textual.....	17
3.1.1 Discurso Proferido em Comício na Província de Maputo.....	18
3.1.2 Discurso Proferido em Comício na Província da Zambézia.....	25
3.1.3 Discurso Proferido a Estudantes e Professores.....	31
3.1.4 Discurso Proferido a Militares e Polícias.....	36

CAPÍTULO IV

4. Conclusões e Recomendações.....44

5. Bibliografia.....46

Anexos

0. INTRODUÇÃO

0.1 Apresentação do Trabalho

O presente trabalho enquadra-se na área de Literatura e nele apresentamos o seguinte tema: “A Dimensão Retórica no Discurso de Samora Machel”.

Neste trabalho, pretendemos ver como é que ocorrem as configurações retóricas no discurso de Samora Machel e como é que ele conseguia ganhar a adesão do seu auditório.

Com vista a atingir este objectivo, para além desta primeira parte, em que apresentamos o trabalho, delimitamos e definimos o tema, expomos o problema e a hipótese, bem como a motivação e a importância do estudo.

A presente dissertação comporta mais quatro partes. No primeiro capítulo, apresentaremos a vida e a época de Samora Machel, em forma de biografia. O segundo capítulo ocupa-se da revisão bibliográfica e nele discute-se fundamentalmente o conceito de retórica ao longo dos tempos, as origens e desenvolvimento da retórica, baseando-se, para o efeito, nos estudos de Oswald Ducrot – Tzvetan Todorov (1978) e Chaim Perelman e sobretudo este último, considerado neo-aristotélico, a quem se atribui a responsabilidade pela actual reabilitação e renovação da retórica. Também discutiremos a distinção entre a retórica literária e argumentativa. No terceiro capítulo, analisaremos os discursos de Samora Machel, tendo em conta a retórica literária e argumentativa. Por último, no quarto capítulo, apresentamos as conclusões e as recomendações.

0.2 Definição e Delimitação do Tema

Samora Machel foi o primeiro Presidente de Moçambique independente, figura reconhecida com êxito nacional e internacional. Iremos cobrir o período 1975-1985, que é o

período logo após a Independência, e que é caracterizado por um discurso fortemente virado para a sustentabilidade dos ideais socialistas, do proletariado, das massas partidárias, ou seja, negando os valores da burguesia e do imperialismo. Por outro lado, devido à desestabilização interna e externa, o discurso político apelava para a unidade e vigilância, luta contra o colonialismo e luta contra o *apartheid*.

Interessa-nos realizar um estudo do discurso de Samora Machel, onde se evidencia a presença de elementos retóricos. Para o efeito, tivemos de reunir parte representativa dos textos, uma vez que S.M. foi um daqueles homens em relação aos quais não existe unanimidade. A diversidade da sua personalidade que se moldava à do seu auditório, a capacidade de encontrar o fio do discurso necessário desde o camponês ao intelectual, a intuição quase mágica sobre as mais diversas matérias colocavam-no à vontade em todos os ambientes.

Os discursos proferidos em comício e os discursos restritos (a estudantes, professores, militares, seguranças, etc.) são todos os momentos escaldantes do percurso de S.M. Assim, encontramos textos das seguintes colecções:

- a) Discursos proferidos em comício, pertencentes à colecção 'Unidade Nacional' número 3, de 19 de Junho de 1983, na Zambézia, pp. 1-52, e colecção 'Palavras de Ordem' número 32, de 11 de Maio de 1985, em Maputo, pp.1-31;
- b) Discursos proferidos para estudantes, professores e trabalhadores da educação da colecção 'Palavras de Ordem' número 8, de 15 de Março de 1977, em Maputo, pp. 1-50;
- c) Discursos proferidos a polícias, militares e seguranças da colecção 'Palavras de Ordem' número 22, de 5 de Novembro de 1981, em Maputo, pp. 1-55.

0.3 Problema e Hipótese

Como dissemos acima, a retórica está presente por meio de um discurso, em que se procura ganhar adesão do auditório apenas com o uso da argumentação. Este quadro levou-nos a formular o seguinte problema: **Como é que Samora Machel ganhava a adesão do seu auditório?**

Como ponto de partida da nossa investigação, levantamos a seguinte hipótese: **Samora Machel usa a retórica para ganhar a adesão do auditório recorrendo a meios de persuasão objectivos e subjectivos.**

0.4 Motivação, Importância e Contribuição do Estudo

Os discursos de Samora Machel são um verdadeiro exercício da retórica, no sentido mais profundo da argumentação. Ora, querer estudar os discursos de Samora Machel de modo a conhecê-los melhor sempre foi do nosso interesse. Por esta razão, optamos por investigar como é que ocorrem as configurações retóricas no discurso de Samora Machel.

Com vista a atingirmos o nosso objectivo, procuramos ver que elementos retóricos ele usa para ganhar a adesão do seu auditório. Quanto à importância, achamos o nosso estudo relevante na medida em que pretendemos que o mesmo contribua para o enriquecimento do quadro teórico referente ao discurso político em particular e à argumentação retórica em geral.

CAPÍTULO I

1. Samora Machel e a sua Época

Samora Machel é uma figura emblemática na história do nosso país.

Iremos apresentar uma nota biográfica: nasceu a 29 de Setembro de 1933 e faleceu a 19 de Outubro de 1986. Natural de Chilembene e oriundo de uma família pobre, Samora Machel é filho de Mandante Moisés Machel (ex- mineiro da África do Sul) e de Gugiyé Zimba.

Os seus avós paternos eram Malengani Machele (guerreiro oficial do Exército de Gaza) e de Khanyisani Manhique. E os seus avós maternos eram Matonga Dzimba (também guerreiro do Estado de Gaza) e Khetavahle Mparuke. Samora tinha doze irmãos.

Os seus pais pertenciam à religião protestante, o que levou S. M.¹ na altura em que estudava na missão católica a passar por humilhações e a ser baptizado para fazer o exame da quarta classe, que era o topo da carreira escolar para os africanos no sistema colonial². Estas duas formas tão violentas de alienação vão produzir no espírito de Samora Machel a rebeldia que o vai acompanhar durante a sua juventude. Contudo, Samora Machel lutou para concluir os seus estudos académicos. Por isso, escolheu a profissão de enfermeiro e trabalhou no hospital Miguel Bombarda (hoje hospital Central de Maputo).

Nos anos de 1959, S.M. já participava em alguns encontros políticos e vai guardar deles lembranças e motivações que vão fortalecer as suas convicções.

S.M. estava consciente de não aceitar humilhações, insultos e injustiças, e reage conforme, o que vai lhe valer muitos processos disciplinares e uma reputação de rebeldia que

¹ Usaremos a abreviatura S.M. sempre que fizermos referência ao Presidente Samora Machel.

² Informação adquirida numa conversa com o Dr. Fernando Ganhão.

vai cair nos ficheiros da PIDE. E em Março de 1963, S.M. deixa o país, para continuar os seus estudos e receber treino militar.

De acordo com Liesengang, em *Samora Homem do Povo* de António Sopa (2001: 28): “A experiência de opressão dos protestantes e as reuniões sob certa tensão ou clandestinidade eram uma experiência política da juventude de Samora Machel.”

Eduardo Mondlane foi uma celebridade por ter sido um dos primeiros negros do Sul de Moçambique a ter obtido o grau universitário. Ele promovia encontros, em que explicava que eram necessários protestos ao regime colonial, perceptíveis do exterior. Em 1963, S.M. chega a Argélia para receber o treino militar, torna-se um revolucionário que se dedicava também a tentar mudar radicalmente a sociedade.

Em 1965, dirige o desencadeamento da luta armada no sector oriental de Niassa. Em 1966, foi designado secretário do Departamento de Defesa.

Com a morte de Eduardo Mondlane em 1969, Samora Machel ascendeu à liderança da Frelimo. No mesmo ano, Samora Machel casa com a militante e heroína Josina Machel.

Em Maio de 1970, a IV Sessão do Comité Central elege-o Presidente da Frelimo.

A partir de 1972, Samora dividia grande parte do seu tempo entre visitas à frente de combate e aos países socialistas africanos³. A 24 de Maio de 1975, S.M. chega a Mueda para dar início à histórica viagem triunfal do Rovuma ao Maputo.

Na noite do dia 24 de Junho proclama a independência total de Moçambique e a sua constituição em República Popular de Moçambique. Enquanto primeiro Presidente, Samora Machel advogou a construção de uma sociedade e de estado baseados nos princípios marxistas. Samora Machel foi pai de oito filhos.

³ Informação adquirida de uma conversa com o Senhor Jorge Rebelo

CAPÍTULO II

2. Introdução

O presente trabalho centrar-se-á, como dissemos no capítulo anterior, na análise do discurso de Samora Machel, procurando mostrar a dimensão retórica neste tipo de textos.

Deste modo, torna-se imprescindível apresentarmos, antes de mais, o conceito de retórica ao longo do tempo, bem como o enquadramento histórico sobre as origens e o desenvolvimento da retórica. Neste capítulo, apresentaremos ainda os conceitos de retórica literária e argumentativa, uma vez que se cruzam neste estudo.

2.1 Definições da Retórica ao Longo dos Tempos

A retórica ao longo da história recebeu uma multiplicidade de definições, conforme a visão de alguns estudiosos que lhe dedicaram a sua atenção.

Michel Meyer (1994:34), num estudo inserido em *Retórica e Comunicação*, de Manuel Maria Carrilho (1994), afirma o seguinte:

A retórica é a arte de falar do que levanta problemas nos assuntos civis, de forma a persuadir [...] arte de bem falar, de demonstrar eloquência diante de um público para o conquistar para a nossa causa. Isto aplica-se desde a persuasão à vontade de agradar: [...] O carácter argumentativo está presente desde o início, justificamos com argumentos, mas o adversário faz a mesma coisa. Neste caso, a retórica não se distingue em nada da argumentação. [...]. O objecto desta teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar a adesão dos espíritos às teses apresentadas ao seu assentimento.

Esta visão remete-nos logo *a priori* a que a retórica é a arte da persuasão. Contudo, é importante referir que quando se fala em persuasão, deve-se ter em conta a adesão, que, de uma forma geral, há uma resposta do auditório.

Entretanto, e ainda de acordo com Meyer (1994: 35):

A evolução histórica não foi branda com o aspecto argumentativo da retórica. Devemos reconhecer que as monarquias feudais e os impérios, cristãos ou outros, não eram lugares propícios para a discussão livre. [...]. No fim do trajecto, ela aparece como que anteriormente dilacerada, em uma teoria das figuras de estilo e uma teoria dos conflitos ou argumentação propriamente dita cara do Direito e ao duelo oratório.

Contudo, na definição de retórica não se pode contornar uma das suas componentes mais importantes, o auditório, assim como outras disciplinas que dela se ocuparam, tais como a Sociologia e Psicologia, o que demonstra que a interdisciplinaridade participa de uma realização.

2.2 Origens e Desenvolvimento da Retórica

Etimologicamente, o termo 'retórica' provém da *rhetorica* e *rether*, termos de origem grega, tendo mais tarde passado para o latim, Spang (1979). A palavra 'retórica' surge identificada com a oratória e com a eloquência, isto é, a arte de bem falar.

Do ponto de vista histórico, a história da retórica estende-se a toda a cultura ocidental.

De acordo com Ducrot & Todorov (1977:99), "... como disciplina específica é o primeiro testemunho, na tradição ocidental, duma reflexão sobre a linguagem.

Encontramos a retórica, pela primeira vez, na Sicília, no século V a.C.. Segundo a lenda, Hiéron, tirano de Siracusa, teria proibido aos seus súbditos o uso da fala.

Conscientes, assim, da importância da mesma (fala), os sicilianos Córax e Tísias teriam criado a retórica, iniciando deste modo o estudo da linguagem não enquanto "língua" mas enquanto "discurso".

A retórica vem a ganhar uma enorme importância na democracia ateniense, em que o saber falar, para persuadir e convencer, se torna essencial: nos tribunais, nas assembleias políticas, nas praças públicas, nos encontros sociais. A retórica assume, assim, no seu início, "um carácter pragmático: convencer o interlocutor da justeza da sua causa" (Ducrot e Todorov 1978:99).

A retórica vai ter como principais representantes os Sofistas, que se intitulam mestres da retórica.

De "técnica de persuasão", a retórica procura transformar-se, com Aristóteles (que lhe dedica três dos seus livros), em "ciência". Isto é, num corpo de conhecimentos, categorias e regras que, para quem quisesse falar bem e convencer, devia aplicar no discurso.

Segundo Aristóteles (de cuja concepção indicaremos apenas algumas linhas essenciais), a retórica visa descobrir os meios que, relativamente a qualquer argumento, podem levar à persuasão de um determinado auditório; o seu objecto é o "verosímil" ou "provável" (tendo, portanto, uma natureza dialéctica, distinguindo-se da demonstração ou analítica, que trata do "necessário" e "verdadeiro").

Aristóteles deu um impulso poderoso e decisivo para a clarificação conceptual e para o desenvolvimento da retórica.

Ele rejeitou a atitude negativa do Platão com a admissão da utilidade e da necessidade da retórica. Defendeu a ideia de que a retórica não devia ser uma disciplina isolada, mas que, para ser eficaz, devia articular com outras disciplinas como Lógica, Filosofia, Dialéctica e Poética. Defendeu ainda a interpenetração entre o argumento e o estilo num grau maior muito mais rigoroso. Fez, também, a primeira grande sistematização da retórica tendo em conta o orador, o público e o discurso.

Por outro lado, Aristóteles identificou os meios de persuasão como objectivos (intelectuais, racionais e lógicos, destacando-se, neste caso, o silogismo e a entimema) e subjectivos (emotivos e éticos e que tem a ver, muitas vezes, com a condução de massas).

Finalmente, Aristóteles distinguiu três géneros fundamentais, ou seja, três tipos de discursos retóricos:

- a) o deliberativo ou político (que se volta para o futuro, procurando persuadir em relação a algo a fazer, sendo típico das assembleias políticas);
- b) o judicial (que se volta para o passado, procurando acusar ou defender em relação a actos mostrados como justos ou injustos, e é típico dos tribunais);
- c) e o epidíctico ou laudatório (que se volta para o presente e procura louvar ou condenar actos contemporâneos).

Aristóteles fez também a estruturação do discurso, e foram cinco as etapas definidas para a preparação e concretização do discurso, nomeadamente:

- a) invenção (sujeitos, argumentos, lugares, técnicas de persuasão e de amplificação);
- b) disposição (onde o orador ordena o que se encontrou);
- c) elocução (escolha da disposição das palavras na frase, organização em pormenor);
- d) memória (onde se recorre à memotecnia, ou seja, o orador tem todo o discurso memorizado);
- e) acção (o orador representa o discurso como um actor, recorrendo à dicção e à mímica).

E através da disposição instituiu-se a estrutura por partes do discurso retórico:

- a) exórdio (onde o orador introduz o tema, ganhando a atenção do auditório);
- b) narração (que é uma breve explicação do assunto, respeitando os tópicos (quem, o quê, onde, quando, com o quê, porquê e como);
- c) argumentação (é o ponto de vista do orador em relação à informação dada na narração);

d) peroração (é a parte final do discurso em que o orador faz a síntese da argumentação e uma petição à colocação, compaixão, indignação, sentido de justiça).

As retóricas gregas e romana vão manter, em traços gerais, estas linhas da retórica de Aristóteles. Posteriormente e num processo que se arrasta até ao século XIX (século que marca o seu desaparecimento enquanto disciplina escolar), a retórica vai perdendo influência e reduzindo o seu campo, sofrendo as seguintes modificações: perde o seu objectivo pragmático imediato, deixando de ensinar como persuadir para passar a ensinar como fazer "belos discursos"; desinteressa-se dos três géneros retóricos (judicial deliberativo e epidíctico) referidos anteriormente, para passar a ocupar-se cada vez mais do género literário; deixa de integrar, numa primeira fase, a argumentação e a memória, depois a invenção e ainda mais tarde a disposição, para ficar reduzida à elocução ou "arte do estilo", limitando-se as obras de retórica, nos séculos XVIII e XIX, ao tratamento das "figuras".

Com o desaparecimento da retórica, são a estilística, a análise do discurso e a linguística que herdaram, dando-lhe uma nova forma, as problemáticas que tinham constituído o objecto daquela disciplina. A perda da importância da retórica inicia-se a partir dos finais do século XVI, e deve-se, segundo Perelman (1993: 26), à ascensão do pensamento burguês, assente no critério da evidência, seja a evidência pessoal do protestantismo, seja a evidência racional do cartesianismo, ou seja, ainda a evidência sensível do empirismo.

Nesse processo, o racionalismo de Descartes marca, segundo Perelman, um momento essencial: ao levantar a evidência (matemática) em critério de verdade, propondo a extensão, a todo o saber, do método (e da linguagem) das matemáticas, Descartes exclui a

argumentação do campo do saber em geral e da filosofia em particular: o que é "evidente" só pode "demonstrar-se".

Tendo a retórica passado por diferentes estágios, volta-se hoje a falar da retórica com os atributos subsidiados pelo pensamento aristotélico devido à dedicação dos estudiosos, ao longo do século XX. Este século é marcado como o espírito de rejeição dos males da retórica.

Daí falar-se em Nova Retórica, em que Perelman é considerado um neo-aristotélico, responsável pela reabilitação e renovação da retórica. Perelman sugere a releitura dos textos de Aristóteles, porque neles reside o estigma do relançamento da retórica.

Aristóteles foi "o fundador dos êxitos e da dignidade lógica da retórica", acrescenta Barilli (1979: 137).

Foi importante também para o florescimento da retórica o ambiente ou esfera pertinente para o seu exercício, através da presença da argumentação, do orador e do seu auditório. Perelman (1993:29), afirma que:

Como o fim de uma argumentação não é deduzir sequência de certas premissas, mas comover ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento, ela não se desenvolve nunca num vazio. Pressupõe, com efeito, um contacto de espíritos entre o orador e o seu auditório: é preciso que o discurso seja escutado, um livro seja lido, pois, sem isso, a sua acção seria nula.

Daí a necessidade de evidenciar no discurso de Samora Machel a existência de elementos retóricos, usados para ganhar adesão intelectual do seu auditório.

Feita a apresentação, bem como a apreciação da origem e desenvolvimento da retórica, julgamos importante introduzir alguns instrumentos como o conceito de retórica literária e argumentativa, que vamos usar na análise textual dos discursos de S.M.

É sensível a proximidade entre a retórica concebida como arte de bem falar (arte oratória) e a retórica literária onde a forma tem um papel determinante.

O prazer da linguagem, o encontro estético, cai no interior da retórica.

Deste modo, a retórica literária encontra-se profundamente associada à criação literária e joga com ornamentos textuais, ou seja, tem a ver com figuras de estilo. Enquanto que argumentação retórica é traduzida na argumentação a um raciocínio cuja finalidade é persuadir. O conceito de persuasão remete-nos para adesão e, de forma geral, para a resposta do auditório. Esta pode nascer dos efeitos de estilo, que tanto produz sentimentos de prazer como de adesão. A argumentação é um instrumento de paz, lucidez, cultura e de inteligência.

Para que a argumentação retórica se possa desenvolver é necessário que o orador valorize a adesão do outro e aquele que fala obtenha atenção daqueles a quem se dirige.

A correcção linguística, a coerência das ideias e a clareza são factores essenciais para que uma argumentação seja bem sucedida, uma vez que argumentar é um exercício de expressão e sabedoria.

As tradicionais figuras de estilo (metáfora, ironia, anáfora, personificação, paralelismo, comparação, etc.) só têm valor argumentativo quando contribuem para a adesão ou para a sua intensificação; de outro modo, passam de simples ornamentos, ineficazes como meio de persuasão. Por outro lado, existem várias estratégias de intervenção que podem dar peso à argumentação do orador, que são:

- *expressão de emoção*, tem a ver com o modo de aprovação ou de crítica que podem ser intensificados com o peso da autoridade do orador;
- *apelos*, através dos quais o orador solicita ou requer o apoio do público, é uma técnica que procura mobilizar modos primitivos de interdependência social;
- *argumento de autoridade*, em que pode ser usado de duas formas: primeiro para reforçar a posição do orador e o segundo para desqualificar o argumento do adversário;

- *fórmula* é o caso do argumento de autoridade que se traduz numa expressão breve: provérbio, máxima, slogan, etc.;
- *analogia* consiste no estabelecimento de uma relação a partir de uma satisfação semelhante para clarificar o caso;
- *presença* tem a ver com a capacidade que o orador tem em tornar determinados acontecimentos presentes na nossa consciência, que sem a sua intervenção seriam negligenciados.

Iremos a seguir encerrar o presente capítulo procurando mostrar sob que perspectivas foi tomado o conceito de retórica, depois de percorridas algumas perspectivas teóricas sobre o tipo de realidades associadas a este conceito.

Tomando em conta a reflexão que procuramos fazer sobre este conceito de retórica ao longo deste capítulo, podemos dizer que ele está relacionado com a retórica literária e argumentativa. Importa-nos mostrar que podemos encontrar múltiplos e variados elementos retóricos no discurso de Samora Machel.

CAPÍTULO III

3. Dimensão Retórica no Discurso de Samora Machel

O estilo de Samora Machel é facilmente identificado pelo seu poder persuasivo e argumentativo que demonstra a sua frontalidade, a capacidade de promover ou aumentar a adesão de um auditório às teses que defende. S.M., como orador, estabelece um contacto de espíritos com o seu auditório, num estilo dotado de vivacidade, por vezes de humorismo, com muita energia e entusiasmo. Muitas vezes, num comício, punha de lado o discurso que estava preparado para o efeito, improvisando e auscultando as reacções do auditório. Falava representando como num palco o seu papel de chefe carismático. S.M. possuía uma capacidade de manter o seu auditório, dialogando, cantando, levando-o aderir ao seu pensamento.

S.M. deixa nítido no seu discurso aquilo que Meyer (1994: 31), citando Quintiliano, num estudo inserido em *Retórica e Comunicação*, conceptualiza de seguinte forma:

A retórica é a arte de falar do que levanta problemas nos assuntos civis de forma a persuadir [...] arte de bem falar, de demonstrar a eloquência diante de um público para a nossa causa. Isto aplica-se desde a persuasão à vontade de agradar: tudo depende precisamente da causa, do que está em causa, do problema que motiva alguém a distinguir-se a outrem. O carácter argumentativo está presente desde o início: justificamos uma tese com argumentos, mas o adversário faz a mesma coisa.

S.M. tinha a virtude de deixar que o seu auditório o interpelasse também, pois estava ciente de que estava envolvido num processo interactivo.

S.M. abordou os assuntos da sociedade da sua época em vários quadrantes temáticos e analíticos que, no presente trabalho, servirão de critério selectivo de análise. Assim, distribuiremos a nossa análise nos seguintes temas:

- a) discursos proferidos em comício na cidade de Maputo;
- b) discursos proferidos em comício na cidade da Zambézia;

- c) discursos proferidos para estudantes, professores e trabalhadores da educação;
- d) discursos proferidos para militares, polícias e seguranças.

A escolha dos temas acima deveu-se ao facto dos discursos proferidos em comício serem discursos abertos, dirigidos ao povo.

S.M. considerava o povo mais abrangente, como meio através do qual atingiria a camada mais básica que determinava, na sua óptica, a essência do Poder Popular. S.M. usava uma linguagem mais directa e interagiu através de várias formas de comunicar, através do assobio, canto, gestos, estilos, etc..

Em relação ao discurso proferido aos professores, trata-se de uma intervenção em que S.M. tinha a postura de um educador, preocupado com que as pessoas compreendessem o porquê de determinadas situações e devia agir em determinadas direcções.

E, por último, escolhemos o discurso proferido a militares, polícias e seguranças, porque S.M. queria transmitir-lhes a confiança de serem o garante da estabilidade, tranquilidade e paz no país. S.M. usava uma linguagem mais disciplinada e de autoridade para mostrar a responsabilidade dos mesmos.

3.1 Análise Textual

Como foi referido no capítulo anterior, Aristóteles distinguiu três tipos de género fundamentais, nomeadamente: o deliberativo, o judicial e o epidíctico.

Sendo o discurso de S.M. um discurso político, o género patente será o deliberativo, em que o domínio textual é exortação ou aviso; as emoções são de medo ou esperança; e a referência temporal está virada para o futuro.

Para que o orador consiga persuadir o seu auditório necessita dispor os seus argumentos de forma clara, coerente e sequencial. O problema genérico de amplitude do discurso (oral ou escrito) repercute imediatamente no espaço que se concederá à exposição dos elementos iniciais, na escolha destes e no modo como serão apresentados aos ouvintes.

Quem pronuncia um discurso usando a persuasão deve organizar bem o seu tempo e a atenção dos ouvintes; é normal que se conceda a cada parte da sua exposição um espaço proporcional à importância que gostaria de ver atribuída na consciência dos que escutam.

3.1.1 Discurso Proferido em Comício na Cidade de Maputo

O discurso *A Pátria Ameaçada Chama Por Nós* foi proferido no dia 11 de Maio de 1985, na Praça da Independência, na cidade de Maputo, onde S.M faz o apelo à toda a nação moçambicana, e em particular à juventude moçambicana à combater os bandidos armados, sacrificando tudo o que for preciso, criando deste modo condições para que o povo possa viver em paz, construindo a prosperidade que tanto deseja alcançar. Fê-lo com uma eloquência claramente tendente a fazer partilhar a sua opinião e a sua maneira de pensar em relação à então situação do país.

Sendo um discurso político, encontramos presente o género deliberativo, cujo domínio temático é de ganhar adesão do povo moçambicano, particularmente os jovens, para o combate dos bandidos armados, em defesa da Pátria, para que o povo possa viver em paz.

Temos como exemplo:

Então temos, que lutar, lutar arduamente. Temos que responder ao apelo da pátria .

Quando a pátria esta em guerra, temos que dar prioridade à guerra. Se é necessário, para acabar a guerra rapidamente, que se fechem locais de trabalho, que se fechem escolas e universidades, vamos faze-lo.

Em situação de guerra, não existe Serviço Militar Obrigatório. Existe apenas chamamento da Pátria.(p.29)

Em relação à função textual, o orador faz uma exortação à juventude moçambicana a engajar-se na defesa da Pátria. Para exemplificar, temos o seguinte trecho:

“Através da juventude da cidade de Maputo aqui reunida, o partido Frelimo, em nome da Pátria, apela à toda a juventude moçambicana a engajar-se na defesa da Pátria, na conquista da paz.” (p. 29)

No que diz respeito a emoções suscitadas, temos a esperança, uma vez que se conseguirem eliminar os bandidos armados, estarão criadas condições para que o povo possa viver em paz e construir a prosperidade que tanto se deseja, que é impedida pela acção criminosa e destruidora dos B.A.

Nesta guerra pela liquidação total dos bandidos armados estamos seguros da vitória:

- Porquê o inimigo esta claramente definido;
- porque a nossa estratégia esta correctamente traçada;
- e é o povo, a força principal que, de armas na mão , garante a defesa da Pátria. (p. 27)

A referência temporal está virada para o futuro, onde o orador fala do papel dos jovens no futuro. Temos como exemplo:

Dos jovens, hoje engajados nas várias frentes de combate, brotarão os futuros dirigentes do nosso Partido e do nosso Estado,

- dirigentes com profundas raízes, mergulhadas permanentemente no povo;
 - dirigentes sólidos como o embondeiro que irrompe da terra e que nenhum vento consegue derrubar;
 - dirigentes forjados e temperados no calor da luta, dirigentes produzidos e formados pela própria luta.
- (p.30)

No que diz respeito à estrutura do discurso retórico temos:

Exórdio

O Presidente Samora explica os motivos que levaram à realização do presente comício. Primeiro, começa por saudar a juventude pelo seu 10º aniversário; fala do papel da juventude no passado.

Em segundo lugar explica ao auditório, que a realização do comício esta relacionado com o encerramento da Semana da Juventude.

Por último fala do papel decisivo dos jovens na criação da FRELIMO. Temos como exemplo:

Camaradas membros do Bureau Político do Comité Central do Partido Frelimo,
Camaradas...moçambicanos

Estamos aqui, na praça da independência, para participarmos nesta festa do encerramento da semana da juventude.

Esta semana da juventude que faz parte das celebrações do 10º Aniversário da nossa Independência Nacional.

Porquê uma semana da juventude?

A direcção do partido Frelimo decidiu fazer esta semana, em primeiro lugar, para saudar o papel fundamental...povo moçambicano.

Saudamos a juventude porque, quando nos organizamos... o papel decisivo.

Foi determinante a sua acção na criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). (pp.9-10)

É no Exórdio em que o orador se concilia com o auditório, estimulando a sua atenção e faz com que ele se disponha a ouvir.

Narração

Na Narração, o orador conta um pouco sobre o desempenho dos jovens moçambicanos durante a Luta de Libertação Nacional até à conquista da Independência Nacional. Temos como exemplo:

Os jovens foram capazes de romper com o tribalismo, regionalismo e o racismo.

Eles foram os primeiros a assumir a grandeza da nossa Pátria a libertar, o valor da unidade nacional.

[...]

Foi com esta juventude combatente, corajosa, determinada que o povo moçambicano conquistou a independência total e completa da República Popular de Moçambique. (pp.10-11)

Nesta parte do discurso, o orador faz uma exposição breve e clara dos factos, para que o auditório possa entender que se trata de um assunto relevante.

Argumentação

No decorrer do discurso, o Presidente S.M. apresenta argumentos pelos quais ele articula o seu discurso para provar e convencer o seu auditório.

Em primeiro lugar, o orador procura provar, através das evidências, que a Pátria chama pelos jovens que desempenharam um papel importante durante a Luta de Libertação até à independência através de um apelo “a engajar-se na defesa da Pátria” e na “conquista da paz.” Assim, em primeiro lugar, o Presidente Samora argumenta para provar que os jovens desempenharam um papel preponderante durante a Luta de Libertação Nacional até à conquista da Independência Nacional. Vejamos a seguir as passagens textuais que ilustram essa situação:

Esta vitória foi consolidada e aprofundada com a nacionalização:

- da saúde,
- do ensino,
- da justiça,
- da terra,
- da habitação,
- e de outros sectores fundamentais da indústria, das finanças e da economia.

Colocamos esses sectores, que antes eram fontes de exploração e discriminação, ao serviço do povo.

A educação, a saúde, a justiça tornaram-se acessíveis a todos e são praticamente gratuitas no nosso Estado Popular.

[...]

Mas quem garantiu o sucesso destas conquistas, a defesa e a consolidação das nacionalizações foram os jovens, foram vocês. Obrigado, jovens!
(Aplausos)

[...]

Hoje, como no passado, é a juventude que suporta os maiores sacrifícios na defesa da Pátria e da Revolução.

São jovens que se encontram na frente da batalha, nas FPLM, nas Milícias. Eles penetram nas florestas, sobem montanhas, atravessam rios e lagos, para combater os bandidos armados.

[...]

Os jovens de hoje são os continuadores das tradições gloriosas da juventude do 25 de Setembro de 1964. (pp. 11-15)

Para convencer os jovens à defesa da Pátria, vejamos a seguir o extracto textual que se segue:

O Partido e o Estado vivem intensamente os problemas da nossa juventude, porque depositam nela toda a esperança do progresso, da felicidade, do bem-estar da nação moçambicana. Porque a juventude é o futuro da nação, é a seiva da Nação, é contra ela, sobretudo, que age o imperialismo, e os seus agentes.

A nossa Pátria, meus jovens, está ameaçada.

A Pátria é qualquer coisa de concreto, não é uma coisa abstracta.

[...]

Nesta guerra pela liquidação dos bandidos armados estamos seguros da vitória:

- porque o inimigo está definido;
- porque a nossa estratégia está correctamente traçada;
- e é o povo, a força principal que, de armas na mão, garante a defesa da Pátria.

[...]
Em situação de guerra, não existe Serviço Militar Obrigatório. Existe um chamamento da Pátria. (pp. 15-29)

No presente discurso, encontramos algumas estratégias usadas pelo orador para intensificar a sua argumentação, contribuindo assim para o ganho da adesão do seu auditório.

Uma das estratégias usadas no presente discurso é o uso do recurso estilístico, nomeadamente:

- Metáfora

“A Pátria é um corpo que vive em cada um de nós”.

“A Pátria é a nossa casa, a nossa família, a nossa machamba, a nossa fábrica, a nossa empresa.”

A metáfora é usada aqui para reforçar que a Pátria é nosso lar, que chama por todos os moçambicanos a defender a Pátria do inimigo.

- Comparação:

“São assassinos, bandoleiros, ladrões, destruidores. São como uma praga de gafanhotos que a machamba devorão fruto do nosso trabalho”.

O orador faz uma comparação entre os malfeitores e a praga de gafanhotos que devoram tudo que o povo produz.

- Anáfora

“Jovens do Sul e do Centro que deixaram as famílias e foram trabalhar para o Norte”.

“Jovens do Norte e Centro que abandonaram os seus lares e vieram para o sul”.

“Jovens do Norte que e do Sul que foram para o Centro do país”

O orador repete a palavra “jovens” no início de cada frase, como forma de intensificar a adesão do seu auditório em relação ao papel que os jovens desempenharam na luta armada.

- Personificação:

“A Pátria chama por nós”.

O Presidente Samora Machel representa a ‘Pátria’ sob forma de pessoa, que faz um chamamento a todos os moçambicanos à defesa da Pátria.

A outra estratégia usada para intensificar a argumentação do orador é a forma de intervenção usada pelo orador para dar peso aos seus argumentos, nomeadamente:

- a) **Expressão de emoção**, em que o orador aprova o papel dos jovens durante a Luta de Libertação Nacional. Para elucidar, temos como exemplo:

Jovens souberam enfrentar e vencer o obscurantismo, a superstição e o analfabetismo. Admiramos e respeitamos estes jovens. Ficarão para sempre na nossa História, na História do povo moçambicano. (p. 13)

Também faz uma crítica à acção destruidora dos bandidos armados. Para exemplificar temos:

Os bandidos armados destroem as nossas escolas, raptam e violam as nossas alunas, raptam e assassinam os nossos alunos e professores. (p.19)

b) Apelos

O carácter do auditório é importante na argumentação retórica. A opinião que o auditório tem do orador joga um papel primordial, ainda que não intervenha.

Samora Machel, durante o seu discurso, pedia o apoio do auditório, procurando mobilizar modos primitivos de interdependência social. Temos como exemplo:

“Sabem ou não sabem que isso é verdade? (<<Sim>> – responde a multidão)” (p.12)

É impossível a argumentação retórica escapar à interacção com a opinião que o auditório tem.

c) Analogia

O Presidente Samora exemplificou a partir duma situação semelhante, para poder clarificar os problemas dentro do contexto moçambicano. Temos como exemplo:

Há países independentes em que só os filhos dos ricos podem entrar nas escolas secundárias e universidades. Há países independentes em que o filho do operário, o filho do camponês só pode aspirar, quando muito, ao ensino primário.

Sabem ou não sabem que isso é verdade?

(<<Sim>>- respondeu a multidão)

Por isso, as nacionalizações não são resultado directo da nossa independência.

As nacionalizações são resultado de grandes lutas revolucionárias do nosso povo; são resultado da política do Partido .Frelimo. (p.12)

O orador mostra que há países independentes em que só filhos dos ricos podiam frequentar as universidades ao contrário dos filhos dos pobres que só podiam fazer o ensino primário. E explica que com as nacionalizações, todo o moçambicano terá os mesmos direitos.

- Peroração

O orador faz uma recapitulação dos argumentos. Temos como exemplo:

Assim fez a geração que conquistou a independência da nossa Pátria moçambicana. Abandonou empregos e estudos, pais, noivas, e entregou-se à Pátria.

Assim o fez a geração que defendeu Moçambique contra as agressões rodesianas. Através da juventude da cidade de Maputo aqui reunida, o Partido Frelimo, em nome da Pátria, apela toda a juventude moçambicana a engajar-se na defesa da Pátria, na conquista da paz. (p. 29)

Por último, dirige-se ao auditório lembrando, mais uma vez, o papel dos jovens no futuro:

Hoje o nosso lema continua a ser <<Estudar, Combater, Produzir>>.

O que queremos dos jovens?

É nas várias frentes de combate que se vão forjar os nossos jovens. Destes jovens sairão mais oficiais brilhantes para a nossa segurança.

[...]

Saudamos a OJM pelo esforço que realiza para transformar a juventude Moçambicana no grande viveiro da Pátria.

Sairemos vitoriosos.

Vemos nos vossos rostos a certeza da vitória. (pp. 30 a 32)

3.1.2 Discurso Proferido em Comício na Província da Zambézia

O discurso *A Nossa Força Está na Unidade* foi proferido pelo Presidente Samora à população da Zambézia, no dia 19 de Junho de 1983, onde fez a apresentação do novo dirigente político da Frelimo Mário da Graça Machungo. E aproveitou também para falar de alguns problemas como: o problema de unidade nacional, a luta contra os bandidos armados e o combate à fome.

O Presidente inicia o discurso num estilo epidíctico, elogiando o povo Zambeziano pela boa recepção. Temos como exemplo:

“Obrigado, população da província da Zambézia! Obrigado pelo vosso entusiasmo contagiante, que nos transmite a confiança, que manifesta a esperança que trazem no olhar de cada um de vós.” (p.5)

O género patente é o deliberativo, cuja função textual é exortar o povo zambeziano no combate aos problemas da actualidade, como a questão de unidade nacional, luta contra os bandidos e a questão da fome. Para elucidar o que acabamos de dizer acima, temos:

A vossa presença, a vossa participação em massa neste acto exprime a vontade e a determinação popular em assumir o poder para juntos enfrentarmos os problemas que temos de resolver.

São os problemas dos bandidos armados, e não armados, é o problema da fome, da carência dos produtos, da nudez, da ignorância, ... e do analfabetismo. Temos de resolver estes problemas em conjunto e combater aquela doença perigosa contagiosa, que geralmente ataca os fracos que é o tribalismo. (p.7)

Em relação ao domínio temático, trata-se de ganhar o povo zambeziano na luta contra os B.A. e na luta pela unidade nacional. Temos como exemplo:

A vitória contra o bandido armado está connosco. Se organizarmos e mobilizarmos o povo, se definirmos correctamente a missão principal, sairemos vitoriosos. (p.45)

No que diz respeito às emoções suscitadas, é de esperança de acabar com os B.A., para que a vida dos moçambicanos melhore. Temos como exemplo:

“O bandido armado vai ser escoraçado para melhor produzirmos, para melhor comercializarmos, para melhor abastecermos o povo e assim melhorar a nossa vida.”(p.45).

O domínio temporal está à volta do futuro, em que o orador refere que é necessário eliminar os problemas da actualidade, para que o país possa se desenvolver no futuro. Para exemplificar temos:

[...] Quando vencermos os B.A, estaremos mais unidos do que nunca, estaremos mais claros do que nunca sobre o perigo, racismo, do tribalismo e do regionalismo.

Seremos, nessa altura, combatentes consequentes, intransigentes pela consolidação da Independência e da igualdade, pelo bem-estar, pela prosperidade, pela felicidade. Nessa altura, teremos liquidado o tribalismo, teremos morto a tribo e a nação moçambicana nascerá forte. (p.45)

No presente discurso, encontramos as seguintes estruturas do discurso retórico:

- Exórdio

Presidente inicia o discurso, explicando os objectivos da visita na província da Zambézia:

No quadro da materialização das decisões do IV Congresso do nosso Partido, viemos à Zambézia para fazer entrega da direcção da província a um membro do Bureau político, para cumprimento da decisão de reforçar a direcção de garantir o exercício efectivo do nosso poder, o poder dos operários e camponeses.

O membro do Bureau Político vem para a Zambézia para implementar a consolidação da unidade nacional em cada parcela do nosso território, eliminar os bandidos armados que destroem a vida do nosso povo, semeou luto no povo e atrasam o desenvolvimento económico, social, cultural, técnico-científico no nosso País. Esta decisão enquadra-se também na tarefa de vencermos a fome, a nudez, a pobreza, a miséria, em síntese, de vencermos o subdesenvolvimento. É por isso que realizamos esta cerimónia solene na cidade da Zambézia, capital desta província.

(p.6)

Esta é a parte do discurso que prepara o auditório para o discurso. O orador procura estimular a atenção do auditório e faz com que ele se disponha a ouvir.

- Narração

Na narração, o orador explica os motivos da realização da cerimónia, o porquê da realização em público, uma vez que este tipo de cerimónia se realiza em salões de luxo.

Este acto de entrega do poder a materialização do compromisso perante o IV Congresso do partido e perante o povo moçambicano, aqui representado pela população da cidade de Quelimane
Não 'e normal efectuar uma cerimonia como esta em publico.

[...]

Em conjunto vamos encontrar soluções. Todos nós – homens, mulheres, velhos e crianças - vamos encontrar tratamento de choque para liquidação desta doença: o tribalismo, o regionalismo, o racismo e o elitismo que existe entre nós. (p.7)

- Argumentação

A nossa força está na unidade é a tese apresentada pelo Presidente Samora Machel.

No decorrer do discurso, o orador apresenta comprovações que ele apresenta no seu discurso para provar a sua tese e torná-la convincente. Fala dos bandidos armados, que fomentam roubos, assassinatos, violações, etc., que são perpetrados por alguns desertores da Frelimo que são responsáveis dos bandidos armados. Temos como exemplo:

Os bandidos armados não têm força. São bandidos: é um criminoso que roubou uma arma, é um assassino, é um ladrão, é m marginal, é um pide, é um drogado.

Entenderam? (<<Sim>>)

Nós sabemos que a população da Zambézia está preocupada com as acções dos bandidos armados, que:

- Violam as nossas mães;
- raptam, assassinam as mulheres;

[...]

Esta acção de deserção, coordenada e dirigida pela PIDE, tinha como objectivos:
- a partir de Malawi, raptar populações e assassiná-las e atribuir estes actos criminosos à Frelimo; raptavam populações de Milange, Tacuane, Morrumbala;

- Assaltar lojas e outros estabelecimentos e atribuir estes actos criminosos à FRELIMO.

[...]

O preto que se considera superior ao branco porque este... <<cabeça de galinha>>. É também agente do inimigo. (pp.25 á 34)

Deste modo, provou que os B.A. praticam distúrbios de vária ordem, como, por exemplo: matar, roubar, raptar, violar, etc..

E para provar ao auditório a sua tese inicial, o orador usou os seguintes argumentos:

A nossa luta está na unidade nacional. A nossa força está essencialmente na luta sem tréguas contra o tribalismo, o regionalismo e o racismo.

Somos iguais. Lutamos pela igualdade dos homens. O homem tem valor pela sua inteligência, pela sua capacidade, e pela sua tribo. Aí está o homem! (Aplausos)

[...]

A nossa vitória contra os bandidos armados está connosco. Se organizarmos e mobilizarmos o povo, se definirmos correctamente a missão principal, sairemos vitoriosos.

Falo vos disto para compreenderem a natureza e definição correcta do inimigo do povo moçambicano.

Falo-vos disto para podermos juntar as nossas forças e lutarmos para defender a nossa pátria. Esta pátria é nossa.

Levantem os braços os voluntários para combater o bandido armado!

[...]

Seremos, nessa altura, combatentes consequentes, intransigentes... pela felicidade. Nessa altura, teremos liquidado o tribalismo, teremos morto a tribo e a Nação moçambicana nascerá forte. (pp.34 á 45)

Em relação à apresentação do novo dirigente à província, primeiro provou que o segredo da vitória está na unidade nacional.

A Zambézia é um campo de confronto.

um terreno de confrontação entre nós e o inimigo, entre o povo e o bandido armado e não armado, é um campo de luta contra... o tribalismo. É o terreno de combate pela liberdade... e o progresso.

Neste combate, tal como durante a Luta de Libertação Nacional, o segredo da vitória está na unidade nacional, na clareza ideológica, na clareza dos objectivos e no valor de assumir o que é a independência, o que significa ser livre.

[...]

É o chefe executivo quem organiza e dirige permanentemente a administração do Estado na província. (pp. 47 a 49).

Em seguida, para convencer o povo zambeziano sobre as tarefas do novo dirigente do Bureau Político Mário da Graça Machungo, o orador usou os seguintes argumentos:

São tarefas do membro Político dinamizar, garantir a materialização e inspeccionar a realização das decisões do IV Congresso, e assegurar a justeza e correcto...da província.”

Ele é indivíduo responsável e assegura a responsabilidade individual.

É sua tarefa fundamental orientar, dinamizar, supervisionar e controlar os sectores económicos.

[...]

Ele exige que o chefe executivo da província, de cada direcção provincial, cada administração...desenvolvimento. (p. 50)

Em relação às estratégias usadas pelo orador, podemos encontrar as seguintes figuras de estilo:

- Personificação

“Cidade que precisa de comer, precisa de carne”.

O orador apresenta a cidade como forma humana que precisa de se alimentar. Para referir que a cidade precisa de ter carne, para que o povo possa comer carne.

- Metáfora

“Esses que assim pensam têm cabeça de galinha”.

“Em vez de... armados. Cabeças de galinha”.

“O preto que se considera superior ao branco porque este continente, porque Moçambique é de negros, é porque tem <<cabeça de galinha>>”.

Nos dois primeiros exemplos, o orador faz uma comparação entre a maneira de pensar dos bandidos armados, com a cabeça de galinha, uma vez que a galinha não pensa. No terceiro exemplo, faz uma comparação entre os pretos que se consideram superiores aos brancos, porque se encontram no continente africano, com cabeça de galinha.

- Anáfora

“Raptam, assassinam as mulheres”

“Raptam mulheres grávidas,... quilómetros”

“Raptam e assassinam mulheres... os dedos,”

O orador repete a palavra ‘raptam’ no início das frases inúmeras vezes, como forma de provar ao seu auditório as inúmeras acções perpetradas pelos B.A.⁴

- Ironia

“Por isso agora desenham lagartixas e camaleões nos vestidos de crianças... três anos. <<Grande desenho>>”.

Aqui, o orador é irónico, porque os vestidos fabricados não são como os fabricos na tempo colonial. Os vestidos feitos são feios.

⁴ Usaremos a abreviatura B.A. sempre que nos referirmos aos bandidos armados.

Para além dos recursos retóricos, encontramos também algumas estratégias usadas pelo orador que serviram para dar peso à sua argumentação, nomeadamente:

- Apelos

Visto que este discurso é uma conversa entre o orador e o auditório, podemos encontrar ao longo do texto, o orador a solicitar o apoio do seu auditório como forma de mostrar que o poder reside no povo.

Perguntem-lhes quantas pessoas mataram, quantos carros queimaram. Vamos organizar um lugar para vocês lhes perguntarem.

(«Nós também queremos bater!» - grita a população

Outros dizem: «Nós vamos matá-los, com as nossas mãos, não precisamos de armas!») (p.39)

O orador, durante o discurso, colocava questões ao seu auditório e este respondia.

- Argumentos de Autoridade, em que o Presidente S.M. reforça a sua posição em relação à vitória do povo moçambicano:

A nossa vitória contra o bandido armado está connosco. Se organizarmos e mobilizarmos o povo,... Sairemos vitoriosos.

[...]

O bandido armado vai ser escorraçado... a nossa vida.

Este é o juramento que trago do povo inteiro: nós venceremos. (p.45)

- Fórmula

Neste discurso, encontramos o 'slogan':

“É ou não é?”(p.7)

O Presidente Samora Machel usava muito a expressão ‘É ou não é’, para manter a comunicação com o seu auditório, levando-o a aderir às suas ideias. E, ao longo do discurso, podemos encontrar este ‘slogan’.

- Analogia

“Havia aqui senhoras que tinham boutiques, que tinham a iniciativa de fazer roupa...executavam. E elas foram-se embora. Por isso, agora desenham lagartixas e camaleões nos vestidos... de três anos.”(p. 13)

O orador exemplifica a partir de um caso semelhante para poder dar a entender que no tempo colonial, as senhoras trabalhavam para as boutiques, elas é que faziam o trabalho, recomendado pelas patroas. Como os patrões foram-se embora, já não há iniciativas nenhuma.

Esses são alguns elementos que podemos encontrar no presente discurso de Samora Machel, que contribuíram para a adesão do seu auditório.

- Peroração

É a parte final em que o orador faz uma recapitulação dos tópicos anteriores.

A tarefa fundamental de todo o povo da Zambézia e da sua direcção é consolidar a unidade nacional, eliminar os bandidos armados e não armados, vencer a fome.

Isto significa elevar a produção agrária nos distritos, localidades e aldeias comunais, para auto-suficiência alimentar da província...e a bicicleta.

Isto significa estimular a produção no sector familiar e privado e a sua comercialização... agricultura.
(p.50)

Para finalizar, o Presidente Samora apresentou a esposa do membro do Partido Frelimo Mário Machungo, a camarada Eugénia Machungo, quadro da educação. Temos como exemplo:

“Quero apresentar-vos também a esposa do camarada Mário Machungo, a camarada Maria Eugénia Machungo. A esposa é o suporte directo do homem. Um vagabundo sem mulher não está organizado para fazer nada”.(p.50)

3.1.3 Discurso Proferido a Estudantes e Professores

O discurso *Estudemos e Façamos dos Nossos Conhecimentos Um Instrumento de Libertação do Povo* foi proferido por Samora Machel, na cidade Maputo, no dia 15 de Março

de 1977, aos professores, alunos e trabalhadores da Educação. Esta reunião tinha como objectivo resolver problemas ligados à educação e tomar medidas para pôr a educação ao serviço do povo trabalhador. Para que o auditório pudesse aderir às suas teses, não se poupou à utilização de múltiplos argumentos para sustentar as suas opiniões e pensamentos.

Por se tratar de um discurso político, cujo género é deliberativo e a função textual é de exortar aos alunos, professores e os trabalhadores da Educação e em conjunto com os pais, através da educação, na luta pela transformação do nosso país através na preparação das futuras gerações, temos como exemplo para sustentar o que acabamos de dizer:

“É convosco, pois, professores, alunos, com o conjunto da função pública no sector da educação, é em conjunto com os pais dos alunos que nos engajamos na batalha pela transformação do nosso país através da preparação das futuras gerações”.(p.4)

O domínio temático está relacionado com o ganho de alunos afectos na 10ª e 11ª classes para fazer face à falta de quadros que o país enfrenta, em diversos sectores de actividade. Temos como exemplo:

Os estudantes que agora são chamados a trabalhar em sectores prioritários da reconstrução nacional, são chamados a uma tarefa exaltante. Tem o privilegio histórico, prestem bem atenção, de serem os pioneiros duma pratica que integra os estudantes numa missão revolucionaria: participar ao lado dos trabalhadores, na realização das tarefas prioritárias em cada fase. (pp. 40-41)

No que concerne às emoções suscitadas, é de esperança em relação ao futuro melhor.

Temos como exemplo:

“Por isso, estamos certos que, só trabalhando com toda a dedicação, seremos capazes de transformar o nosso País subdesenvolvido país forte, num país próspero, num país feliz. E assim criaremos a riqueza para o nosso povo.”(P. 50)

E em relação à referência temporal primária, o discurso remete para o futuro. É necessário estudar para que, com os conhecimentos adquiridos, se liberte o povo.

“Por isso, dizemos que estudemos e façamos dos nossos conhecimentos uma palavra de ordem. Estudemos e façamos dos nossos conhecimentos um instrumento de libertação do povo.”(p.50)

No que diz respeito à estrutura do discurso retórico, temos:

- Exórdio

É no exórdio em que o orador explica os objectivos da reunião. Começa por afirmar que é o auditório que tem a tarefa de decidir por milhões e milhões de moçambicanos. Em seguida, apela a todos à participação no campo da educação para acabar com os vários problemas existentes no País, como a seguir se pode ler:

Parece que já situaram o contexto da nossa reunião. Teremos que ser nós aqui que teremos que decidir por milhões e milhões de moçambicanos. Somos nós que temos esse privilégio, de decidir sobre milhões e milhões de moçambicanos. O que nós queremos é o que todos querem. O que nós diremos aqui... Maputo. Neste encontro diremos: não é o que eu quero, não é o que tu queres, mas sim o que todos nós queremos.

[...]

Façamos do nosso encontro uma alavanca. Queremos romper definitivamente, através deste nosso encontro, daquilo que hoje vamos decidir, com a dependência, com a submissão e queremos valorizar esta reunião com os nossos talentos, com as nossas capacidades com a nossa energia e a nossa inteligência aliadas à nossa força. (pp.3 - 4)

- Narração

Em relação a este aspecto, o orador fala um pouco do papel dos professores da Luta de Libertação Nacional, que lutaram para acabar com a alfabetização, pelo ensino em todos os níveis. E afirma que os professores, alunos, ou seja, todos em conjunto devemos lutar para mudarmos o país, através da preparação das futuras gerações.

Ao reunirmos com os trabalhadores da Educação, desejamos saudar, através de vós, todos aqueles que durante a Luta de Libertação Nacional levaram alto o estandarte da luta da alfabetização, pelo ensino em todos os níveis. Saudamos aqueles que se engajam com dedicação no seu trabalho de ensinar como tarefa de estudar, saudamos o conjunto dos trabalhadores da função pública no domínio da educação, saudamos, pois todos aqueles que se engajaram nesta frente de educação conscientes de que o que está em causa aqui não é somente a batalha pelo progresso social e científico do nosso país e das futuras gerações, conscientes de que estamos travando no sector da educação a própria batalha da revolução.

[...]

Podemos, pois, resumir os objectivos desta reunião, dizendo que viemos aqui para, à luz da nossa experiência e da nossa realidade, encontrar reacções que nos devem guiar na batalha da educação. Viemos para, em conjunto, recordar o nosso passado, analisar o presente e preparar o futuro no domínio da educação. (pp. 4-5)

- Argumentação

A tese do discurso em análise é a importância da educação, no nosso país, através das experiências no domínio da educação e cultura, da acção do inimigo após a luta armada, da

actuação do inimigo a partir do período de transição da actuação actual. Temos como exemplo:

No decurso da nossa luta contra o colonialismo português e contra os novos exploradores, compreendemos que a luta pela criação da nova sociedade fracassaria sem a criação do homem novo, sem a criação de uma nova mentalidade.

O que queremos dizer quando falamos de homem novo? O homem novo é homem que se libertou... mentalidade.

[...]

A educação surge como um dos instrumentos fundamentais na luta pela edificação da base política ideológica... socialista. Dá educação, arma empunhada ao serviço da aliança operário-camponesa... Revolucionário.

[...]

Continua a verificar-se ainda uma ligação diferente entre as estruturas de direcção do Ministério da Educação e Cultura e as escolas ao nível do país. Uma das consequências dessa ligação deficiente é o fraco apoio pedagógico... verifica. Por exemplo, constata-se que as orientações... atrasam. (pp.5 á 31)

Estes foram os argumentos usados para provar a importância da educação no país.

E para convencer, temos os seguintes argumentos:

AS NOSSAS TAREFAS

Uma das características mais salientes da situação actual no nosso país é a falta de quadros.

[...]

O III Congresso da FRELIMO caracterizou a situação actual do nosso país e definiu os objectivos da luta do povo Moçambicano nesta fase.

Queremos construir o socialismo. Para a luta pela construção do socialismo são... social.

[...]

Mas não basta ligar a escola ao bairro ou célula onde está situada. É necessário ligá-la também aos locais de trabalho em particular... Estatais.

[...]

Naturalmente há ainda cooperação no campo da cultura, estudo político e outros. (pp. 31 á 44)

No discurso em apreço, encontramos algumas estratégias usadas pelo Presidente S.M. para ganhar a adesão do seu auditório, nomeadamente as figuras de estilo, como se seguem abaixo:

- Metáfora

“Avançaremos em ondas sucessivas, em forma de formiga.”

Nos exemplos acima, há uma metaforização usada para reforçar a adesão do orador.

Orador fez a transferência do significado 'avancaremos como ondas sucessivas' para 'forma de formiga', devido a certa semelhança existente entre o mesmo.

Anáfora

- O aluno que se recusa a participar nas danças do nosso povo revela complexo de inferioridade.
- O aluno que se recusa a participar numa reunião da escola, ... PIDE.
- O aluno que se recusa o trabalho manual revela vestígios. (p.20)

O orador faz uma repetição no início das frases 'O aluno que se recusa' como forma de provar ao auditório o papel dos alunos indisciplinados.

No presente discurso, podemos encontrar as seguintes formas de intervenção, que deram peso à argumentação do orador:

- Apelos

"Um aluno indisciplinado na escola revela o que é?" (<<Vestígios>> - respondem os alunos presentes)".

É uma técnica que o orador utiliza para solicitar o apoio do público a aderir aos seus pensamentos.

- Analogia

Isso faz-me lembrar uma história de caçadores.

Foram à caça, eram três, não eram quatro. Descobriram o búfalo no mato. Parados – já encontramos o animal – matamos ou não matamos? Não, vamos discutir primeiro, vamos discutir para depois matarmos o búfalo. Então começaram a discussão.

O primeiro disse: depois de morto búfalo eu vou comer o fígado. O segundo disse: ah, eu quero a perna, ninguém ma tira. O terceiro disse eu quero o fígado. O quarto também queria o fígado. Então começaram a discutir: é possível que o búfalo tenha quatro fígados?

[...]

O búfalo pôs-se a correr e foi embora, e eles continuaram a discutir. Nem o búfalo, nem o fígado. Ouviram? Portanto, não ponham isso, a FRELIMO é que sabe, não ponham isso. (p.36)

O orador ao tentar provar as suas ideias, ele exemplifica com uma situação igual, para que o seu auditório perceba.

- Peroração

O orador faz uma recapitulação dos argumentos apresentados.

Deste modo, forjaremos uma união mais íntima entre os trabalhadores e os estudantes. Assim, estaremos a assegurar uma permanente combinação entre a teoria e a prática que é a base da ciência. Assim, estaremos a combater o elitismo e o desprezo pelas massas trabalhadoras que ainda hoje subsiste no seio de alguns alunos. Assim estaremos a enraizar a escola na sociedade.

[...]

Muitas vezes sem qualquer apoio pedagógico, alguns deles em escolas a dezenas de quilómetros dos órgãos do Ministério da Educação. Os professores souberam manter-se firmes no seu posto e avançar sempre. Foram professores que, nos momentos difíceis souberam mobilizar os alunos para em conjunto neutralizar os alunos no seio das escolas. (pp. 44-45)

Para finalizar o orador faz uma exortação aos professores, pais a cumprir a missão de educadores temos com exemplo:

Exortamos os professores a continuar a cumprir a missão com a mesma dedicação e entusiasmo e engajamento provados até aqui.

Exortamos aos pais a cumprir o seu dever de educadores das novas gerações... escola.

[...]

Por isso dizemos que estudemos e façamos dos nossos conhecimentos uma palavra de ordem. Estudemos e façamos dos nossos conhecimentos um instrumento de libertação do povo. (pp. 45 à 50)

3.1.4 Discurso Proferido a Polícias, Militares e Seguranças

O discurso *Desalojemos os Infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança* foi proferido no dia 5 de Novembro de 1981, em Maputo, pelo Presidente Samora Machel a todos os polícias, militares e segurança, para analisar a situação existente no seio da mesma, problemas como a infiltração do inimigo nas Forças de Defesa e Segurança do país e analisar também os seus próprios erros e insuficiências.

O presente discurso constitui um discurso do género deliberativo, cumprindo com uma das funções previstas por Aristóteles para esse género: exortar.

O orador faz uma exortação às Forças de Defesa e Segurança para assegurarem as condições para que o povo realize em tranquilidade, em segurança as tarefas económicas, e na luta contra o subdesenvolvimento. Vejamos, a seguir, um extracto textual através do qual podemos claramente ver o que acabamos de afirmar:

A batalha da década exige paz, exige tranquilidade, exige segurança...e segurança. (p.54)

Em relação ao domínio temático, é de ganhar as forças de segurança, nomeadamente, os polícias, militares e a segurança, assegurem as condições para que o povo viva em segurança. Temos como exemplo:

Em primeiro lugar, elas devem assegurar as condições para que o povo realize em tranquilidade, em segurança, as grandes tarefas económicas; em segundo lugar, as Forças de Defesa e Segurança devem participar directamente através do seu potencial humano, através dos meios técnicos.... o subdesenvolvimento. (pp.54-55)

Quanto às emoções suscitadas, temos a esperança da vitória. Para exemplificar, temos:

Estamos certos de que sairemos vitoriosos de mais esta batalha.
Estamos certos que venceremos o subdesenvolvimento. Estamos certos que construiremos o Socialismo. (p.55)

No que se refere ao referencial temporal, o discurso está virado para o futuro, como a seguir se exemplifica:

Construir estes centros não é uma tarefa apenas das Forças de Defesa e Segurança.
Queremos apelar para que o povo participe nesta tarefa.
Porque estes centros destinam-se a formar os nossos filhos, a torná-los cidadãos conscientes, construtores da nossa pátria, do nosso futuro.(p.53)

- Exórdio

Quanto a este aspecto, o Presidente Samora Machel explicou a todos os presentes os motivos do presente comício. Ele inicia o discurso começando por afirmar que vieram para analisarmos os problemas no seio das Forças de Defesa e Segurança no país. Problemas esses que são cometidos por elementos das Forças de Defesa e Segurança. Temos como exemplo:

Vimos aqui hoje para analisarmos uma situação anormal que se verifica no nosso país. Temos assistido, na República Popular de Moçambique, a violações sistemáticas da legalidade; violações da constituição, violações das leis e regulamentos; violações dos nossos princípios.

[...]

O nosso povo não pode ser intimidado. Não aceita a opressão e os abusos cometidos por um punhado de infiltrados, por uma minoria de reaccionários. (pp.5 á 8)

O orador, ao explicar o objectivo do comício, tenta ganhar atenção do auditório.

- Narração

Neste ponto, o orador conta um pouco como foi descoberta esta anormalidade, no seio das Forças de Defesa e Segurança. Temos como exemplo:

Por isso, a população denunciou estas situações.

O povo dirigiu-se ao seu partido da Vanguarda, Partido Frelimo, e disse: <<Há infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança que nos estão a oprimir, a roubar, violar as nossas mulheres, nossas filhas>>. Khanimambo povo (aplausos). E disseram mais: <<Khanimanbo yi hi kululile>>. (FRELIMO libertou-nos>>. Lutaste, venceste, libertaste-nos. Mas o governo está a brincar. Está a maltratar-nos. Prendem, mesmo quando não fazemos nada. Lutar, a FRELIMO sabe. Libertou-nos. Mas não governa bem. Entregou o governo a crianças. Prende-nos mesmo quando não fazemos nada.

O povo dirigiu-se à Presidência da República, às Assembleias do povo, aos diversos níveis e denunciou estas situações.

[...]

Este processo vai permitir que a nossa revolução avance depressa, porque tiraremos o matope das nossas botas. (pp. 8 a 11)

A narração e a argumentação são consideradas a parte essencial do discurso. Aqui é feita uma exposição breve e clara dos factos, para que se possa compreender o assunto.

- Argumentação

A tese defendida pelo Presidente Samora é: *Desalojemos os infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança.*

A argumentação de Samora Machel concentra-se em dois tópicos. Primeiro, ele procura provar através das evidências os problemas detectados no seio das Forças de Defesa e Segurança para, de seguida, convencer o seu auditório das teses apresentadas.

Para provar a sua tese, temos os seguintes argumentos:

A situação actual, no que respeita a legalidade, caracteriza-se por dois aspectos principais: crimes, abusos e arbitrariedades cometidas por agentes do inimigo infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança, e resultantes da persistência de valores e práticas... feudal. Erros e desvios resultantes das nossas próprias insuficiências.

Em relação ao primeiro aspecto, foram detectados os seguintes tipos de situação: Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança agredem e torturam elementos da população, sob diversos pretextos. Agressão e a tortura são utilizadas: como forma de punir... e como vingança pessoal.

[...]

Por isso, todos nós temos esta responsabilidade no combate à mentalidade velha. (pp. 11 a 32)

Posto isso, o Presidente provou a sua tese em relação aos problemas detectados no seio das Forças de Defesa e Segurança do país.

O Presidente Samora usou os seguintes argumentos para convencer as Forças de Defesa e Segurança para ultrapassar essa situação, com os seguintes argumentos:

O QUE QUEREMOS

Fizemos a análise dos problemas que estamos a viver.

Enumeramos os factos, os tipos de violações da nossa legalidade revolucionária.

Vimos as causas desta situação.

É necessário organizarmo-nos para ultrapassar esta situação.

Para quê?

Para desalojarmos os infiltrados nas nossas Forças de Defesa e Segurança; para corrigirmos os métodos errados; para rectificarmos os desvios que estão a ser cometidos.”

[...]

São as tarefas das Forças Armadas de Moçambique (FPLM): a defesa da soberania nacional; a defesa da integridade territorial do nosso país, da inviolabilidade das nossas fronteiras; a defesa intransigente da unidade nacional; as nossas Forças Armadas são a expressão mais alta da unidade do povo Moçambicano, a defesa da revolução e das conquistas revolucionárias.”

[...]

POLÍCIA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

São tarefas da Polícia, através dos seus vários ramos: garantir a lei e a ordem, proteger os cidadãos contra os criminosos, defender o clima de tranquilidade e paz social, lutar contra a criminalidade...candongueiros.

[...]

SEGURANÇA

São tarefas essenciais da segurança: defender o povo e a revolução.

Combater a infiltração de agentes do inimigo, a infiltração da ideologia do inimigo. A subversão, a sabotagem,... e do estado popular.

[...]

MEDIDAS CONCRETAS

A ofensiva política e organizacional é o método desenvolvido pelo nosso partido para reforçar continuamente a revolução, consolidar e defender as conquistas revolucionárias,...classes trabalhadoras.

[...]

A ofensiva da legalidade significa fazer da lei instrumento da consolidação, da defesa e do avanço da revolução e da unidade nacional. (pp.32 a 51)

Por último, o Presidente Samora fez uma exortação às Forças de Defesa e Segurança da República Popular de Moçambique a assegurar a tranquilidade ao povo, para que o país possa desenvolver. Como se seguem os seguintes exemplos:

Em primeiro lugar, elas devem assegurar as condições para que o povo realize em tranquilidade, em segurança, as grandes tarefas económicas; em segundo lugar, as Forças de Defesa e Segurança devem participar directamente através do seu potencial humano, através dos meios técnicos.... o subdesenvolvimento. (pp.54-55)

Os argumentos são muitos importantes em qualquer discurso. Por isso, encontramos neste discurso algumas estratégias usadas pelo orador para intensificar a adesão do seu auditório, nomeadamente as figuras retóricas e as formas de intervenção.

No que concerne as figuras retóricas podemos encontrar:

- Anáfora

“Com o apoio de todo o povo, as Forças de Defesa e Segurança enfrentam, derrotam ...eles nos agridem.”

“Com o apoio de todo o povo, as Forças de Defesa e Segurança continuam hoje a enfrentar ...racista sul-africano.”

Com o apoio de todo o povo, as Forças de Defesa e Segurança têm detectado e neutralizado numerosas acções ... tentativas de desestabilização.” (p.52)

Há aqui uma repetição da frase ‘Com o apoio de todo o povo, as Forças de Defesa e Segurança’ no início, de cada período como forma de intensificar adesão do seu auditório. O povo, neste contexto, apresenta inúmeras qualidades.

- Metáfora

“O inimigo recruta agentes no nosso seio. O mais lamentável é que alguns só costumam bolachas - 2 caixas de bolachas e aparelho estereofônico - vende a Pátria”.

A metáfora serve aqui para enfatizar que os inimigos recrutam pessoas do povo que, em troca, recebem bolachas, ou seja, nada. Que não passam de traidores.

- Comparação

“Os soldados das FPLM, os soldados da FRELIMO, viviam entre o povo como o peixe vive na água.”

A comparação é feita aqui entre os soldados das FPLM, da Frelimo, com o peixe que vive na água. Ou seja, por outras palavras os soldados defendem o povo e estes ajudavam a controlar o inimigo.

As figuras retóricas apresentadas acima têm um valor argumentativo, porque contribuem para intensificação e adesão do auditório.

No discurso em análise, podemos encontrar algumas formas de intervenção que deram peso à argumentação, nomeadamente:

- Expressão de emoção

Em primeiro lugar, queremos agradecer aos cidadãos moçambicanos por terem denunciado estas situações, por terem alterado.

Mostraram assim que confiam profundamente... governo.
Mostraram que sabem distinguir... violações dessa linha.(p.8)

O orador mostra-se muito satisfeito com a atitude dos cidadãos em denunciar os problemas no seio das Forças de Defesa e Segurança. O que mostra que o povo confia no governo.

- Argumento de autoridade

O orador usa este argumento para reforçar a sua posição em relação às medidas que irão ser tomadas.

A presente ofensiva da legalidade vai-nos permitir purificar as fileiras das nossas Forças de Defesa e Segurança.

Vai desalojar os traidores e raptos, os infiltrados, os corruptos, os preponderantes, os arrogantes, os negligentes, inconsequentes...o povo. (p. -10)

O orador afirma que as Força de Defesa e Segurança irão desalojar os malfeitores, infiltrados no seu seio.

- Analogia

Durante a Luta de Libertação Nacional, a população do nosso país dividia-se em três áreas grandes: população das zonas libertadas, onde crescia o embrião do Homem Novo; em 2º lugar, a população dos campos de concentração, sujeita à corrupção, a brutalização, sujeito à destruição... do inimigo. (p.24)

É visível no discurso apresentado acima, no que se refere à analogia, o uso frequente desta forma de intervenção. Uma vez que faz menção a factos passados, contribuindo de uma forma positiva para a compreensão, ou seja, para clarificar o caso em questão.

- Peroração

E a parte que se faz a recapitulação dos argumentos apresentados acima.

Por isso, perguntamo-nos das nossas Forças de Defesa e Segurança. E por isso mesmo não podemos ter contemplações contra aquele punhado que, com as acções criminosas, mancha o prestígio das nossas Forças.

As nossas Forças de Defesa e Segurança sairão desta batalha, desta ofensiva, ainda mais fortes, ainda mais prestigiados, ainda mais combativas, ainda mais eficientes: porque terem purificados fileiras...e aperfeiçoado os seus métodos de trabalho e de organização. (p 53)

Termina dizendo que o povo alcançará a vitória e vencerá o subdesenvolvimento e construirá o socialismo Temos como exemplo:

Estamos certos de que sairemos vitoriosos de mais esta batalha.
Estamos certos de que venceremos o subdesenvolvimento.
Estamos certos de que construiremos o socialismo.” (p.55)

CAPÍTULO IV

4. Conclusões e Recomendações

O presente trabalho tinha em vista a análise da retórica do discurso de Samora Machel.

Procurámos analisar as configurações retóricas nos discursos de Samora Machel, publicados nas colecções 'Palavras de Ordem' números 32, 8, 22; 'Unidade Nacional' número 3, abrangendo o período 1975-1985. O nosso objectivo fundamental era validar a hipótese segundo a qual Samora Machel usa a retórica para ganhar a adesão do auditório recorrendo a meios de persuasão objectivos e subjectivos.

Perante as evidências que a nossa pesquisa revelou, apurámos que, dirigindo-se ao seu povo apelando à unidade nacional e luta contra os bandidos armados, não há dúvidas de que Samora Machel utiliza a forma objectiva e subjectiva de persuadir.

No seu discurso, Samora Machel usava uma linguagem que espelhava um bom domínio da língua em que comunicava, com um vasto jogo de processos retóricos aplicados no seu discurso. Nos seus discursos, destacam-se vários recursos retóricos, como a estruturação retórica definida por Aristóteles, a uso de figuras retóricas como a metáfora, anáfora, comparação, etc., e formas de intervenção usadas para dar peso à argumentação, como o argumento de autoridade, fórmula, analogia, etc..

A conclusão a que chegámos é de que, de facto, os discursos de Samora Machel são um verdadeiro exercício da retórica, no sentido mais profundo da persuasão e argumentação, e não apenas o mero uso de figuras de discurso. Como recomendações, sugerimos que mais estudiosos sejam envolvidos e incentivados no sentido de se interessarem pelo tema e se empenham, na investigação sobre o discurso de Samora Machel e de outros políticos, a fim

de permitir um conhecimento mais profundo e uma correcta interpretação da sua época. O presente estudo dos discursos de Samora Machel é relevante para o enriquecimento estudos que analisam discursos.

Concluindo, julgamos que mais estudos desta natureza poderão contribuir para consolidar o acervo discursivo nacional, recuperando textos de outros tempos, injustamente esquecidos durante longo do tempo.

5. Bibliografia

Bibliografia Activa

MACHEL, Samora. (1983). *A Nossa Força Está na Unidade*. Maputo: Instituto Nacional de Livro e Discos. Colecção: Unidade Nacional nº3.

MACHEL, Samora. (1981). *Desalojemos os Infiltrados nas Nossas Forças de Defesa e Segurança*. Maputo: Edição do Partido Frelimo. Colecção: Palavras de Ordem nº22.

MACHEL, Samora. (1985). *A Pátria Ameaçada Chama Por Nós*. Maputo: Edição do Partido Frelimo. Colecção: Palavras de Ordem nº32.

MACHEL, Samora. (1977). *Estudemos e Façamos dos Nossos Conhecimentos de Libertação do Povo*. Maputo: Edição do Departamento do Trabalho Ideológico. Colecção: Palavras de Ordem nº8.

Bibliografia Passiva

BARILLI, Renato. (1979). *Retórica*. Lisboa: Presença, Lda.

BARTHES, Roland. (1985). *Aventura Semiológica*. Lisboa: Edições ASA.

CARRILHO, Manuel Maria. (1994). *A Retórica e Comunicação*. Lisboa: Edições ASA.

DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. (1978). *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: Dom Quixote.

GRACIO, Rui Alexandre. (1993). *Racionalidade Argumentativa*. Porto: Edições ASA.

LAUSBERG, Heinrich. (1996). *Manual da Retórica Literária- I, II, III volumes fundamentos de uma ciência da literatura*. Versão Espanhola de José Peres Riesco. Madrid: Editorial Lda.

LEGRAND, Gerard. (1991). "Argumento", "Lógica", "Logística", in Dicionário filosofia.

Lisboa: Edições 70.

MEYER, Michel; CARRILHO, Manuel; & TIMMERMANS, Benoit. (2002). *História da Retórica*. Lisboa: Actividade Editora, Lda.

PERELMAN, Chaim. (1993). *Império Retórico*. Lisboa: Edições ASA

SOPA, António. (2001). *Samora: Homem do Povo*. Maputo: Maguezo.

SPANG, Kurt. (1979). *Fundamentos da Retórica*. Pamplona: Edições da Universidade Navarra.

OLERON, Pièrre. (1983). *Argumentação*. Lisboa: Europa - América.

ANEXOS

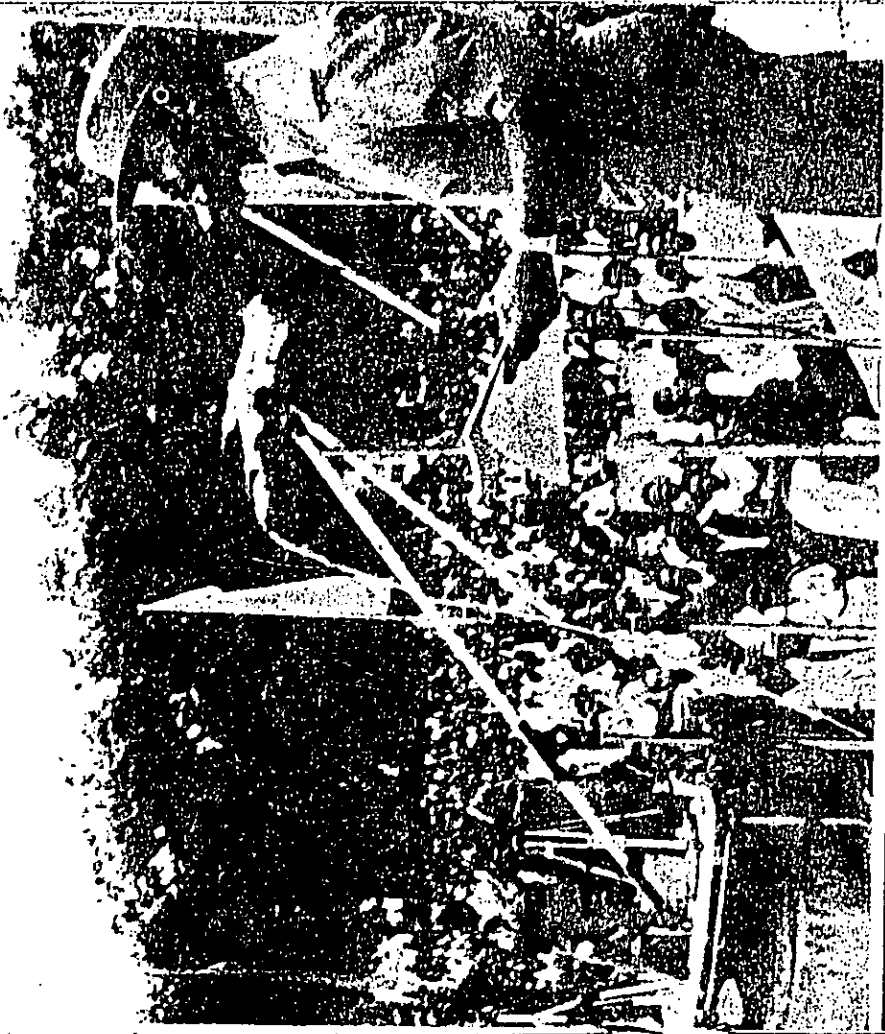
Lista dos Anexos

Corpus

Ordem de Anexo	Título	Colecção	Número	Data	Página
1	A Pátria Ameaçada Chama Por Nós	Palavras de Ordem	32	1985	1-32
2	A Nossa Força Está na Unidade Nacional	Unidade Nacional	3	1983	1-52
3	Estudemos e Façamos dos Nossos Conhecimentos de Libertação do Povo.	Palavras de Ordem	8	1977	1-50
4	Desalojemos os Infiltrados nas Nossas Forças de Defesa e Segurança	Palavras de Ordem	22	1981	1-55

SAMORA MACHEL

A PÁTRIA AMEAÇADA CHAMA POR NÓS



32

coleção

"PALAVRAS de ORDEM"

EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

INTRODUÇÃO

A Pátria ameaçada chama por nós, moçambicanos de todas as idades; a defesa da Pátria é a tarefa prioritária e fundamental de todos os cidadãos — foi este o conteúdo principal da mensagem dirigida pelo Camarada Presidente Samora Machel à Juventude moçambicana, e a todo o Povo, no discurso proferido no dia 11 de Maio de 1985, na Praça da Independência em Maputo, por ocasião do encerramento da Semana da Juventude.

Esta intervenção do dirigente máximo da Revolução moçambicana — agora editada em brochura — reveste-se de uma capital importância porque define, com clareza, uma nova fase da luta do nosso Povo: a fase em que todos os recursos, humanos e materiais, da Nação, devem ser colocados resolutamente ao serviço da tarefa prioritária, a defesa da Pátria. Esta definição corresponde com rigor à situação que o nosso

Tiragem: 20 000 exemplares
Registado no INLD sob o n.º 0548/INLD/85
Composto e impresso na Imprensa Nacional
MAPUTO

República Popular de Moçambique
Maio de 1985

país através e vem ao encontro da aspiração mais profunda e imediata de todo o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo — acabar rápida e completamente com os bandidos armados.

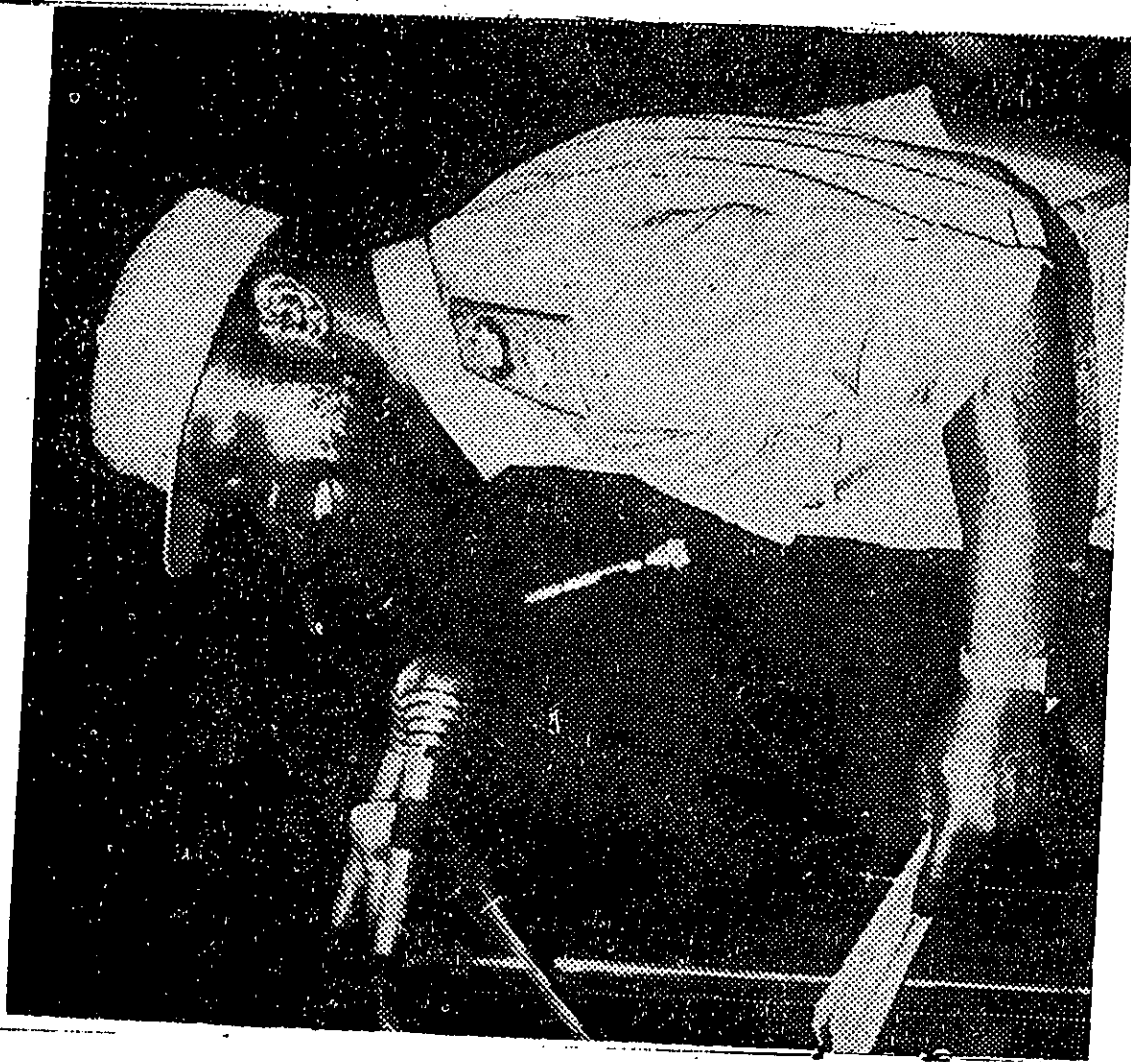
Conforme referiu o Camarada Presidente, é a acção bárbara, criminosa e destruidora dos bandidos armados que impede o nosso Povo de viver em paz e tranquilidade, que impede a nossa economia de se desenvolver, que impede a exploração das imensas potencialidades do nosso país. Per isso, torna-se necessário um total engajamento de todos nós no combate aos bandidos armados, sacrificando a esse combate tudo aquilo que for preciso (fecharemos fábricas, escolas, a universidade, se a situação o exigir — disse o Presidente Samora), criando assim condições para vivermos em paz e construirmos a prosperidade que desejamos.

O apelo patriótico lançado pelo Chefe do Estado teve, por parte das dezenas de milhares de jovens que se concentravam na Praça da Independência, um acolhimento entusiasmado que se exprimiu em vibrantes aclamações. A festa de encerramento da Semana da Juventude transformou-se assim num momento alto de exaltação patriótica onde, a par da sua natural alegria e vivacidade, a Juventude expressou a firme determinação de liquidar os bandidos armados que semeiam a morte e a destruição no nosso País.

O discurso do Presidente Samora Machel tem um impacto profundo em todos os sectores

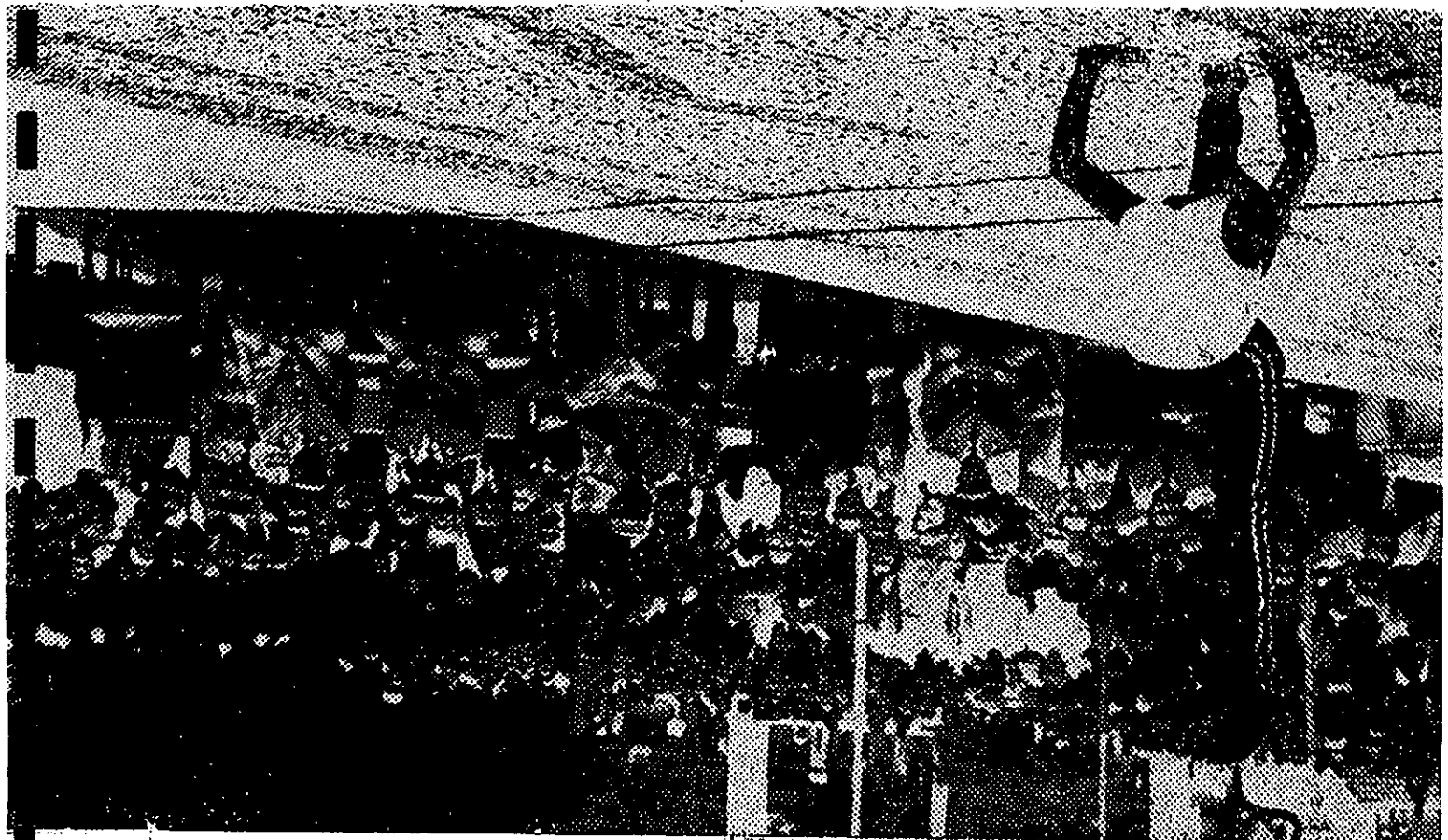
da sociedade moçambicana. Porque, em toda a parte, o Povo sabe e sente que só quando liquidarmos os bandidos armados criaremos condições para resolvermos os problemas que o país enfrenta. Por isso, do Rovuma ao Maputo, o Povo está determinado e disposto a consentir os sacrifícios que forem necessários até à eliminação completa desse odioso instrumento da agressão imperialista contra a República Popular de Moçambique.

O estudo do presente texto deverá constituir um poderoso factor de consciencialização patriótica e de mobilização para as tarefas concretas que esta nova fase exige de cada um de nós.



Na grande festa do encerramento da Semana da Juventude — que se prolongou até ao princípio da noite — O Presidente Samora Machel lançou um apelo patriótico a todo o Povo para um engajamento ainda maior no combate aos bandidos armados

O Presidente Samora Machel, ladeado por outros dirigentes do Partido e do Estado, assistindo a uma exibição de ginástica no início da festa



Camaradas Membros do Bureau Político do Comité Central do Partido. Frelimo,
Camaradas Membros do Comité Central,
Senhores Membros do Conselho de Ministros,
Jovens moçambicanos,

Estamos aqui, na Praça da Independência, para participarmos nesta festa do encerramento da Semana da Juventude.

Esta Semana da Juventude faz parte das celebrações do 10.º Aniversário da nossa Independência Nacional.

Porquê uma Semana da Juventude?

A direcção do Partido Frelimo decidiu fazer esta Semana, em primeiro lugar, para saudar o papel fundamental que a Juventude moçambicana desempenhou e continua a desempenhar na luta do povo moçambicano.

Saudamos a Juventude porque, quando nos organizámos para lutar contra o colonialismo, foram os jovens que desempenharam o papel decisivo.

Foi determinante a sua acção na criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Os jovens foram capazes de romper com o tribalismo, o regionalismo e o racismo.

Os jovens souberam defender os interesses, as aspirações do povo moçambicano, sem quaisquer ambições pessoais.

Eles foram os primeiros a assumir a grandeza da nossa Pátria a libertar, o valor da unidade nacional.

Quando o Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) tomou a decisão de desencadear a luta armada de libertação nacional, como forma principal de luta, os jovens foram os primeiros voluntários para receber treino político-militar.

Foram jovens os que criaram as Forças Populares de Libertação de Moçambique, primeiro exército africano a derrotar um exército colonial europeu na África Austral.

Milhares de jovens, com coragem e espírito patriótico, abandonaram os estudos, empregos, escolas secundárias e universidades, separaram-se dos seus pais, familiares, amigos, para engrossarem as fileiras da Frente de Libertação de Moçambique. Fizeram da FRELIMO o instrumento poderoso que derrubou o colonialismo português.

Nas zonas libertadas, os jovens assumiram o trabalho de mobilização e organização das populações. Apesar de jovens, souberam sempre ser pacientes, ponderados, souberam viver a linha política da Frelimo e fazer assumir a justeza da nossa causa.

No II Congresso da Frente de Libertação de Moçambique, o triunfo da linha revolucionária foi garantido pelos jovens.

Os jovens combatentes, vindos das diversas frentes da guerra, trouxeram para o Congresso as ideias novas, as ideias revolucionárias, nascidas da prática da luta, e foram capazes de as levar ao triunfo.

Por isso, o Comité Central da Frelimo, eleito pelo II Congresso, foi constituído essencialmente por jovens.

Jovens que hoje são os nossos dirigentes.

Jovens que então tinham vinte e cinco, vinte e seis ou vinte e sete anos, e que hoje são Ministros, Vice-Ministros, são Generais, Brigadeiros e Coronéis, são dirigentes do Partido e do Estado da República Popular de Moçambique.

Foi com esta juventude combatente, corajosa, determinada que o Povo moçambicano conquistou a independência total e completa da República Popular de Moçambique.

(Aplausos.)

Esta vitória foi consolidada e aprofundada com a nacionalização:

— da Saúde,

— do Ensino,

— da Justiça,

— da Terra,

— da Habitação,

— e de outros sectores fundamentais da indústria, das finanças e da economia.

Colocámos estes sectores, que antes eram fontes de exploração e discriminação, ao serviço do povo. A educação, a saúde, a justiça, tornaram-se acessíveis a todos e são praticamente gratuitas no nosso país, no nosso Estado popular.

Alguns pensam que isto é uma consequência lógica da independência. Mas dizemos: não é.

Muitos países tornaram-se independentes mas a educação, a saúde e a justiça continuaram a ser fonte de exploração. Há países independentes onde, por um parto na maternidade, a mulher tem de pagar trinta ou quarenta contos. Nas nossas maternidades paga-se sete meticais e meio por um parto.

(Aplausos.)

Há países independentes em que só os filhos dos ricos podem entrar nas escolas secundárias e universidades. Há países independentes em que o filho do operário, o filho do camponês só podem aspirar, quando muito, ao ensino primário.

Sabem ou não sabem que isso é verdade?

(«Sim» — respondeu a multidão.)

Por isso, as nacionalizações não são resultado directo da nossa independência.

As nacionalizações são resultado de grandes lutas revolucionárias do nosso povo; são o resultado da política revolucionária do Partido Frelimo.

Mas quem garantiu o sucesso destas conquistas, a defesa e a consolidação das nacionalizações, foram os jovens, foram vocês. Obrigado, jovens!

(Aplausos.)

Na educação, foram principalmente os jovens de Tunduru, de Bagamoyo. Jovens dos 15 aos 20 anos, engajaram-se decisivamente na batalha da educação logo nos primeiros momentos da vitória da Pátria.

Os jovens do 8 de Março de 1977, com 16, 17 e 18 anos de idade, entregaram-se com dedicação e espírito de sacrifício a esta batalha.

Jovens que travaram a luta entre o velho e o novo e fizeram triunfar as ideias novas.

Jovens que foram capazes de se sacrificarem pelo povo.

Jovens do Sul e do Centro que deixaram as famílias e foram trabalhar para o Norte.

Jovens do Norte e Centro que abandonaram os seus lares e vieram para o Sul.

Jovens do Norte e do Sul que foram para o Centro do país.

Jovens que souberam enfrentar e vencer o obscurantismo, a superstição e o analfabetismo.

Admiramos e respeitamos estes jovens.

Ficarão para sempre na nossa História, na História do Povo moçambicano.

Hoje, são estes jovens que estão no nosso Exército. São eles que formam a nossa Força Aérea e a nossa Marinha de Guerra. São eles que tripulam os nossos caça-bombardeiros, helicópteros de combate e de transporte. São os jovens que manejam os mísseis e outras armas sofisticadas. São os jovens que constituem o grosso da nossa oficialidade.

São os jovens do 8 de Março que garantem a educação dos nossos estudantes.

Hoje, alguns são licenciados; outros estão a fazer a licenciatura.

Temos orgulho dos jovens de Tunduru, de Bagamoyo, de Ribáué e do 8 de Março.

Foram os jovens que enfrentaram e derrotaram as tropas invasoras do regime ilegal, rebelde e racista da Rodésia de Smith.

Foram eles que infligiram as mais pesadas derrotas ao exército de Smith.

Recordaremos sempre as nossas vitórias nas batalhas de Mapai, Chicualacuala, Mavonde, onde os jovens destruíram aviões e helicópteros de Smith, destroçaram a soldadesca rodésiana nas agressões à nossa Pátria.

Foram jovens os combatentes internacionalistas, que participaram ao lado do povo irmão do Zimbábue na liquidação do regime de Smith.

São jovens a maioria dos nossos médicos, enfermeiros, juristas, técnicos, jornalistas, economistas e engenheiros.

É a nossa juventude que detém a ciência e a técnica no nosso País.

É jovem o destacamento de vanguarda do nosso povo, a classe operária.

São jovens ainda, na sua maioria, os dirigentes políticos do nosso País, nos vários escalões:

Podemos dizer, com orgulho, que a Juventude está no poder na nossa Pátria. Por isso afirmamos que a nossa Pátria é uma Pátria de jovens.

(Aplausos.)

Hoje, como no passado, é a Juventude que suporta os maiores sacrifícios na defesa da Pátria e da Revolução.

São os jovens que se encontram na frente da batalha, nas FPLM, nas Milícias. Eles penetram nas florestas, sobem montanhas, atravessam rios e lagos, para combater sem tréguas os bandidos armados.

São jovens os que estão nas fileiras das nossas Forças Policiais e do Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), garantindo o combate à marginalidade e ao crime, e defendendo a segurança do nosso Povo e Estado.

Destacamentos de jovens voluntários, enquadrados pela Organização da Juventude Moçambicana (OJM), avançaram para:

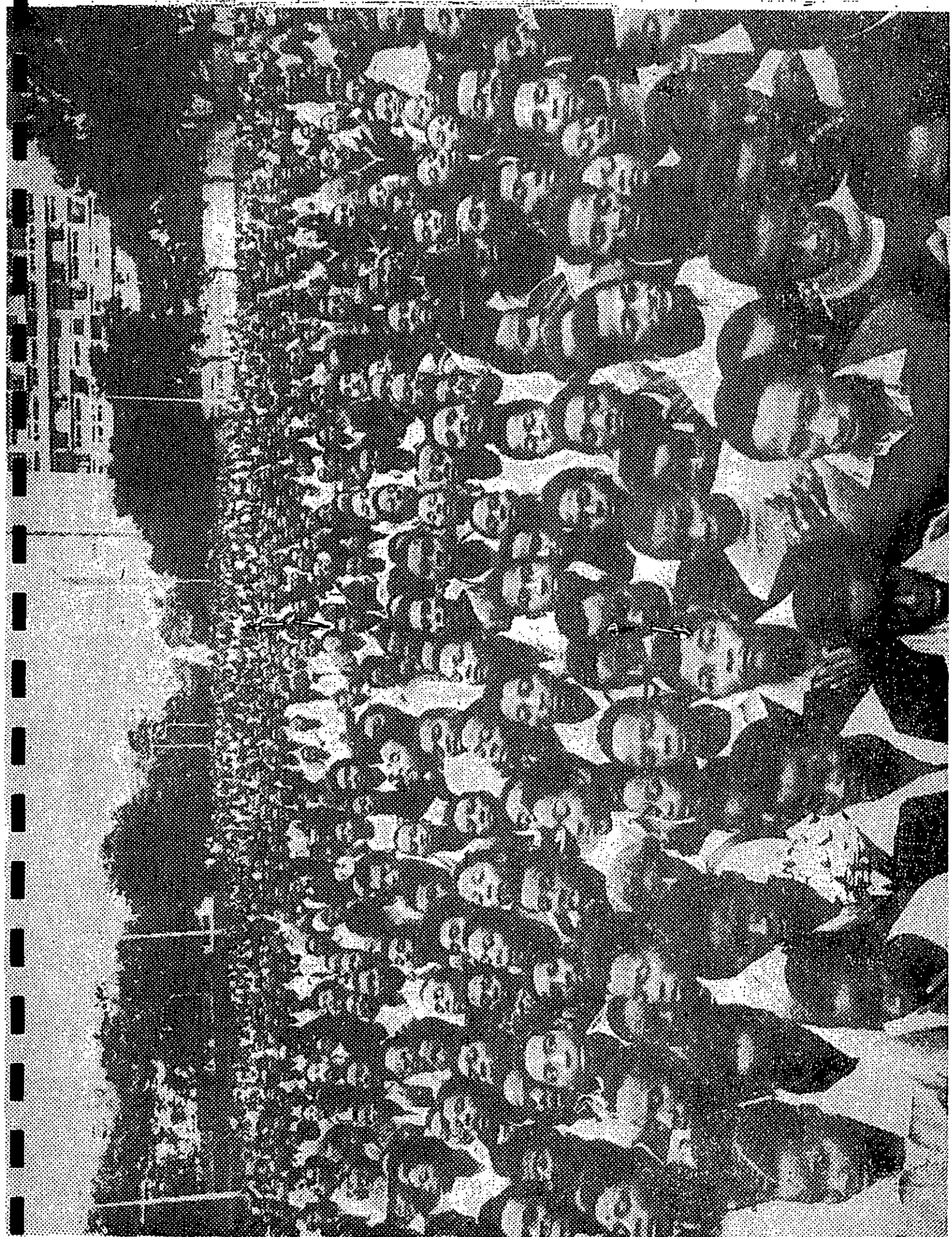
- Matama,
- Lissiete,
- Unango,
- Moatize,
- Chókwè,
- Dondo,
- Marromeu,
- Maringuè,
- Murroa,

para construírem:

- escolas,
- casas,
- hospitais e maternidades,

para reabilitarem estradas e caminhos de ferro; para destroncarem a floresta e criarem a riqueza; para construírem e reconstruírem pontes.

Os jovens de hoje são os Continuadores das tradições gloriosas da Juventude do 25 de Setembro de 1964.



O Partido e o Estado vivem intensamente os problemas da nossa juventude, porque depositam nela toda a esperança do progresso, da felicidade, do bem-estar da Nação moçambicana. Porque a juventude é o futuro da Nação, é a seiva da Nação, é contra ela, sobretudo, que age o imperialismo, e os seus agentes.

A juventude constitui sempre um terreno de disputa entre nós e o imperialismo. O imperialismo aposta na sua acção de corrupção da juventude para bloquear e destruir a Revolução.

Nós sabemos que a juventude é o futuro da Revolução. Temos que garantir o desenvolvimento do espírito e tradição revolucionários no seio da juventude.

Os nossos jovens precisam de mais escolas. Queremos construir mais escolas, para educar a nossa juventude, para que não continue a haver jovens que ficam fora das escolas, que não conseguem prosseguir os seus estudos.

Queremos que todos os jovens moçambicanos possam desenvolver a sua inteligência, possam adquirir a ciência e a cultura.

Queremos educar a nossa juventude para que desenvolva completamente as suas capacidades, a sua criatividade.

Queremos uma juventude que confie em si própria, que acredite na sua capacidade de construir o futuro.

Mas os bandidos armados, instrumento do imperialismo, não querem isto.

Os bandidos armados destroem às nossas escolas, raptam e violam as nossas alunas, raptam e assassinam os nossos alunos e professores.

Precisamos de mais hospitais, centros de saúde, maternidades e postos médicos.

Queremos que todos os moçambicanos tenham assistência médica garantida, que tenham os medicamentos de que precisam para se tratarem.

Queremos que todas as nossas mulheres sejam assistidas e dêem à luz na maternidade, para que os nossos filhos nasçam e cresçam saudáveis.

Mas os bandidos armados não querem isto.

Os bandidos armados atacam os nossos hospitais, queimam os nossos centros de saúde, destroem as nossas maternidades.

Os bandidos armados roubam e destroem os medicamentos destinados a tratar o Povo.

Os bandidos armados raptam enfermeiros, assassinam parteiras, tomam como alvo o pessoal de saúde.

Temos falta de comida.

Não podemos beber o leite, comer a fruta, os ovos, o pão, a manteiga, não é verdade?

Mas sabem porque é que falta comida?

Falta comida porque os bandidos armados:

- destroem as nossas machambas, impedem que os camponeses produzam;
- roubam e matam o nosso gado;
- atacam e destroem os camiões e combóios que transportam os produtos;
- queimam os nossos celeiros, raptam e assassinam técnicos, agricultores e criadores de gado;

... os factores e as armas agrícolas se
mentes, adubos e pesticidas;
— sabotam fábricas, pontes e linhas de trans-
porte de energia.

Os bandidos armados tentam desorganizar toda a nossa economia:

- para o nosso Povo não poder produzir;
- para o nosso Povo passar fome e viver na miséria.

Também temos falta de roupa.

Sabemos que os jovens sentem muito este problema, porque todo o jovem gosta de vestir bem. Mas há camisas bonitas nas nossas lojas?

Temos nas nossas lojas as belas blusas, vestidos, sapatos, que as nossas mulheres gostam de vestir?

Não temos, porque a guerra não nos permite produzir — guerra que nos é imposta pelo imperialismo, pelos inimigos do Povo moçambicano, que não querem que o nosso País se desenvolva. Há outros problemas que nos preocupam e que são problemas de todo o Povo.

Há desemprego entre os jovens.

Há jovens subempregados.

Há jovens que não conseguem a sua colocação numa empresa, numa fábrica, e abandonam o País.

Há falta de habitação, especialmente para os jovens que se casam.

Há falta de mobiliário, talheres, toalhas e lençóis. Não há entretenimentos, diversões que ajudem os jovens a ocupar os tempos livres.

Há falta de livros, discos, filmes de boa qualidade, para os jovens se cultivarem, para os jovens se divertirem.

Há falta de meios e de infra-estrutura para os jovens praticarem as mais diversas modalidades desportivas, a partir das escolas e dos bairros até à alta competição.

Queremos que os nossos jovens se divirtam, sejam alegres e felizes, que tenham locais de diversão, recintos de dança, salas de espectáculos, ginásios e parques desportivos.

Mas o imperialismo, os bandidos armados que são o seu instrumento, movem-nos uma guerra de desgaste.

Os nossos recursos económicos, em vez de serem utilizados na construção de casas, de escolas, de hospitais, de maternidades, de cinemas, de salas de espectáculos, de estádios e de complexos gimno-desportivos, têm de ser investidos na defesa da nossa Pátria, da nossa Independência, do nosso Estado, do nosso Povo.

Por isso, temos que ter mais armas, mais tanques, mais aviões e helicópteros de combate.

Uma revolução que não se sabe defender morre de hemorragia.

A nossa revolução é para que o nosso Povo viva na felicidade e na prosperidade, no progresso e no bem estar.

O imperialismo, os saudosistas do colonialismo, não querem que construamos em paz o nosso progresso.

Utilizam os bandidos armados.

Estes bandidos são a origem dos problemas que todos nós sentimos.

São assassinos, bandeiros, ladrões, destruidores.

São como uma praga de gafanhotos que na machamba devora o fruto do nosso trabalho.

Quando a nossa machamba é invadida por gafanhotos, temos que os exterminar.

Para eliminar os bandidos armados, totalmente, definitivamente, temos que pegar nas nossas armas para destruir esta praga.

As acções criminosas dos bandidos armados criam um ódio profundo do nosso Povo contra esses agentes da agressão imperialista à nossa Pátria.

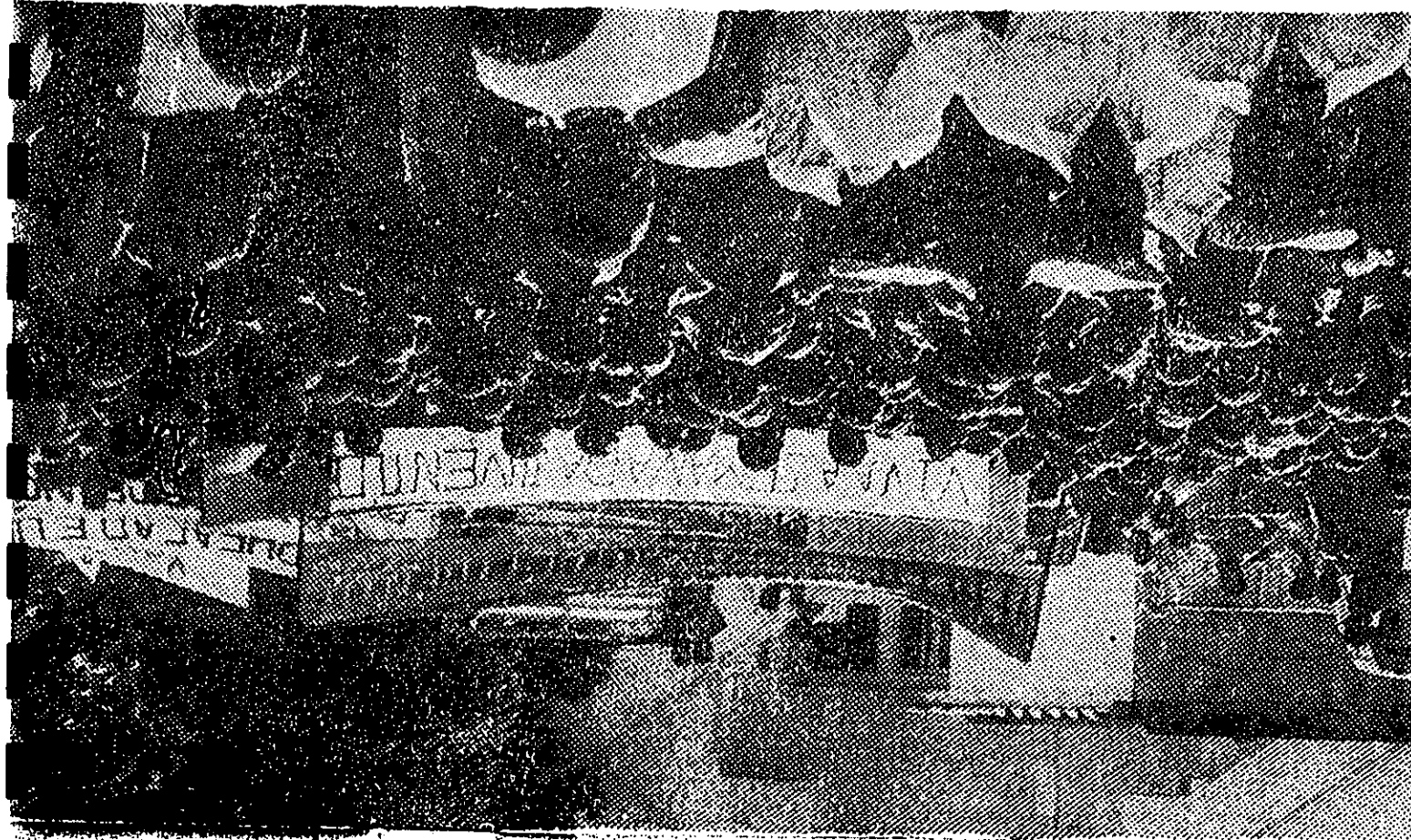
Todos aqui já sentiram, já choraram o assassinato de um familiar, de um amigo, de um colega ou de um conhecido que foi cobardemente morto pelos bandidos armados.

Todos aqui conhecem os crimes que os bandidos armados praticam contra os nossos pais e as nossas mães, os nossos tios, as nossas tias, os nossos irmãos e irmãs, os nossos amigos e amigas, os nossos conhecidos.

A nossa Pátria, meus jovens, está ameaçada. A Pátria é qualquer coisa de concreto, não é uma coisa abstracta.

A Pátria é um corpo que vive em cada um de nós. A Pátria somos nós, a Pátria são os 13 milhões de moçambicanos, homens, mulheres, velhos, jovens e crianças.

A Pátria é a nossa casa, a nossa família, a nossa machamba, a nossa fábrica, a nossa empresa.



Jovens afluindo, em massa, ao local do encontro

A nossa Pátria, meus jovens, está ameaçada.

O alvo do imperialismo somos nós. O imperialismo quer destruir esta Pátria libertada, pretende destruir a nossa independência, pretende destruir as nossas conquistas, pretende dividir o país com base no tribalismo, no regionalismo e no racismo.

O imperialismo pretende destruir o Estado que a Frelimo proclamou.

O imperialismo pretende destruir o Governo que a Frelimo formou.

O imperialismo pretende, em último análise, destruir a Frelimo; que é a força decisiva do nosso Povo.

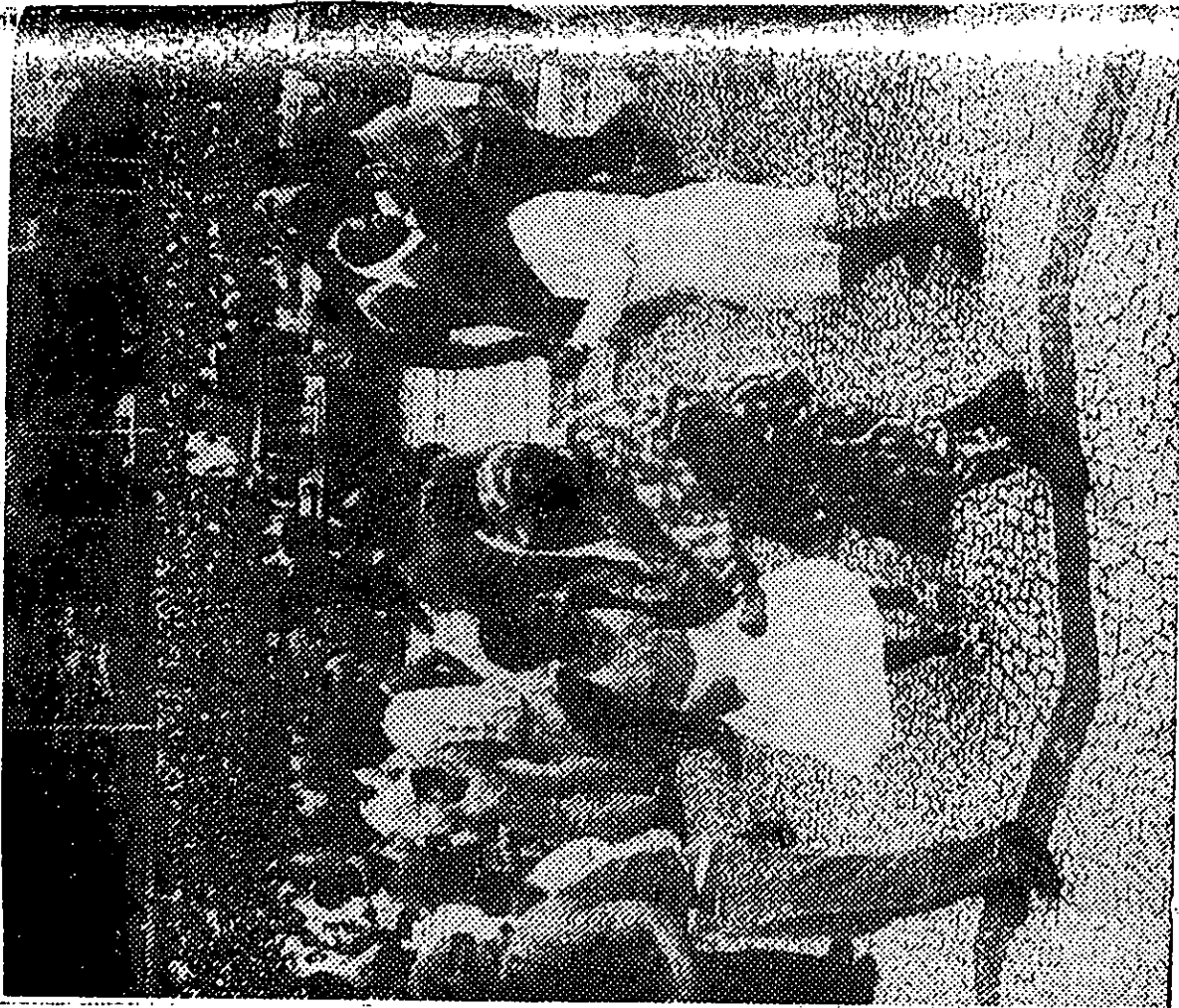
A Frelimo não pode ser destruída, porque a Frelimo somos todos nós, é o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo. A Frelimo são as lutas e as conquistas do nosso Povo.

Na sua agressão com o objectivo de nos destruir, o imperialismo utiliza como instrumento os bandidos armados.

Os verdadeiros chefes dos bandidos armados são aqueles contra quem sempre lutámos.

Os verdadeiros chefes dos bandidos armados são estrangeiros que não se resignaram com as derrotas que lhes infligimos, são estrangeiros que não aceitaram ter perdido os privilégios que detinham no nosso País. São os antigos donos das machambas e plantações de açúcar, de chá, de copra, de algodão, de sisal, são os antigos proprietários das fábricas e prédios, são os antigos donos da refinaria e das minas.

Os verdadeiros chefes do banditismo armado são os estrangeiros que nos exploravam e opri-



A festa de encerramento da Semana da Juventude foi um momento em que os jovens patentearam não apenas a sua determinação de defender a Pátria mas também, como é natural a alegria e vivacidade próprias dos jovens, visíveis aqui numa das várias danças executadas ao som de vários conjuntos musicais

...m ... o ... trabalho ... com a palmatória, com o chibalo e com o chicote. São aqueles que nos vendiam como escravos para as minas e plantações da África do Sul e da Rodésia.

Lutámos contra os verdadeiros chefes do banditismo armado quando eles fomentaram grupelhos fantoches, para tentar impedir que a Frelimo proclamasse o Estado e formasse o Governo. Lutámos contra os verdadeiros chefes dos bandidos armados quando eles se opuseram à assinatura do Acordo de Lusaka. São os mesmos que em 7 de Setembro tomaram a Rádio em Lourenço Marques com a bandeira portuguesa, massacraram a população e fizeram destruições e finalmente fugiram.

Lutámos contra os verdadeiros chefes do banditismo armado quando eles se opuseram à nossa independência e se aliaram ao Smith e ao regime da África do Sul.

Quando conquistámos a nossa independência, fugiram. Tinham medo dos crimes que haviam cometido contra o nosso povo.

São como sanguessugas. Não podem deixar de viver sem chupar sangue. Por isso, semeiam a morte, a destruição, o massacre, o terror.

Vamos liquidá-los.

Vamos liquidar os bandidos armados que são o seu instrumento.

A situação internacional é-nos favorável.

O Mundo compreendeu que os bandidos armados não passam de terroristas, ladrões, assassinos e criminosos de delito comum.

Nenhum governo tem a coragem de dizer que apoia os bandidos armados.

O Mundo está inteiramente do lado da Frelimo, do Governo da Frelimo, do Povo moçambicano. Estão connosco, todos os que amam a paz, todos os que desejam o progresso, a felicidade e o bem estar social.

Estão do nosso lado todos os homens honestos, civilizados, que repudiam o terrorismo, o banditismo e a barbárie.

Há dois dias, no dia 9 de Maio, juntámo-nos a todo o Mundo para celebrar o 40.º Aniversário da vitória sobre o nazismo.

Todos aqueles que condenam o nazismo, condenam os crimes praticados pelos bandidos armados. Os que condenam o nazismo, os massacres, o terrorismo, condenam os inspiradores, financiadores e promotores do banditismo, os patrões dos bandidos armados.

Mas a frente fundamental de luta é a frente interna, é a luta no terreno pela liquidação total e completa dos bandidos armados.

Vencemos a luta armada de libertação nacional, porque soubemos desenvolver a luta e vencer o inimigo físico no terreno.

Nesta guerra pela liquidação total dos bandidos armados estamos seguros da vitória:

- porque o inimigo está claramente definido;
- porque a nossa estratégia está correctamente traçada;
- e é o povo, a força principal que, de armas na mão, garante a defesa da Pátria.

O povo quer acabar rapidamente com os bandidos armados.

A tarefa prioritária de todos nós é liquidar os bandidos armados. Participar nesta guerra é dever patriótico de todos os cidadãos.

A Pátria chama por nós.

A Pátria quer libertar-se das sanguessugas e piolhos do banditismo.

A Pátria não pode viver como rotina, como normal, os assassinatos e destruições.

Os camponeses querem trabalhar e fazer machamba.

Não querem ver as suas casas e celeiros queimados, pilhados o seu gado e os seus produtos. Querem que a loja os abasteça. Não querem a loja queimada, o camião, que transporta os produtos, destruído.

As pessoas querem apanhar o combóio, o machimbombo da carreira, para visitarem os seus familiares, tratar dos seus problemas. Os jovens querem fazer excursões à praia, ao campo. Não querem ser assassinados em machimbombos e combóios, nem ficar dias à espera de poder circular.

Os operários querem que o algodão e a copra cheguem às fábricas: Querem que os transportes circulem.

Os camionistas, os maquinistas, querem fazer o seu trabalho. Não querem ver o combóio e o camião queimados, destruído o seu ganha-pão. A sua vida de trabalho duro e arriscado deve ser respeitada.

Queremos luz e água nas nossas cidades.

Queremos estar limpos. Queremos estudar. Queremos trabalhar. Queremos divertir-nos. Não podemos fazer tudo isto sem electricidade.

Então, temos que lutar, lutar arduamente. Temos que responder ao apelo da Pátria.

Quando a Pátria está em guerra, temos que dar prioridade à guerra. Se é necessário, para acabar a guerra rapidamente, que se fechem locais de trabalho, que se fechem escolas e universidades, vamos fazê-lo.

Em situação de guerra, não existe Serviço Militar Obrigatório. Existe apenas o chamamento da Pátria.

(Aplausos.)

Assim fez a geração que conquistou a independência da nossa Pátria moçambicana. Abandonou empregos e estudos, pais e noivas, e entregou-se à Pátria.

Assim o fez a geração que defendeu Moçambique que contra as agressões rodesianas.

Através da Juventude da Cidade de Maputo aqui reunida, o Partido Frelimo, em nome da Pátria, apela a toda a Juventude moçambicana a engajar-se na defesa da Pátria, na conquista da paz.

(Aplausos.)

O Governo da República Popular de Moçambique vai tomar medidas apropriadas.

É neste momento em que, mais uma vez, o nosso Povo está em guerra, que a Juventude moçambicana inicia os preparativos da 2.ª Conferência Nacional da OJM.

Os temas, que irão ser debatidos pelos jovens, estão intimamente ligados à situação real que o país atravessa.

O processo de preparação da Conferência deve servir para que a Juventude defina com maior rigor

as tarefas que deve cumprir nesta fase histórica em que a Pátria se encontra ameaçada.

Hoje, o nosso lema continua a ser «Estudar, Combater, Produzir».

O que queremos dos jovens?

É nas várias frentes de combate que se vão forjar os nossos jovens. Destes jovens sairão mais oficiais brilhantes para o nosso Exército, para a nossa Força Aérea, para a nossa Marinha de Guerra, para a nossa Polícia, para a nossa Segurança.

Dos jovens engajados nas várias frentes de combate sairão:

- Excelentes cientistas, sociólogos, antropólogos, psicólogos, historiadores, médicos, engenheiros, mecânicos, electricistas, enfermeiros, professores, jornalistas, parateiras, marinheiros, motoristas, contabilistas, veterinários, serralheiros e agrónomos;
- magníficos poetas, escritores, pintores, esultores, músicos, cantores, actores, dançarinos e desportistas.

Dos jovens, hoje engajados nas várias frentes de combate, brotarão os futuros dirigentes do nosso Partido e do nosso Estado;

- dirigentes com profundas raízes, mergulhadas permanentemente no povo;
- dirigentes sólidos como o imbondeiro que que irrompe da terra e que nenhum vento consegue derrubar;

— dirigentes forjados e temperados no calor da luta, dirigentes produzidos e formados pela própria luta.

É desta nossa Juventude que sairão os futuros dirigentes, forjados nas fábricas, nos complexos agro-pecuários, nas minas, nos portos e caminhos de ferro, nas Forças de Defesa e Segurança, na Saúde e na Educação.

Os futuros dirigentes forjar-se-ão nas Células do Partido, lá onde se produz e se combate.

- forjar-se-ão nos círculos, nas localidades, nos distritos, lá onde se produz a riqueza, lá onde vive o Povo a quem jurámos servir.

Os jovens de hoje são o bastião intransponível para defender:

- o Estado,
- a Pátria,
- a Revolução,
- a Independência,
- a democracia,
- a liberdade,
- o socialismo.

Os jovens de hoje são o bastião intransponível que defende a Frelimo. É à Frelimo a quem devemos tudo aquilo que hoje somos:

- homens e mulheres livres e independentes numa Pátria soberana; que lutam pela paz e constroem os alicerces de um futuro radioso.

Os jovens de hoje não são os mesmos de ontem. A geração que, em 25 de Setembro de 1964, pegou em armas e venceu o colonialismo.

Os jovens, nas fileiras da Organização da Juventude Moçambicana, os jovens que militam na OJM, constituem a grande reserva da Pátria e do futuro.

Saudamos a OJM pelo esforço que realiza para transformar a Juventude Moçambicana no grande viveiro da Pátria.

Sairemos vitoriosos.

Vemos nos vossos rostos a certeza da vitória.

A Luta Continua!

A Revolução Vencerá!

O Socialismo Triunfará!

Queremos que os nossos jovens se divirtam, sejam alegres e felizes, que tenham locais de diversão, recintos de dança, salas de espectáculos, ginásios e parques desportivos.

Mas o imperialismo, os bandidos armados que são o seu instrumento, movem-nos uma guerra de desgaste.

Os nossos recursos económicos, em vez de serem utilizados na construção de casas, de escolas, de hospitais, de maternidades, de cinemas, de salas de espectáculos, de estádios e de complexos gimno-desportivos, têm de ser investidos na defesa da nossa Pátria, da nossa independência, do nosso Estado, do nosso Povo.

★

Os verdadeiros chefes dos bandidos armados são estrangeiros que não se resignaram com as derrotas que lhes infligimos, são estrangeiros que não aceitam ter perdido os privilégios que detinham no nosso País. São os antigos donos das machambas e plantações de açúcar, de chá, de copra, de algodão, de sisal, são os antigos proprietários das fábricas e prédios, são os antigos donos da refinaria e das minas.

Os verdadeiros chefes do banditismo armado são os estrangeiros que nos exploravam e oprimiam com o trabalho forçado, com a palmatória, com o chibalo e com o chicote.

★

Quando a Pátria está em guerra, temos que dar prioridade à guerra. Se é necessário, para acabar a guerra rapidamente, que se fechem locais de trabalho, que se fechem escolas e universidades, vamos fazê-lo.

Em situação de guerra, não existe Serviço Militar Obrigatório. Existe apenas o chamamento da Pátria.

e447g

Ex2

3

**A nossa força
está na
UNIDADE**

SAMORA MOISÉS MACHEL

18.5.97
3.11.58
19.3.02

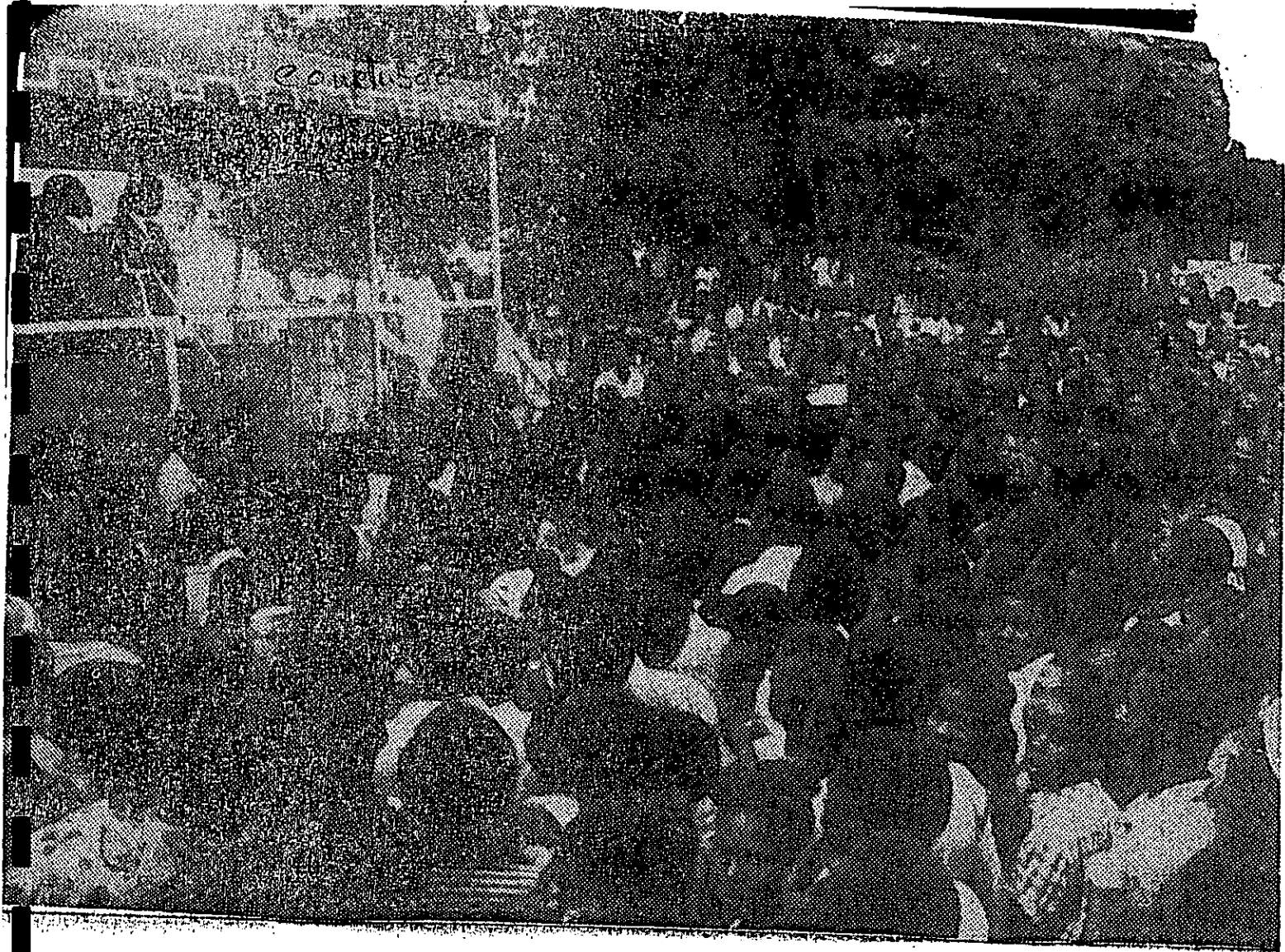
SAMORA MOISES MACHEL

A NOSSA FORÇA ESTÁ NA UNIDADE

(Intervenção do Presidente Samora Machel no comício realizado em Quelimane, em 19/6/83, para a apresentação do novo dirigente da Província da Zambézia)

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E DO DISCO

Q. LETRAS U. E. M.
R. E. 450923
DATA 93/ Nov. / 1984
ADMISSÃO <u>Caupira</u>
GOTA <u>M-277</u>



INTRODUÇÃO

No dia 19 de Junho de 1983, o Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, reuniu-se com a população de Quelimane para proceder à apresentação do novo dirigente político da Província da Zambézia, o membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Frelimo, Mário da Graça Machungo — poucos dias depois de, na Beira, ter realizado uma cerimónia semelhante.

O encontro de Quelimane foi ocasião para o dirigente máximo da Revolução moçambicana abordar algumas questões de premente actualidade: o problema da unidade nacional, a luta contra os bandidos, o combate à fome. Na essência, foram as mesmas questões que já haviam sido tratadas na Beira, mas referidas, desta vez, à situação e aos problemas específicos da Província da Zambézia. Por exemplo, ao falar da unidade nacional em Quelimane, o Presidente Samora Machel colocou uma ênfase muito especial na necessidade de combatermos o elitismo que se notava, no passado, em alguns sectores da população zambeziana — e de que ainda persistem hoje muitos vestígios. Da mesma forma, a questão dos bandidos armados foi tratada em função, sobretudo, das características especiais da Zambézia e do papel que esta província desempenhou durante a luta armada de libertação nacional.

Ao publicar, agora, em forma de brochura, o discurso então proferido pelo Presidente Samora Machel, procurou respeitá-lo, o mais possível, o tom colloquial do improviso proferido pelo Chefe do Estado. De facto, mais do que um discurso, tratou-se de uma conversa entre o Presidente Samora e a população, sendo inúmeras as intervenções desta última. Reproduzindo essa conversa, os diálogos travados, tenta-se transmitir um pouco do que foi aquele memorável encontro: um pouco do calor, do entusiasmo, da participação popular intensa que caracterizou o comício.

As orientações transmitidas na ocasião pelo Presidente Samora Machel constituem um verdadeiro programa de tarefas para a Província da Zambézia e, por extensão, para todo o país, pois, como ele mesmo salientou, os problemas ali tratados não diferem, na sua essência, daqueles que afectam as outras províncias, o povo moçambicano do Rovuma ao Maputo.

Obrigado, população da Província da Zambézia! Obrigado pelo entusiasmo contagiante, que nos transmite a confiança, que manifeste a esperança que trazem no olhar de cada um de vós.

Obrigado, população de Quelimane! Obrigado por nos terem recebido ontem com tanto calor e carinho, com tanto amor e devoção patriótica.

Desde que chegámos ontem, desde o aeroporto, este mar de gente vai crescendo, dá-nos novas forças, traz-nos novas energias, consolida cada vez mais a nossa convicção na vitória.

Esta é a maneira própria moçambicana de receber alguém em casa, é a hospitalidade tradicional do povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, de Tete ao Oceano Índico. É esta a nossa cultura, é esta a síntese da nossa cultura.

Aqui, nesta cidade de Quelimane, as populações trouxeram o calor típico da hospitalidade zambeziana. Não aquela hospitalidade de que falava Vasco da Gama, mas sim aquela hospitalidade popular e verdadeiramente nossa, verdadeiramente moçambicana, que mais ninguém pode ter senão o povo de Moçambique. (Aplausos prolongados).

O calor da recepção desde o aeroporto, os saborosos pratos da típica culinária zambeziana que ontem tivemos ocasião de saborear, a cortesia e a delicadeza que nos têm acompanhado desde a nossa chegada, orgulham-nos como moçambicanos. Por isso dizemos: NINOUTAMALELANI, população da Zambézia, população de Quelimane! (Aplausos prolongados).

OBJECTIVO DA VISITA

No quadro da materialização das decisões do IV Congresso do nosso Partido, viemos à Zambézia para fazer a entrega da direcção da provincia a um membro do Bureau Político, para cumprimento da decisão de reforçar a direcção, de garantir o exercicio efectivo do nosso poder, o poder dos operários e camponeses.

O membro do Bureau Político vem para a Zambézia para implementar a decisão de consolidar a unidade nacional em cada parcela do nosso território, de eliminar os bandidos armados que destroem a vida do nosso povo, que semeiam o luto no povo e atrasam o desenvolvimento económico, social, cultural, técnico-científico no nosso país. Esta decisão enquadra-se também na tarefa de vencermos a fome, a nudez, a pobreza, a miséria, em síntese, de vencermos o subdesenvolvimento.

É por isso que realizamos esta cerimónia solene na cidade de Quelimane, capital desta provincia.

Este acto de entrega do poder é a materialização do compromisso assumido perante o IV Congresso do Partido e perante o povo moçambicano, aqui representado pela população da cidade de Quelimane.

Não é normal efectuar uma cerimónia como esta em público.

Vocês perguntariam: por que é que fizeram a cerimónia em público? Para nós a resposta é a seguinte: porque este poder reside na força do povo, porque entregamos o exercicio do poder ao povo.

E o povo sois vós. Todo o povo deve estar claro sobre quem o representa, quem exerce o poder e o que faz.

Em nenhum outro país se realiza assim uma cerimónia destas. Faz-se em salões de luxo, com champagne, com whiskey. Mas fazendo-a em público, aprofundaremos o seu conteúdo, porque, com os nossos próprios olhos, podemos constatar os problemas do povo, problemas que estão nas nossas caras, nos nossos corpos, em cada um de nós. Ao mesmo tempo, podemos medir, através da nossa constatação directa, a força imensa do povo, a sua energia, a sua determinação e a sua vontade de reconstruir o país.

Quisemos que esta cerimónia fosse pública porque este poder pertence-vos, tem de ser por vós exercido e defendido.

A vossa presença, a vossa participação em massa neste acto exprime a vontade e a determinação popular em assumir o poder, para juntos enfrentarmos os problemas que temos de resolver. São os problemas dos bandidos armados e não armados, é o problema da fome, da carência de produtos, da nudez, da ignorância, dos transportes, do escoamento de produtos, da comercialização, da superstitição e do analfabetismo. Temos de resolver estes problemas, temos de lutar em conjunto e combater aquela doença perigosa, contagiosa, que geralmente ataca os fracos, que é o tribalismo. (Aplausos prolongados).

Em conjunto vamos encontrar soluções. Todos nós — homens, mulheres, velhos e crianças —, vamos encontrar o tratamento de choque para a liquidação definitiva desta doença: o tribalismo, o regionalismo, o racismo e o elitismo que existem entre nós. É ou não é? (Resposta da população: «É!»).

Vocês, os jovens, são os continuadores dos tribalistas? (Resposta: «Não»). (Aplausos).

São continuadores dos regionalistas? (Resposta: «Não»).

São continuadores dos elitistas? (Resposta: «Não»).

São continuadores dos tribalistas, dos regionalistas e dos racistas? (Resposta: «Não»).

O ladrão não olha para a terra, para os espaços vazios, não pensa o que deve plantar. A cabeça dele é para assaltar bancos, cooperativas do povo, hotéis e restaurantes. A sua cabeça serve para arrombar as nossas residências e tirar-nos o pouco que temos. Entenderam? (Resposta: «Sim!»)

A mão do ladrão não conhece a enxada, nem a pá, nem a picareta. Não conhece a catana, o machado. A mão do ladrão conhece, sim, a faca para assassinar quando for surpreendido durante o roubo. É ou não é? («É!»)

Portanto, o ladrão é também um assassino. É um duplo criminoso porque rouba e mata. Correcto? («Sim!»)

Mas infelizmente, alguns desses ladrões estão aqui nesta reunião. Estão aqui ou não? («Estão!») Vocês gostam de viver com eles? («Não!»)

Se o ladrão nos rouba dinheiro, a blusa que vestimos, o lenço, o vestido e a saia, o sapato, se o ladrão rouba o prato, o garfo, a faca, a toalha de mesa, o guardanapo, o que é que falta roubar mais? Só falta eles roubarem crianças! É ou não é? («É!»)

Obrigado. (Aplausos).

Por isso, a resposta a estes problemas está em nós, em cada patriota, em cada cidadão. A resposta está nas nossas mãos, no trabalho árduo, na disciplina, na criatividade, na inteligência e energia, na dedicação e na vontade de todos nós.

Vamos unir as nossas mãos, vamos misturar a nossa inteligência à terra, e a riqueza e a abundância brotarão.

Se pegarmos na enxada e fizermos de todos os espaços existentes dentro da cidade zonas verdes, com canteiros bem feitos de cebola, de couve e de mandioca, teremos falta de comida? («Não!»)

Esta terra é húmida todo o ano. Há humidade constantemente nesta zona de Quelimane, e por isso não é preciso água. É uma terra que não necessita de regas constantes. Estamos à espera de quê para produzir?

Vamos fazer da nossa cidade, dos espaços vazios, jardins de comida, não jardins de capim para produzir carroças e servir de coito aos ladrões. Correcto? («Sim!»)

Quantos somos aqui? Quantos milhares estão aqui? Jornalistas, quantos são? Venha aqui para cima e veja. (Resposta: «São vinte e cinco mil!»).

Com vinte e cinco mil pessoas já é uma grande cidade. Cidade que precisa de câmer, precisa de carne. Infelizmente, não podem conseguir ver a quantidade de pessoas que estão aqui só se todos pudessem subir aqui à tribuna e ver! Talvez os cineastas façam um filme bonito e possam projectá-lo para todos poderem ver que somos uma força.

Vamos deduzir, das vinte e cinco mil pessoas, dez mil que são crianças. Ficamos 15 mil. Se com 15 mil enxadas cultivarmos os espaços vazios da cidade de Quelimane, pode haver matos aqui dentro da cidade? («Não!») Pode haver lixeira aqui, dentro da nossa cidade? («Não!») Seria a cidade mais bela de Moçambique. Quinze mil pessoas com pincel a pintar a cidade de Quelimane, quantas semanas levariam para pintar os prédios? Quantos dias? (Resposta: «Um dia»). Estão à espera de quê? (Risos).

Portanto, isso significa que vocês querem enxadas agora, não é verdade? («Sim!») Querem ancinhos? («Sim!») Querem picaretas? («Sim!») Querem pás? («Sim!») Querem regadores? («Sim!») Querem? Respondam todos! («Queremos!»)

Quero a vossa resposta para eu tomar um compromisso.

Hoje, estamos a 19 de Junho. Eu viria aqui a 19 de Julho para ver como estarão os terrenos, para ver também algumas casas e as avenidas. Vocês provaram a vossa capacidade durante os preparativos do IV Congresso do Partido.

Se podem fazer jardins nesta cidade, quantas enxadas necessitam então? Estão aqui 25 mil pessoas. Isso significa que não

vieram todos, não é verdade? («Sim!») Esta cidade tem 60 mil habitantes. Então, quantas enxadas querem?

Mas há um problema sério, um problema de classe. Os elitistas irão pegar na enxada? Os assimilados vão pegar na enxada? O aluno do Ensino Geral — não do Industrial — o futuro doutor, vai pegar na enxada? («Não!»)

Esse é nosso problema!

Não sei se há falta de tesouras aqui ou máquinas de barbear, mas vejo toda a gente com cabelo grande. É falta de quê? («De lâminas»). Queriam rapar o cabelo com lâminas? Os mais velhos, sim, precisam de lâminas para fazer a barba.

Até ao fim da próxima semana poderemos descarregar aqui trinta mil enxadas, trinta mil ancinhos, trinta mil picaretas, trinta mil pás, algumas dezenas de milho de regadores. («Aplausos»).

Vamos nomear também uma comissão para avaliar quantas casas existem e, portanto, quantas toneladas de tinta necessitam. («Aplausos prolongados»).

Quantos barbeiros de profissão existem em Quelimane? Têm de ter todo o material de barbearia. Há também cabeleireiros? As nossas mulheres têm que andar bonitas. Não é verdade? Estão a notar que as nossas meninas não aprendem a pentear-se, não sabem fazer aqueles belos penteados? Não sabem que pentear também é cultura? Agora fazem aquelas trancinhas que mais parecem invadidas pelos ratos! Assim ficam bonitas? («Não!»)

Precisamos de barbearias bem feitas, de cabeleireiros que façam vários penteados. Precisamos também de pastelarias. O que faz a pastelaria? («Bolos»). Para que é o bolo? Quando nasce uma criança, quando faz anos uma criança ou um adulto, quando há casamentos e quando se celebram os anos de casamento, compramos bolos. Também os rapazes compram bolos para as namoradas, é ou não é? («É»).

Precisamos de lugar onde comprar rebuçados, chocolates, «ice-cream», é ou não é?

Se organizarmos esta cidade podemos ter tudo isto. Há algumas pessoas daqui de Quelimane que sabem fazer estas coisas. Sabem ou não sabem? («Sabemos!»).

Os voluntários que querem fazer pastelarias, que querem fazer barbearias, que querem ser cabeleireiros e modistas, vão registar-se. Existem ou não modistas em Quelimane? («Existem!»).

A nossa sociedade é complexa. É complexa porque quem habitava a cidade no tempo colonial eram os estrangeiros. Nós vínhamos apenas limpar a cidade. Portanto, não assumimos a importância do que é limpar a cidade.

Nós vínhamos limpar a cidade, vindos de vários distritos. Agora, o estrangeiro saiu e nós ocupámos a cidade. Ocupámos a cidade mas não sabemos valorizar essa conquista, não sabemos cuidar da nossa residência. Pior ainda, não valorizamos as casas porque estão nacionalizadas!

Penso que há homens aqui em Quelimane que sabem fazer pão, mas faziam-no apenas porque eram empregados dos estrangeiros. Não é só por falta de matéria-prima que hoje não fazemos pão. O problema principal é a organização. No tempo colonial só sabiam executar, eram meros executores. Como planificar uma padaria, como calcular os lucros e os prejuízos? Não sabem.

Estão aqui os que faziam blocos no tempo colonial. Mas eles eram executores, eram simplesmente executores das ordens do patrão. Aqueles que organizavam, planificavam e programavam, foram-se embora, mas os fabricantes do pão estão aqui conosco.

O problema, como já disse, é a falta de organização, falta de concepção sobre o que é uma padaria, o que é uma pastelaria. Eles não sabem. E, então, atribuímos toda a responsabilidade à falta de abastecimento!

Havia aqui senhoras que tinham boudoirs, que tinham a iniciativa de fazer roupa para as crianças, que sabiam escolher cores alegres para a roupa das crianças. Essas senhoras concebiam e vocês executavam. E elas foram-se embora.

Por isso, agora desenham lagartixas e camaleões nos vestidos das crianças de cinco e de três anos. «Grande» desenhos

Começam a desenhá-los o caju nos vestidinhos de uma criança de dois anos! Nós conhecemos o caju. Que invenção é essa? Desenhem palmeiras. Que «grande» descoberta é essa?

Havia padrões que tinham garagens e oficinas. Estão aqui alguns que trabalharam nessas garagens, estão aqui os mecânicos que estavam nas oficinas, que estavam nas bombas de gasolina. Mas não eram organizadores, eram empregados. Por isso têm dificuldades de conceber, de organizar, uma garagem e pô-la a funcionar.

Duas pessoas não são capazes de se juntar para explorar uma loja de venda de coisas pequenas que satisfaçam a população, como o alfinete, as fraldas para os bebés, a capulana para as mães.

Este é o problema da República Popular de Moçambique, do Rovuma ao Maputo. Porquê? Porque, de repente, recebemos um bebé nas mãos, que é este pedaço de terra que se chama Moçambique, e nós não somos capazes de compreender a grandeza deste país e os seus verdadeiros problemas.

(Canção «Kharimambo Frelimo!»)

Vejam! Nem sabem cantar! Mas se fosse «Avé, Avé, Avé, Avé Maria», todos haviam de cantar! (Risos).

Quando o administrador vos fala de como se fabrica o pão, de como se produz a alface, a couve, o repolho, os alhos e a cenoura, ninguém compreende.

Que cultura deixaram os colonialistas, para alguns de vocês terem saudades dela? Quando falamos da herança colonial, falamos também das escolas. As nossas escolas são centros de indisciplina. Porquê? Porque o professor de hoje, o trabalhador que está lá, antigamente eram simples executores na escola. Nunca participaram na organização da escola, na planificação da vida da escola.

Se há indisciplina nas escolas, de onde virá o Homem Novo? Se no centro onde fabricamos o homem, o futuro dirigente, há indisciplina, o jovem crescerá indisciplinado e então irá ensinar

a indisciplina à sociedade inteira, do Rovuma ao Maputo. De onde virá então o Homem Novo? («Do povo») — responde um jovem).

Do povo? O povo está à espera de ti, continuador que estás na escola. O povo está à espera de ti para ir ensinar as novas técnicas que fazem aumentar a produção em cada hectare. O povo está à tua espera para aprender como produzir para colher cinco toneladas de milho num hectare. Agora, só tiramos meia tonelada por hectare.

Mas se nós liquidarmos o tribalismo, o racismo e o regionalismo, havemos de resolver estes problemas. Entenderam? («Sim!»)

Na Beira falei longamente deste problema do racismo, do tribalismo e do regionalismo. Não vou repetir. Mas vou falar dos problemas específicos da Província da Zambézia. Entenderam? («Sim!»)

Obrigado! (Aplausos).

IMPORTANCIA DA PROVINCIA DA ZAMBEZIA

Nós vivemos na Província da Zambézia, mas não conhecemos a sua importância económica. Então se alguém nos perguntar onde fica o nariz, o que respondemos? («Fica aqui»). Aqui, onde? Não se responde «fica aqui». Quem responde assim, não sabe onde fica o nariz. Onde é que fica, então, o nosso nariz? («Fica acima da boca»).

Obrigado. (Aplausos).

Nós temos dez províncias e cada província tem as suas potencialidades, os seus recursos. Cada província é composta por vários grupos étnicos que falam línguas diferentes. Isso significa que cada província tem as suas especificidades.

Temos de conhecer Moçambique de uma forma profunda, conhecê-lo bem como a palma da nossa mão. Aí, sim, diremos que somos zambezianos. Neste momento, não podemos dizê-lo. Talvez possamos dizê-lo só depois da nossa discussão aqui.

Primeiro, a Província da Zambézia é a mais populosa do nosso país. Em segundo lugar, é a nossa segunda maior província. Portanto, há duas características importantes na Província da Zambézia. Talvez por isso vocês tenham dificuldades em compreender a província.

Primeira característica: é a mais populosa do país. Quantos habitantes tem a Província da Zambézia, contando com a cidade

de Quelimane? São dois milhões e seiscentos mil habitantes. Faltam apenas 400 mil para serem três milhões de habitantes nesta província.

Quantos habitantes tem Nampula? («Um milhão e pouco»). Um milhão é pouco não diz nada. Essa resposta, em termos matemáticos, não diz nada. O último recenseamento apurou que Nampula tem 2 milhões e 400 mil habitantes, portanto uma diferença de 200 mil habitantes em relação à Zambézia.

Se não sabemos geografia, não podemos compreender os nossos problemas e as nossas dificuldades.

Segunda característica: é a segunda maior província do país em superfície.

Qual é a maior província do país? («É Nampula»). Com quantos quilómetros quadrados? Agora vou dizer-vos, oíçam e fixem bem: a maior província de Moçambique é a Província do Niassa com 129 mil quilómetros quadrados. É, na verdade, um território!

A segunda maior província é a da Zambézia. Quantos quilómetros quadrados tem a Província da Zambézia? Estão aqui alunos das escolas secundárias, estão aqui poetas, escritores. Respondam, meus amigos («Tem cento e vinte o nove mil quilómetros quadrados»).

Cento e vinte e nove mil? Essa é a superfície da Província do Niassa.

(«Tem 100 mil quilómetros quadrados»). Só uma pessoa, de entre 25 mil que aqui estão, é que disse que são 100 mil quilómetros quadrados. Talvez também esteja a errar quando diz que são 100 mil quilómetros quadrados. Qual é a superfície da Província de Tete? Não são 100 mil quilómetros quadrados? («Sim, são»). A Província da Zambézia tem 105 mil e 8 quilómetros quadrados.

Portanto, o primeiro problema que temos é a Província da Zambézia ser a mais populosa do país e ser a nossa segunda maior província.

Comparativamente, a Província da Zambézia é maior do que muitos países como, por exemplo:

- é maior do que Portugal que tem 10 milhões de habitantes (e ainda há gente que foge para lá!);
- é uma vez e meia maior do que a Áustria;
- é maior do que a Hungria;
- é duas vezes maior do que a Holanda;
- é três vezes maior do que a Suíça;
- tem a mesma área da Bulgária, que tem nove milhões de habitantes;
- tem a mesma extensão territorial da República Democrática Alemã, que tem 18 milhões de habitantes;
- tem a mesma extensão da Grécia;
- em relação ao Lesoto, a Zambézia é mais do que três vezes maior;
- tem a mesma área territorial que o Malawi, país que faz fronteira com a Zambézia;
- é seis vezes mais extensa que a Suazilândia.

Precisamos de povoar a provincial. Precisamos de 20 milhões para habitar só a Província da Zambézia! Só para a Província da Zambézia, não sei de quantas locomotivas precisamos, de quantas linhas férreas, quantas estradas, quantas auto-estradas, quantos camiões e quantos aviões precisamos.

Quantas cabeças de gado precisamos para alimentar a população? Quantos porcos, cabritos, ovelhas, galinhas, ovos, quanto leite precisamos só para alimentar a Província da Zambézia?

Os quase três milhões de habitantes da Zambézia estão dispersos. Não sei quantas charruas de tracção animal, quantos tractores e auto-combinadas precisamos. Não sei quantas fábricas de tecidos, quantas fábricas de chá, de café, de cimento precisamos. Pergunto: o que deixaram os portugueses? (Resposta: «Miseria!») Digam alto, para todos ouvirem. («Miseria!»)

Esta província tem 14 distritos e uma cidade. A única cidade que tem a província é a cidade de Quelimane.

Que cidade é esta? Como podem ver, é uma cidade velha, com casas a cair. E nós, como não cuidamos delas, aceleramos a queda provocada pela velhice. Deixámo-las apodrecer.

Dos distritos, nove têm uma importância nacional pelo peso da sua produção e comercialização agrícolas na economia do país. De quantas cidades precisamos, maiores que Quelimane? Na Bulgária, na RDA, esta cidade é uma aldeia. Mas esta cidade, com 60 mil habitantes, está sem comida, sem ovos, sem leite, sem trabalho. Porquê?

Quando nós falamos do subdesenvolvimento, do atraso, falamos do colonialismo que é um crime contra a humanidade.

Não sabemos fazer pão. Não sabemos fazer o tecido artesanal. Não sabemos fazer uma pulseira, um brinco para as nossas mulheres. Estamos à espera da sua importação. Entenderam?

Não sabemos fazer um cobertor à mão, uma camisa. Não sabemos fazer o fio. E nem sequer temos técnicos para trabalhar nas máquinas modernas! Por isso, é grave assistirmos passivamente à indisciplinação nas escolas da República Popular de Moçambique, é grave para a sociedade moçambicana, é grave para o futuro do homem moçambicano, é grave também para o homem africano que foi sempre colonizado.

É preciso conhecermos a geografia para compreendermos os nossos problemas, as nossas dificuldades.

Em síntese, a Zambézia tem quase três milhões de habitantes, o que representa um quinto do total da população de todo o país, e ocupa uma área de 105 mil e oito quilómetros quadrados.

A Zambézia contribui substancialmente, através da sua produção, para o abastecimento do povo, não só na Zambézia como também em Sofala, Tete, Manica e Maputo.

Para exemplificar:

- Vocês produziram 33 % do milho produzido no nosso país em 1981.
- Nesse ano, produziram 70 % do feijão, 50 % da mandioca que comemos;

— Nesta provincia são criadas, nos sectores estatal e privado, cerca de 90 000 cabeças de gado, o que ainda é pouco;

— Zambézia tem uma importância particular na produção de produtos estratégicos de exportação, tais como chá, copra, camarão, açúcar, castanha de caju, sisal, madeira;

— Mais de cinquenta por cento das divisas que o país obtém resultam da exportação de produtos originários desta provincia. É preciso termos consciência desta riqueza

— A provincia, banhada pelo Oceano Indico, é particularmente rica em camarão. Mas é de considerar a pesca artesanal, também praticada nos rios nas águas interiores. O maior rio de Moçambique e um dos maiores de África, o Zambeze, desagua no Chinde, nesta provincia;

— Aqui, na Zambézia, temos pegmatites, esmeraldas, depósitos ainda não explorados de minério para fazer alumínio, bauxite. Temos uma imensa riqueza só em minérios;

— A Zambézia tem uma base industrial que importa desenvolver. Possui fábricas de chá, de descaroçamento do algodão, de tratamento da amêndoa de caju e do sisal, serrações de madeira e produção de mobiliário. Possui fábricas de contraplacados, de cobertores, de calçado, de coco ralado, de bebidas e moageiras.

Para a Zambézia existe mais de uma dezena de projectos importantes para liquidar a miséria:

Na agricultura:

- complexo agro-pecuário de Lioma;
- empresa agrícola de Nauela;
- produção de arroz em Nante;
- desenvolvimento da produção de algodão;

- desenvolvimento do Vale do Zambeze;
- madeiras;
- desenvolvimento da produção de copra;
- reabilitação de fábricas de chá.

Na construção:

- fábrica têxtil em Mocuba;
- estrada centro-nordeste;
- linha de alta tensão centro-norte, que leva energia de Cahora Bassa ao norte do país.

Nas minas:

- desenvolvimento da exploração e tratamento das pegmatites, que é um minério raro no mundo.

Olçam bem, zambezianos: as nossas atenções estão constantemente viradas para esta provincia, por causa desta riqueza. Pela sua posição geográfica, a Zambézia constitui ponto de ligação entre o centro, isto é, entre Sofala e o norte, Nampula. O seu território vai do Oceano Indico ao Malawi, de Sofala a Tete ao sul, de Nampula a Niassa a norte.

Ela tem, pois, uma posição geográfica importante. É um elo de ligação importantíssimo nas vias terrestres de comunicação do país. O rio Zambeze já é historicamente uma importante via de comunicação e de penetração no interior, tanto para a circulação de pessoas como de mercadorias.

Estou certo de que não conheciam alguns destes aspectos. É preciso tomarmos consciência de toda esta imensa riqueza do solo e subsolo nesta parcela do nosso país. Só conhecendo esta imensa riqueza, a podemos utilizar, transformar e desenvolver. Há que conhecer a localidade, o distrito, a provincia, e assumi-la como parte da Nação.

Há que assumir a dimensão da Provincia da Zambézia como parte da República Popular de Moçambique, como órgão de um mesmo corpo humano. Tal como no corpo humano, quando um órgão não funciona bem, todo o organismo fica afectado.

É por isso que o inimigo, nos ataca, quer destruir todo o nosso esforço de desenvolvimento. E, neste capítulo, interessa-nos falar dos bandos armados.

O BANDITISMO ARMADO

Quem são os bandos armados?
Quem que eu fale com toda a franqueza? (Resposta: «Que-remoshi»)

Para fazer o quê, depois? O que vão fazer depois? (Resposta: «Combatê-los!»)

Para depois combater melhor? («Sim!»)

Obrigado. É uma boa resposta.

Vamos falar dos bandidos armados que deixam intranquila a cidade de Quelimane.

Neste momento a intranquilidade diminuiu um pouco. Em Outubro, quando eu vim para me encontrar com o Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, notei na cara de todos vós a intranquilidade, como se os bandidos armados estivessem já a entrar aqui.

Oçam, meus amigos: o bandido armado não há-de entrar aqui. Ouviram? («Sim!» — Aplausos).

O ano passado, nos meses de Março até Maio, gerou-se um pânico tremendo na cidade de Maputo. A cidade de Maputo tem cerca de um milhão de habitantes.

Quem são os que conhecem a cidade de Maputo? Levantem os braços! (Alguns levantam os braços). Aquela é que é a vossa cidade capital, não é verdade?



Quem conhece a cidade de Namputia? (Alguns levantam os braços). São muito poucos. Obrigado.

Imaginem uma cidade onde vive um milhão de habitantes, com prédios de 15, 20 e 33 andares, e que viva intranquila.

Quando vocês vêem aquele prédio do Banco, acham que é grande, não é? É o maior da cidade de Quelimane? («Sim!»)

Em Maputo, aquele prédio é o mais baixo! (Risos).

Maputo tem um prédio com 33 andares. Podem imaginar isso, não é verdade? Há prédios com 50 apartamentos, onde podem viver 50 famílias.

Como disse, gerou-se pânico nesses prédios.

Mas Maputo também tem subúrbios grandes.

Os subúrbios têm mais de seiscentos ou oitocentos mil habitantes, enquanto que a cidade de cimento tem 100 mil habitantes.

O inimigo lançou panfletos que diziam que, no dia 24 de Junho, os bandidos armados iam entrar na cidade, para no dia 25 de Junho, nosso Dia Nacional, içarem a sua bandeira na cidade de Maputo.

Então, isso gerou pânico.

Lançaram esses panfletos nos prédios, ameaçaram escolas, lançaram panfletos nas escolas, nos hospitais, nos lugares onde se tomam os machimbombos, nas fábricas, nos portos, em toda a parte.

Então, no dia 22 de Junho, convidámos a população de Maputo para falarmos da nossa vida. E a população de Maputo ocorreu massivamente para ouvir e para discutir.

Perguntámos então: qual a agenda desta reunião? Mais de 100 mil pessoas levantaram as mãos e responderam: «Vamos falar dos bandidos armados!».

Alguns já tinham comprado bilhetes para ir passar o 25 de Junho fora da cidade, à espera do novo governo dos bandos armados...

Discutimos. O povo pediu armas. E, nesse mesmo dia, nós equipámos mais de oito mil homens para abaterem qualquer bandido armado e qualquer ladrão. E a cidade ficou tranquila! (Aplausos prolongados).

Agora, vocês aqui fogem da cidade de Quelimane e vão para Maputo esperar... Esperar o quê? Se vocês saem, quem fica para defender a cidade?

Se todos vocês saírem, os bandidos armados virão até aqui. Vamos pedir a estrangeiros para virem habitar esta cidade? (Resposta: «Não!»)

Então, são vocês os defensores da cidade? Levantem os braços os defensores da cidade. Eu quero ver os defensores da cidade de Quelimane. (A população levanta os braços).

São todos os 25 mil os defensores da cidade?

Obrigado, amigos. (Aclamação).

Os bandidos armados não têm força. São bandidos: é um criminoso que roubou uma arma, é um assassino, é um ladrão, é um marginal, é um pido, é um drogado. Entenderam? («Sim!») Nós sabemos que a população da Zambézia está preocupada com as acções dos bandidos armados, que:

- violentam as nossas mães;
- raptam, assassinam as mulheres;
- raptam mulheres grávidas e fazem-nas marchar centenas de quilómetros;
- raptam as nossas filhas, as nossas irmãs apenas com 8, 10 anos de idade, e violam-nas;
- raptam e assassinam mulheres e cortam-lhes os seios, os lábios, os dedos;
- destroem as nossas culturas, fruto da nossa produção;
- destroem os nossos celeiros;
- destroem camiões que transportam os produtos para o abastecimento do nosso povo;
- raptam cooperantes para impedir o nosso desenvolvimento.

O banditismo armado não é um acontecimento novo na Província da Zambézia.

Alguns zambezianos são delinquentes, não são normais. Vou provar isso.

É normal um homem violar crianças de oito anos de idade? Onde está o respeito mínimo pela pessoa, o respeito à dignidade? Onde está a consciência da pessoa humana?

Eu participei na abertura da frente da Zambézia, em 26 de Setembro de 1964. Atacámos Tacuane e Mongwe. Muitos dos jovens aqui presentes ainda não tinham nascido.

Comecei a conhecer o homem zambeziano nessa altura, com o Bonifácio, Tazama, Pachinuapa, porque treinámos juntos em 1963 na Argélia. Neste mês vamos completar 20 anos nas Forças Armadas.

Fomos para a Argélia, formando o primeiro contingente de guerrilheiros. Regressados em 1964, abrimos o campo de Kongwa, para treinarmos recrutas, para iniciarmos a luta armada de libertação nacional.

Então, mandámos o Bonifácio para cá, para recrutar zambezianos. Entrou aqui como um civil, descalço, roto, camuflado de um pobre diabo e visitou o porto para fazer reconhecimento. (Aplausos).

Andou por aqui e foi reconhecer as posições das forças do inimigo.

Tazama foi para o Niassa para também reconhecer. Niassa até Vila Cabral, a capital, hoje Lichinga.

São veteranos, conheço-os.

Pachinuapa foi reconhecer Cabo Delgado até Pemba para podermos desencadear a luta armada. Desta maneira, a luta armada começou em quatro províncias: Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Tete.

Desde aí começámos a estudar o homem moçambicano, no seu conjunto, do Maputo ao Rovuma.

Agora vou-vos dizer algumas coisas amargas dos zambezianos, para vocês poderem compreender o inimigo e lutar melhor.

A história do nosso conhecimento sobre o país começa sobretudo em 1963, antes do desencadeamento da luta armada de libertação nacional.

Conhecemos quem são os bandidos armados, que alguns propagam que vão entrar em Quelimane.

EsSES que assim pensam têm cabeça de galinha! Os bandidos armados estão aqui. Perguntem aos bandidos armados como é que os colonialistas portugueses saíram daqui. Perguntem aos bandidos armados como ficou Ian Smith quando atacou Moçambique. Smith cavou o seu próprio túmulo, nós só o tapámos! Ouviram?

O bandido armado está aqui convosco. Os bandidos têm aqui os seus representantes. São os seus representantes políticos, os que andam a fazer a sua propaganda.

Em vez de aprenderem a política da Frelimo, em vez de estudarem como acabar com a fome, pensam nos bandidos armados. Cabeças de galinha!

Durante a luta armada de libertação nacional enfrentámos, no seio da Frente de Libertação de Moçambique, muitas acções dos bandidos armados.

Aqui, na Província da Zambézia, o banditismo armado tem características muito específicas. Durante a luta armada de libertação nacional, mais de dois mil homens, naturais da Província da Zambézia, desertaram para o Malawi onde construíram a sua base contra a FRELIMO.

Durante a guerra de libertação, o Bonifácio foi nosso representante no Malawi. Em 1969, por ele ter prendido 15 desertores da FRELIMO, que eram da PIDE, e porque fez uma emboscada a alguns e bateu-lhes duro (aplausos), foi detido e expulso do Malawi e proibido de entrar no país.

Mas, agora, já vai ao Malawi. (Aplausos).

O agente principal chamava-se Atanásio Filipe Muhate e trabalhava estreitamente com Jorge Jardim. Aqui mesmo onde estamos há aflhados do Jardim, e são muitos.

Estou a ver alguém a rir-se aí, está a lembrar-se do padrinho! (Risos).

Esta acção de deserção, coordenada e dirigida pela PIDE, tinha como objectivos:

— a partir do Malawi, raptar populações e assassiná-las e atribuir estes actos criminosos à FRELIMO; raptavam populações de Milange, Tacuane, Morrumbala;

— assaltar lojas e outros estabelecimentos e atribuir estes actos criminosos à FRELIMO;

— no Malawi, raptar e assassinar militantes da FRELIMO; em muitos casos, para mostrar fidelidade à PIDE, cortavam a cabeça a militantes da FRELIMO e ela servia de troféu para apresentar aos seus patrões.

Nesta ocasião, prestamos homenagem ao velho Mutumula, que foi assassinado por bandidos zambezianos, sendo ele também um zambeziano. Tem um filho que está conosco.

O velho Mutumula foi enviado pela FRELIMO para organizar o interior a partir do Malawi. Os desertores zambezianos, que tinham a sua base lá servindo a PIDE, fizeram-lhe uma emboscada, assassinaram-no e cortaram-lhe a cabeça para ir mostrar à PIDE, para provar que de facto tinham assassinado o nosso companheiro Mutumula.

Todos nós sabemos isso. O Bonifácio conhece isto. Tazama foi encarregado de ir fazer um inquérito ao Malawi sobre os actos desses bandidos da Zambézia, desses desertores ao serviço da PIDE. Mas, como muitos de vocês são jovens, não conhecem esta história e estão surpreendidos pelo aparecimento do banditismo armado na Zambézia e, sobretudo, em Morrumbala, Milange, Guruhé e Lugela.

É pena que não estejam aqui os guerrilheiros desses distritos, pois havia de apresentá-los a vocês. Os guerrilheiros provenientes desses distritos recusavam ir combater em Cabo Delgado, queriam ir para o Niassa para poderem fugir para o Malawi. Não queriam ir combater em Tete porque é longe do Malawi, e portanto não podiam desertar.

Durante a luta armada desertaram vários dirigentes que eram ou membros do Comité Central ou membros do Conselho de Guerra. Foram para o Malawi e entregaram-se à PIDE.

São elementos que vocês conhecem:

— Alexandre Magno, natural de Milange, que foi Secretário Provincial da Zambézia. Era membro do Comité Central. Foi proposto pelo Bonifácio. Quando fugiu, roubou documentos e organizou-se para assassinar o próprio Bonifácio;

— António Silva que foi Chefe das Operações do Niassa. Foi também proposto pelo Bonifácio. Ele lembra-se: Quando fugiu, chamei o Bonifácio e disse-lhe: «O chefe que nomeaste fugiu, e agora?»;

— Mário Makusse que desertou para Vila Cabral em 1965, para mostrar aos portugueses as bases da FRELIMO, a localização das zonas libertadas, para mostrar os caminhos por onde passava o material para o interior do Niassa;

— Zeca Caliate que formou muito recentemente um partido em Portugal. Ele foi ferido gravemente em Tete durante a guerra. Mandámo-lo tratar-se num país socialista. Quando regressou, disse que queria ir a Tete vingar-se dos colonialistas. Foi para Tete como Comandante. Mas afinal desertou. Entregou-se àqueles que o feriram.

— Joaquim Machado, Eugénio Machado, Luís Namaonda, José Alves, Luís Arranca-Tudo.

O Arranca-Tudo, para mostrar o seu servilismo à PIDE, matou oito soldados das Forças Populares de Libertação de Moçambique, de uma secção com quem tinha desertado.

Foram os próprios portugueses que disseram para não prosseguir com aquele massacre, que era o seu juramento de fidelidade à PIDE.

Por isso, em Outubro do ano passado, eu disse aos jovens com quem conversei no aeroporto sobre os bandidos armados, que voltaria para conversarmos melhor, para discutirmos este assunto.

Pego desculpas por não ter vindo mais cedo, se bem que

ainda não é desta vez que vou responder a esse assunto. Naquela altura estávamos preocupados em libertar os búlgaros, que tinham sido raptados pelos bandidos armados. Também estávamos preocupados com os preparativos do IV Congresso. Como disse, ainda não é desta vez que vos vou responder. Hoje, a minha missão é apresentar-vos o dirigente da Província da

Zambézia. Mas em breve, e desta vez quero garantir, eu virei cá não só para visitar Quelimane, mas para ir a esses distritos onde estão os bandidos armados! (Aplausos).

Talvez eu esteja a levar muito tempo. Vocês devem estar cansados, e por isso vou interromper. (Resposta: «Não!»)

Se não vos interessa esta história, não vou falar dela. (Resposta: «Queremos ouvi-la!»)

Hei-de vir para desenvolver este ponto, pois interessa-me bastante. Hei-de ir aos restantes distritos da Província da Zambézia, para obter um conhecimento profundo, um domínio total da província, para assim podermos conhecer as nossas riquezas.

Os ataques que os bandidos fazem hoje, partem do Malawi, são os mesmos que sempre viveram no Malawi. Entenderam? («Sim!»)

São os mesmos desertores, os mesmos bandidos que não regressaram com medo da punição e que eram da PIDE. A eles juntam-se hoje os antigos sipaios, porque praticaram crimes nos postos administrativos, nas circunscrições e fugiram também para o Malawi. Juntam-se-lhes também alguns régulos, porque querem continuar a ser régulos até hoje.

Vocês querem os régulos? («Não!»)

Esses zambezianos, de que vos falo, abandonaram o Comité Central da FRELIMO para serem da PIDE, abandonaram o Conselho de Guerra para serem PIDES. E esses elementos estão no Malawi.

São esses desertores, esses criminosos, medrosos da guerra, que tinham medo de fazer a guerra, que são os bandidos armados. A guerra é muito difícil, exige muitos sacrifícios, e naquela altura não tínhamos Pátria.

Hoje é mais fácil: temos aviões de guerra, temos alguns barcos, temos tanques, portanto, já temos uma certa força, não é verdade? (Aplausos).

Então, porque tememos os bandidos armados?
Como foi o Bonifácio que os propôs e conhece-os bem, disse para ele vir à Zambézia combatê-los.

Agora eu pergunto ao Bonifácio: eles vão chegar a Quelimane, (Aplausos).

Perguntem ao Major-General, ele está aqui

(«Vão chegar a Quelimane?» — pergunta a população).

(«Os bandidos armados nunca entrarão na cidade de Quelimane!» — responde o Major-General Bonifácio Gruveta). (Aplausos).

Obrigado.

São estes desertores os responsáveis dos bandidos armados. São esses bandidos que, agindo aí, perturbam a vida inteira da Província da Zambézia.

Zeca Caliate, quando chegou o 25 de Abril, fugiu para a Rodésia para pedir a Ian Smith que invadisse Moçambique. Foi também à África do Sul, do Vorster nessa altura, para pedir que invadisse Moçambique.

Simango, Joana, Paulo Gumane foram também à Rodésia, hoje Zimbábue, e foram à África do Sul para pedir apoio e para pedir que invadissem Moçambique com o objectivo de impedir a FRELIMO de tomar o poder.

O banditismo não é de hoje. É de longa data.

Estão surpreendidos que haja bandidos armados na Zambézia? Infelizmente a luta armada de libertação nacional na Zambézia durou poucos meses. Isso não permitiu que ela se enraizasse no seio do povo, não permitiu que ganhasse o verdadeiro valor da própria Província da Zambézia.

Como vimos, Zambézia é uma província extensa e densamente povoada. Vimos que nesta província existem vários agrupamentos linguísticos, e que cada um, por si, possui características culturais que diferenciam cada grupo.

Existem, por exemplo, aqui em Quelimane, os chuabos — muana chuabo a kan kala burutol (Aplausos e risos).

Existem chuabos na Zambézia, que são a minoria.

Há chuabos entre vocês?

Entre chuabos há três categorias: há o chuabo de 1.º, de 2.º e de 3.º classes. (Aplausos).

Quem são os de 1.º, 2.º e de 3.º classes?

Levantem os braços!

Então, chuabos, levantem os braços!

Aqueles que são chuabos, que não são nem da 1.ª, nem da 2.ª, nem da 3.ª classes, mas simplesmente chuabos, levantem os braços! (Alguns levantam os braços).

Afinal nem todos são chuabos. Obrigado.

Temos este problema na Zambézia. Aqui, como em qualquer parte do mundo, é prejudicial quando assumimos a nossa tribo.

O que é ser chuabo? É aquele rio? Não é o rio Chuabo, aquele? Então vocês são aquele rio?

O que é um chuabo? Na classificação, na história, o que é um chuabo?

O problema é esse, começa por aí.

Não levantaram o braço, mas eu sei que há chuabos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes. Desprezam-se entre si: «Quem é este? Você era servente do meu pai. Só por causa dessa coisa da independência, agora somos iguais? O que é isso?»

Esta discriminação existiu e ainda existe.

Mas felizmente já está a diminuir bastante, porque já estou a ver muita gente aqui que não vi quando vim cá em 1976.

Nessa altura, fiz um comício e essas pessoas assistiam ao comício da varanda das casas. Como se fossem casas deles! Nós é que as nacionalizámos e lhas demos! (Aplausos).

Se voltarem a fazer isso, vão sair das casas. Que construam a sua casa e assistam daí ao comício!

Hoje já é uma vitória, porque essas pessoas já vêm ao comício.

«Dantes ficavam nas casas sem camisas!» — afirma uma participante no comício). (Risos e aplausos).

Afinal vocês também observavam? (Risos).

Infelizmente, essa doença ainda não desapareceu totalmente.

Leva o seu tempo. Esperamos que não transmitam aos seus filhos. Que fique, com esse estigma. Vamos bloqueia-lo para que não passe para os filhos. Se passar, isso significa que o tribalismo, o regionalismo, o racismo vão ser reforçados.

A nossa dificuldade, como estava a dizer, é que existem os chuabos, que são a minoria, os senas, os nyanjas, os lómua, que se subdividem em pelo menos três ramos — marendje, lómua-macua, os lómua-metho.

Estes grupos linguísticos correspondem, na sua essência, a várias etnias que não se conhecem, cujos contactos ou nunca existiram ou são praticamente irrelevantes.

Quando nós amamos uma mulher é pela sua beleza, é porque conhecemos a sua beleza, as suas qualidades. Não se ama o que não se conhece. Não se ama em abstracto. Como as várias etnias não se conhecem, desprezam-se!

É esta, essencialmente, a base social que o bandido armado utiliza para actuar. Quando chega a uma região e diz «eu sou lómua-macua», pronto, já «é nosso filho», já não é bandido armado. Se chega na zona dos nyanjas e diz «eu sou nyanja», pronto, «é nosso filho», já não é bandido armado.

Como vamos lutar assim contra os bandidos? Quem é o bandido armado então?

É agindo assim, é assumindo o tribalismo como cultura, como ciência, como valor, que desprezamos a importância da província como um todo e favorecemos a actuação do inimigo.

Nas pessoas que agem assim ainda não existe o espírito de que somos moçambicanos. Não há nelas o espírito de que somos zambezianos.

Estamos divididos nestes grupinhos e, então, os bandidos actuam, circulam, mergulham as suas raízes nos grupos étnicos e linguísticos, no tribalismo e no regionalismo.

Então os bandidos dizem: «Nós queremos trazer-vos a independência. A independência que nós queremos é contra os brancos, porque a independência da FRELIMO, o governo da FRELIMO, tem muitos brancos». Entendem? («Sim!»)

Esses são agentes da África do Sul. Querem fazer de Moçambique uma África do Sul, querem o apartheid. É por isso que a África do Sul os apoia. É por isso que a África do Sul dá armas aos bandidos armados.

Se vocês vivem como tribalistas, como regionalistas e racistas, se o branco se considera superior ao preto por causa da cor da sua pele, também estão a ser agentes da África do Sul.

O preto que se considera superior ao branco porque este contém, porque Moçambique é de negros, é porque tem «cabeça de galinha». É também agente do inimigo.

A nossa força está na unidade nacional. A nossa força está essencialmente na luta sem tréguas contra o tribalismo, o regionalismo e o racismo.

Somos iguais. Lutamos pela igualdade dos homens. O homem tem valor pela sua inteligência, pela sua capacidade, e não pela sua tribo. Al está o homem! (Aplausos).

Cada distrito tem as suas especificidades. E não há conhecimento, na população, do conjunto da província. Posso até perguntar:

- As populações do Distrito de Chinde conhecem as populações de Gilé? («Nãoh!»)
- As populações do Distrito de Morrumbala conhecem as populações de Pebane? («Nãoh!»)
- As populações de Gurulé conhecem as populações de Maganja da Costa? («Nãoh!»)
- As populações de Namarródi conhecem as populações de Namacurra? («Nãoh!»)
- As populações de Morrumbala conhecem as populações de Alto Molócué? («Nãoh!»)

Então, como forjar a unidade? Como definir o inimigo, o bandido armado? Quem criou estas divisões todas? Há um ditado que diz: «dividir para melhor reinar». Dividiram a província de tal maneira que impediram o contacto.

Pelo contrário, no sul de Moçambique, a sul do rio Save até ao Incomati e rio Maputo, as populações conhecem-se, falam a mesma linguagem, entendem-se.

Quando o bandido entrou em Gaza e Inhambane, as populações exigiram a eliminação rápida do bandido armado. Os bandidos progrediram até 65 Km de Maputo. Perguntem como foram es-corrçados!

As populações do sul do Save compreenderam imediatamente quem era o bandido.

Eu não posso estar em todo o lado. Só deus consegue fazer isso. Deus, durante a luta armada, estava connosco e com os colonialistas. Mas eu não sou neutro. Sou ser humano.

Portanto, cada um dos 25 mil que estão aqui, deverá explicar estes problemas a 30 pessoas. Serão 750 000 pessoas. Estas também ficarão encarregadas de fazer o mesmo trabalho.

É assim que se faz política. Todos nós somos comissários políticos. A política não é monopólio de ninguém.

Este é um ponto principal: para conhecer a Nação, é necessário, em primeiro lugar, conhecer a própria província.

Para se ganhar o sentido da unidade nacional é preciso, em primeiro lugar, que essa unidade se faça na província.

Como dissemos, infelizmente a guerra de libertação nacional não atingiu este nível, que possibilitasse unir toda a província. A guerra teria conseguido unir, como aconteceu em Cabo Delgado, Niassa, Tete e Manica e Sofala.

Porque a unidade não se consolidou, subsistem ainda divisões no nosso seio. Por isso, a população da Província da Zambézia não compreende o sentido profundo do inimigo. Compreendeu apenas o que é o colonialismo português.

Não compreendeu quem é o inimigo nesta fase — quem é o bandido armado, qual a sua origem, a sua génese.

As populações dos diferentes distritos e origens étnicas não suportaram juntas a longa marcha, não estiveram juntas na emboçada contra o inimigo, não verteram juntas o seu sangue.

Por isso, persistem divisões no seio da população, persiste o desconhecimento e algumas vezes rivalidades.

Querem que eu fale a verdade? («Simh!»)

Pessoalmente, tive contactos com os zambezianos, particularmente com os quelimbanenses, a partir dos anos 50. Desde 1950

para cá, comecei a conhecer bem o homem quelimanense, os seus problemas e os seus traumas.

O mulato de Quelimane tinha um estatuto especial e comportava-se como tal, fora de Quelimane. Eles sempre se juntavam e formavam pequenos grupos, quando por exemplo iam à cidade de ex-Lourenço Marques.

Foi assim que os conheci. Conheci muitos, como Albano de Castro Ferreira, Luís Filipe Lobo, Alexandre Magno, Nelly Magno. Eles sentiam-se perdidos em Lourenço Marques. O seu elitismo e a sua luta constante para assimilar os hábitos dos portugueses são bem conhecidos.

Mesmo na Zambézia, eles viviam em Quelimane como uma ilha, não conhecendo a própria Província da Zambézia.

Penso que é preciso ter coragem, para hoje, num país independente como o nosso, discutir problemas como este.

Não queremos o racismo, não queremos o elitismo.

Por isso, na Zambézia é preciso destruir o elitismo e o racismo a partir de Quelimane. O primeiro combate deve ser aqui em Quelimane. Devemos dançar juntos a cultura do povo, a cultura do povo moçambicano, o seu valor, o seu heroísmo, incorporados na dança, na canção.

O mulato não podia dançar em Quelimane estas danças que vemos os jovens e os adultos dançarem no aeroporto, porque eram «danças de indígenas, de boçais, de selvagens».

A civilização deles era uma civilização que tinha medo do Sol. Mas era essa a civilização que eles gostavam de imitar.

Depois dos mulatos, vinham os pretos assimilados que viviam aqui e em Mocuba. Entre estes e os mulatos havia contacto, eram compadres. Fora destes dois grupos já não havia mais ninguém na Zambézia!

Estes problemas são sérios agora que temos os bandidos armados.

Eu também fui um assimilado. Quando fugi era muito assimilado. Mas o povo educou-me. Quando nos conhecemos, eu e o Gruveta, eu era muito assimilado.

Não sabia falar para os «indígenas», só sabia falar com os «compadres».

Mas felizmente fugi. Abandonei este ambiente todo e o povo educou-me bastante. O povo é uma fonte permanente para a educação, para a nossa transformação, como dizia aquela meninal. É preciso ter consciência quando temos uma vida e um comportamento paternalista em relação ao povo.

Nós temos estes problemas. São nossos problemas, não são apenas problemas da população da Zambézia. São problemas nossos, do povo moçambicano. São problemas que temos de resolver para criar uma nação moçambicana forte.

Portanto o que vos estou a dizer, não é só para a Zambézia. Não me dirijo somente a vocês aqui. Falo para todo o país, falo para todo o povo, porque em cada província temos esses problemas.

Mas é preciso que tenhamos coragem de abordar e analisar esses problemas, e ter olhos para os ver e resolver. Todas as nações nascem assim. Na Europa, ainda existe o tribalismo. Eu não me quero referir a esses países nomeando-os, mas alguns países europeus, mesmo com mil anos de existência, têm tribalismo, têm regionalismo.

Em Moçambique, durante o período colonial havia clubes regionalistas, segregacionistas, como o «minhoto», o «lisboeta», o «algarvio», etc. Tudo isso é regionalismo. E os assimilados lutaram por assimilar exactamente isso dos seus patrões.

Os problemas que temos aqui na Zambézia criam condições para a movimentação dos bandidos armados.

Mas os bandidos já tinham sido criados pelos colonialistas. Lembram-se do assassinato dos padres de Milange? Lembram-se dos constantes assassinatos aqui nesta cidade logo após a proclamação da independência? Não foi por acaso que o fuzilamento começou aqui em Quelimane!

É esta falta de unidade e ausência de identidade que existe no seio das populações que permitiu o surgimento do fenómeno «chupa-sangue». Foi aqui na Zambézia que começou o «chupa-sangue».

«Chupa-sangue» foi organizado para servir de reconhecimento para o desencadeamento das acções dos bandos armados, para servir de teste à nossa organização.

Tivemos de resolver, mas resolvemos mal, porque não fuzilámos ninguém.

Os tribalistas, os tapistas e os regionalistas são agentes do inimigo. Eles merecem chicote e fuzilamento em público, numa praça como esta.

Servindo-se das nossas insuficiências, os bandidos armados começaram a actuar com a cumplicidade de populações de alguns distritos.

É interessante notar que foi nos distritos onde o «chupasangue» actuou que hoje o banditismo armado se desenvolve. Que coincidência é esta?

As características do bandido armado na Zambézia não são as mesmas que no restante território nacional. Eles são bandidos na sua expressão mais pura. Não são contra-revolucionários. Não podem ser considerados reacccionários.

Há bandidos que usam a catana, o machado, a azagaia para praticarem os seus crimes. Outros utilizam a arma que os sul-africanos lhes fornecem. Por isso são chamados bandidos armados.

As suas acções são de puro banditismo, não são movidos por qualquer objectivo político. Dizem que querem derrubar o poder da Frelimo. Eles acreditam que são fortes, que conseguirão vencer.

Digo-vos que não vão fazer absolutamente nada! Para exemplificar, temos aqui alguns bandidos capturados. Não sei se querem ver! («Queremos»).

Quero deixar esta missão ao General Bonifácio de vos mostrar os bandidos armados capturados. Correcto?

Ele vai dizer quando é que vai ser.
(«Queremos ver hoje!»)

Hoje? («Sim, hoje!»)

General Bonifácio, onde estão os bandidos?...

Eles estão aqui, vão entrar num camião para vocês: poderão ver. São muitos os bandidos capturados, mas só vamos trazer 15, está bem? («Sim!» — responde parte da população).

Vocês conhecem o António Esteves Cardoso?
Era das Forças Populares de Libertação de Moçambique, desertou para se ir juntar aos bandidos armados. Isso aconteceu, agora que estamos independentes.

(Surge um camião com os bandidos capturados.)

Olhem os bandidos armados! São feios!

A Luta Continual («Continual!»)

Abaixo o bandido armado! («Abaixo!»)

Abaixo o criminoso! («Abaixo!»)

Abaixo o assassino! («Abaixo!»)

Perguntem-lhes quantas pessoas mataram, quantos carros queimaram. Vamos organizar um lugar para vocês lhes perguntem.

(«Nós também queremos bater neles!» grita a população.
Outros dizem: «Nós vamos matá-los, com as nossas mãos, não precisamos de armas!»)

Obrigado, amigos!

Em cada distrito, eles actuam de uma maneira específica, para atingir objectivos específicos.

Nas zonas rurais, onde os camponeses se dedicam à agricultura para produzirem comida para o povo, os bandidos armados atacam fundamentalmente a própria produção dos camponeses.

Atacam em Morrumbala porque sabem que lá se produz muito feijão.

Atacam em Milange porque sabem que lá se produz muito milho e é o segundo distrito produtor de chá.

Em Gurulé atacam a zona principal de chá, um dos nossos principais produtos estratégicos de exportação.

Atacam Mocuba porque estamos a construir lá uma fábrica de tecidos para o povo e porque Mocuba é o principal nó rodoviário que permite escoar os produtos.

Atacam Maganja da Costa porque produz muito milho, algodão e castanha de caju.

Atacam o Distrito do Ille porque é onde se produz as pegmatites, uma das nossas principais riquezas mineiras.

Atacam as brigadas que fazem a prospecção mineira que nos vai permitir conhecer as riquezas que existem no nosso subsolo.

Atacam as brigadas que constroem as linhas de alta tensão que vão possibilitar fornecer energia eléctrica às nossas cidades e aldeias comurais.

Atacam empresas estatais que produzem comida para o povo e produtos para exportação.

Destroem lojas nos distritos para dificultar o abastecimento das populações.

Destroem escolas e hospitais.

Quem tem dúvidas sobre quem são os bandidos armados? Quem tem dúvidas sobre a natureza das acções criminosas dos bandidos armados?

Nas cidades, a sua acção é mais subtil. Utilizam o boato para criar o pânico e a intranquilidade nos cidadãos. Até já ouvi dizer que alguns acreditam que os bandidos em breve vão chegar a Quelimanel

Utilizam o candongueiro, o bandido não armado, para continuarem a explorar o povo, utilizam o açambarcador, os especuladores.

Vocês conhecem ou não conhecem estes elementos?

(«Conhecemos!»)

Há cerveja na cidade? («Não!»)

Há bolachas? («Não!»)

Há arrufadas? («Não!»)

Não há nada mesmo? («Não!») (Risos).

(«Só sumo e água de lanho» — responde alguém).

Quanto custa cada lanho? («Custa cinco meticais»)

(«Dez meticais» — gritam outros).

As senhoras dizem que são cinco meticais. Então isso quer dizer que dez meticais é candongal («Sim, é candongal»).

E vocês compram ao candongueiro? Porque não o denunciam à polícia?

(Alguém diz: «troca-se o lanho com farinha»).

Com farinha? E a sura também? («Sim, troca-se com galinha»).

E o peixe? («Também! Sem galinha, sem capulana, não se pode comprar sura. Com dinheiro não se compra sura»).

Não? («Não!»)

Estou a ver que eu me devia sentar para vocês fazerem o discurso! Digam-me lá, o que há?

(«Para comprar qualquer coisa que seja, para comprar milho, é preciso ter capulana ou algo em troca. Sem capulana, sem açúcar, não se consegue fazer nada. O dinheiro não vale nada. É preciso arranjar peixe, sabão, capulana ou outra mercadoria para poder fazer a troca» — explica um elemento da população. Aplausos prolongados).

Quem quer acrescentar?

(«Está escrito na parede» — diz alguém).

O que diz?

Diz que cinco litros de sura correspondem a quantos quilos de farinha? Corresponde a um sacco?

Uma galinha a quantos litros de sura corresponde?

Eles utilizam também a subversão ideológica, contra a natureza revolucionária das nossas conquistas e do socialismo.

Quem no tempo colonial ia ao hospital? Era a burguesia, a pequena burguesia e os aspirantes à burguesia.

Quem no tempo colonial mandava os seus filhos à escola secundária? Eram os mesmos.

Já se esqueceram?

Quando nos referimos à defesa das conquistas da Revolução é disto que falamos.

Eles utilizam os assimilados, que apenas possuem o bilhete de identidade de moçambicanos, para difundir que «no tempo colonial é que era bom!»

Isto verifica-se em todas as capitais. É ou não é verdade?

Não foram os assimilados da Zambézia que em maior número mudaram a sua nacionalidade?

Por isso fogem para Portugal. Mas nem sequer encontram emprego num posto de venda de gasolina, nem mesmo de servente, embora sejam engenheiros. Mas fogem para lá!

As senhoras fazem trabalho a dias, em várias casas. Lavam a casa, varrem, tiram o lixo. Esse trabalho é luxo porque se ganha muito dinheiro.

É isso que os vossos tios, os vossos primos, os vossos cunhados, os vossos namorados, as vossas noivas, vão fazer em Portugal. Fogem porque gostam de ser criados, embora a independência lhes tenha dito que já não são criados. Preferem ir atrás do patrão! (Aplausos).

Isto de fugir, parece um fenómeno novo, mas não é.

Oíçam bem! Houve um casal de jovens que acabavam de se casar, e que foram presos e postos numa cela, depois de condenados a 25 anos de prisão. A determinada altura, passaram a viver juntos na mesma cela e começaram a ter filhos. Os filhos cresceram, e como não eram presos, eles saíam para brincar cá fora da cadeia. Às vezes, os guardas esqueciam-se de lhes ir abrir a porta mas eles iam bater à porta até alguém abrir.

A cadeia era a casa deles. Os jovens cresceram. Com 15 anos mandaram-nos embora para poderem estudar. Eles iam para o liceu, estudavam, mas mal acabavam as aulas queriam regressar para junto dos pais:

Os familiares quiseram levá-los mas eles insistiam em querer regressar para as celas dos seus pais. E assim viveram lá.

Não sei se estão a compreender. A cela para aquelas crianças era a sua casa! Para o filho nascido na cadeia, que cresce na cadeia, a sua casa é lá. Mesmo que o tires, ele volta para lá.

Agora, vocês estão surpreendidos com este fenómeno dos assimilados irem atrás do seu colonizador, que lhes deu palmatória, que os humilhou, que os insultou e esbofeteou em público? Estão surpreendidos que eles vão atrás dos patrões porque querem continuar a apanhar pontapés, porque estão habituados a isso? (Aplausos).

Não foram os assimilados da Zambézia que, em maior número, mudaram a sua nacionalidade, quando os expulsámos em 1976? Recordam-se? Onde estão eles? Estão em Portugal! Lá, pelo menos sabem que há azeitonas, embora não tenham dinheiro para as comprar. É para eles consolador saber que há azeite doce, se bem que não tenham dinheiro para o comprar. Mas psicologicamente sentem-se realizados, ficam satisfeitos quando vêem carne nos talhos, mesmo que não comprem porque não têm dinheiro. Ficam tranquilos, porque sabem que lá há tudo!

Aqui em Quelimane havia talhos com boa carne, de 1.º, 2.º e de 3.º. Mas pergunto: quantos vezes comiam carne por semana, vocês aqui? Levantem o braço e respondam! (Ninguém levanta o braço).

Eu cresci em Maputo, na cidade de ex-Lourenço Marques. Todos os pretos e mulatos comiam carne uma vez por semana. Compravam ao sábado para comer ao domingo. Mas não compravam carne de 1.º ou de 2.º, compravam, sim, carne de 3.º com osso, porque tinham dois objectivos: o osso para fazer sopa e com o pouco da carne faziam caril de amendoim com coco.

Era assim que se vivia em Lourenço Marques. Os talhos estavam cheios de carne e ninguém comia. Mas os assimilados estavam tranquilos porque «tinham tudo!» É por isso que dizem que no tempo colonial havia tudo, embora não comprassem.

Quem de entre vocês ganhava cinco ou seis contos no tempo colonial? (Ninguém levanta o braço).

Quem vivia numa casa decente, condigna, com electricidade e água canalizada? (Ninguém levanta o braço).

Por isso falamos nas nossas conquistas e no nosso dever de consolidá-las e defendê-las.

Os que ainda tentam ser assimilados, são «cabeças de galinha!» Difundem tudo aquilo que não tiveram, difundem aquilo que não era deles, que era dos colonialistas. Porque viram, pensam que também era deles.

Quando os assimilados andavam nesta avenida, na antiga Vasco da Gama, hoje Josina Machel, e olhavam para aquele pré-

dio do Banco de Moçambique, pensavam que o prédio era deles. Alguma rapariga preta podia passear aqui com o seu noivo? Levantem os braços os namorados que passeavam aqui e os que se sentavam nestes bancos! Quantos de entre vocês passeavam aqui nestes jardins com a mulher e os filhos? Levantam os braços! (Ninguém levanta o braço).

E hoje, vocês andam ou não andam? («Andamos!») (Aplausos).

Dizemos que esta estrada foi conquistada, que esta avenida foi conquistada porque no passado não podíamos passear nelas. Os mais jovens não percebem bem isto, porque quando proclamámos a independência alguns tinham apenas 10 anos. Hoje têm 17 ou 18 anos. Por isso, não viram bem como era o colonialismo. Os velhos deviam ensinar-lhes, contar-lhes como era o colonialismo.

Esses que mudaram a nacionalidade são gente sem dignidade, subserviente, servil ao seu antigo patrão. Preferem viver estrangeiros na sua própria pátria ou fugir para a pátria do patrão.

Falo-vos disto para compreenderem a verdadeira natureza do banditismo armado, para compreenderem a natureza e definição correcta do inimigo do povo moçambicano.

Falo-vos disto para podermos juntar as nossas forças e lutar-mos para defender a nossa pátria. Esta pátria é nossa!

Sei qual é a vossa dificuldade. É que o nosso inimigo hoje, os bandidos armados e não armados são os nossos primos, os nossos irmãos, são os nossos pais, os nossos cunhados, os nossos tios, os nossos genros, futuros genros, sogros e com-padres.

Trata-se do homem da «minha região», do «meu grupo étnico». Trata-se do homem da minha cor.

Por isso, temos dificuldades em definir correctamente o inimigo da República Popular de Moçambique, o inimigo do povo, o inimigo da independência, da liberdade. É esta a dificuldade.

Por isso, alguns recebem mensagens dos bandidos armados e difundem-nas na cidade. São eles que propagam o boato na cidade, são eles que dizem que os bandidos vão chegar. Eles são os enviados dos próprios bandidos armados. Ficam acomodados aqui na cidade, são recebidos por nós, para fazer a propaganda do nosso inimigo.

Levantem os braços os voluntários para não combater o bandido armado! Não há voluntários? («Não!») Agora quero voluntários para combater os bandidos armados. (Toda a população levanta os braços).

Obrigado. (Aplausos).

A nossa vitória contra o bandido armado está conosco. Se organizarmos e mobilizarmos o povo, se definirmos correctamente a missão principal, sairemos vitoriosos.

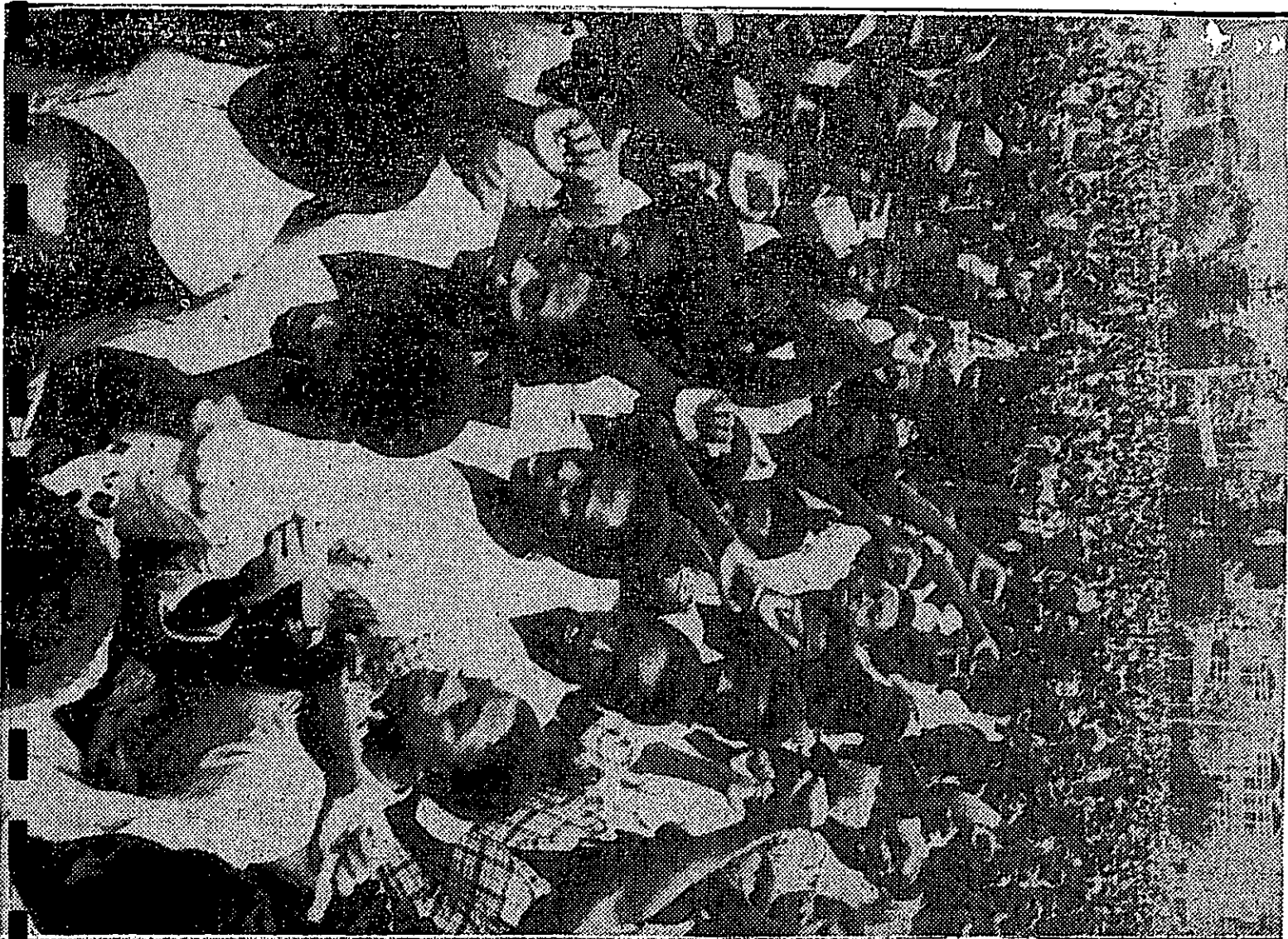
A tarefa dada pelo Congresso a todo o povo foi a de eliminar os bandidos armados e eliminar a fome. São duas direcções principais de combate, são duas tarefas paralelas. Com o bandido armado não se produz, com o bandido armado não se circula, as pessoas não se visitam, não estudam, não têm hospitais.

O bandido armado vai ser escoraçado para melhor produzirmos, para melhor comercializarmos, para melhor abastecermos o povo e assim melhorar a nossa vida.

Este é o juramento que trago do povo inteiro: nós venceremos! Mas, de certa maneira, o bandido armado fez bem em atacar-nos, pois de contrário, não estaríamos unidos aqui. Quando vencermos o bandido armado estaremos mais unidos do que nunca, estaremos mais claros do que nunca sobre o perigo do racismo, do tribalismo e do regionalismo.

Seremos, nessa altura, combatentes consequentes, intransi-gentes pela consolidação da independência e da igualdade, pelo bem-estar, pela prosperidade, pela felicidade. Nessa altura, teremos liquidado o tribalismo, teremos morto a tribo e a Nação moçambicana nascerá forte.

Esta é a mensagem que vos trago. (Aplausos).



APRESENTAÇÃO DO NOVO DIRIGENTE DA PROVINCIA

A Zambézia é um campo de confrontação.

É um terreno de confrontação entre nós e o inimigo, entre o nosso povo e o bandido armado e não armado, é um campo de luta contra o regionalismo, o racismo, o obscurantismo, o tribalismo. É um terreno de combate pela liberdade, a libertação, a tranquilidade, o bem-estar e o progresso.

Neste combate, tal como durante a luta armada de libertação nacional, o segredo da vitória está na unidade nacional, na clareza ideológica, na clareza dos objectivos e no valor de assumir o que é a independência, o que significa ser livre.

Nesta luta também é preciso uma definição correcta dos objectivos e do inimigo a combater. É preciso ter consciência clara de quem é o nosso inimigo em cada fase do processo revolucionário, em cada fase do processo de reconstrução nacional, em todos os sectores da vida nacional — na escola, na fábrica, no hospital, na empresa estatal, na pesca, na EMOCHA. Em toda a parte, temos de ter a consciência de quem é o nosso inimigo: o subdesenvolvimento. Unidos, claros sobre quem é o nosso inimigo, dirigidos pelo Partido Frelimo, estamos seguros que sairemos vencedores e mais fortes!

A vitória organiza-se, a vitória prepara-se. E nós viemos aqui para preparar essa vitória, para preparar a vitória das decisões do IV Congresso, que todo o nosso povo e o nosso Partido organizarão. Viemos aqui para organizar a implementação dessas decisões.

Por isso, o Comité Central do Partido Frelimo decidiu colocar na direcção de três províncias membros do Bureau Político do Comité Central do nosso Partido, decidiu colocar o homem exacto no lugar exacto.

Só uma direcção forte, capaz, identificada com o povo, uma direcção permanentemente ligada ao povo, nos conduz a novas vitórias. Por isso, colocámos a dirigir províncias, colocámos nos lugares decisivos, os dirigentes mais provados, mais confiados, com o mais profundo sentido de sacrifício, com mais experiência, mais conhecedores, mais dedicados ao povo e ao Partido.

Por isso colocámos na direcção das províncias os dirigentes forjados, temperados nas duras batalhas de classe, na luta armada de libertação nacional, no trabalho clandestino, no trabalho directo. Têm como tarefa continuar a consolidar a Nação Moçambicana, a estender o poder popular, plantando a árvore da liberdade em cada canto do nosso território, em cada pedaço do solo moçambicano.

O Bureau Político do Comité Central do Partido Frelimo decidiu que o dirigente que reunia as qualidades certas para dirigir a província da Zambézia é o membro do Bureau Político e Ministro do Plano, Dr. Mário da Graça Machungo. (Aplausos).

É um camarada que tem uma longa história. Nós conhecêmo-lo. Conhecemos Mário Machungo na década de 50, como aluno secundário da Escola Comercial Dr. Azevedo, em Lourenço Marques. Não foi na escola que nos identificámos, não foi nas festas. Conhecemos Mário Machungo como activista, como nacionalista, quando muito jovem ainda. Pertenceu ao Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM). Em 1960, foi preciso publicar um jornal que se chamava «O Alvor» e ele participou activamente.

Em 1969, seguiu para Portugal, para ir fazer o curso de Economia. Em Portugal integrou-se na Casa dos Estudantes do Império, que incorporava estudantes de Moçambique, de Angola da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe.

Todos os estudantes das cinco colónias encontravam-se nesta casa e aqui discutiam o problema da descolonização, o problema da libertação nacional. O camarada Machungo mostra-se ali um militante activo.

Durante o período da década de 60, Joaquim Chissano, Mariano Matsinha, Pascoal Mocumbi fugiram e deixaram um grupo em Portugal para não deixarmos o terreno vazio. Ele foi um dos que recebeu a missão de continuar em Portugal.

Quando ele concluiu os estudos, nós marcámos um encontro com ele num outro país da Europa a demos-lhe a missão de, em vez de descer para Dar-es-Salaam e daí para a floresta, como ele desejava, voltar para Moçambique para ir formar a rede clandestina da FRELIMO no seio dos brancos portugueses. Como era doutor, os portugueses receberam-no bem.

É assim que ele volta a Moçambique. Foi colocado no Banco do Fomento Nacional e cumpriu brilhantemente a missão de nosso militante no seio do inimigo. Com determinação, com dedicação, cumpriu esta missão espinhosa, ludibriando a PIDE, até à proclamação da independência.

Por isso é um veterano da FRELIMO, é por isso que tem esta medalha de veterano da luta de libertação nacional. É ele que vem dirigir a Província da Zambézia. (Aplausos).

O camarada Machungo vai dirigir a província como membro da Direcção do Partido e do Estado. Ele é um dirigente do Partido que vai orientar o Estado e a sociedade na Província da Zambézia.

A sua sede principal é no Partido. É o chefe político da província. Está na província para trabalhar com o povo e para que o povo trabalhe com o seu dirigente, para que contribua mais, para que participe mais.

O membro do Bureau Político, que agora assume a direcção da província, não é um governador provincial.

A direcção dos órgãos executivos a nível do Estado na província e dos administradores de distrito, a chefia administrativa, será exercida directamente por um Chefe de Executivo a designar.

É o Chefe do Executivo quem organiza e dirige permanentemente a Administração do Estado na província.

Na Província de Cabo Delgado, dirigida também por um membro do Bureau Político, será igualmente designado o respectivo Chefe do Executivo.

São tarefas do membro do Bureau Político dinamizar, garantir a materialização e inspecionar a realização das decisões do IV Congresso, e assegurar a justeza e correcção das decisões e das acções fundamentais da província.

Ele é individualmente responsável e assegura a responsabilidade individual.

É sua tarefa fundamental orientar, dinamizar, supervisionar e controlar os sectores económicos.

Ele exige que o Chefe do Executivo da província, cada director provincial, cada administrador, cada director de projecto, cada director de empresas e fábricas prestem periodicamente contas, dêem relatório da situação e formulem propostas de acções de desenvolvimento.

A tarefa fundamental do povo na Zambézia e da sua direcção é consolidar a unidade nacional, eliminar os bandidos armados e não armados, vencer a fome.

Isto significa elevar a produção agrária nos distritos, localidades e aldeias comunais, para a auto-suficiência alimentar da província, para contribuir mais efectivamente para o abastecimento do povo em todo o país, para aumentar as exportações, em particular dos produtos estratégicos, e assim podermos importar os bens que necessitamos — o brinco, o sapato, o fato e a bicicleta.

Isto significa estimular a produção no sector familiar e privado e a sua comercialização, desenvolver a produção agrária nas zonas verdes, conter o fluxo da população do campo para a cidade, garantir que os desempregados ou subempregados sejam afectados em tarefas produtivas, em particular na agricultura.

Quero apresentar-vos também a esposa do camarada Mário Machungo, a camarada Maria Eugénia Machungo. A esposa é o suporte directo do homem. Um vagabundo sem mulher não está organizado para fazer nada. Quando a nossa mulher está muito organizada, organiza-nos também. A nossa mulher é um estímulo permanente para sermos revolucionários. Por isso, a família é a primeira célula da sociedade.

Quando alguém se casa, está a constituir a célula da sociedade, que é a família. A família começa no marido e na esposa. Depois vêm os filhos. Os dois educam-nos no sentido do patriotismo, no amor, no respeito, na dignidade e no espírito revolucionário.

A camarada Maria Eugénia Machungo trabalha num sector muito delicado que é o da educação. Ela é doutora também. É esta a vossa mãe (Aplausos).

Trabalha na educação. Foi durante muitos anos professora de português e inglês no ensino secundário e agora trabalha na direcção do Ministério da Educação, no sector de planificação. Por isso, alguns «doutorzinhos» que estão aqui saíram das mãos dela. Ela vem aqui acompanhar o seu marido. Mas não poderá ficar neste momento, porque os filhos só terminam o período escolar em Novembro. Por isso terá de regressar para cuidar dos filhos, mas periodicamente está convosco aqui, trabalhará convosco na OMM e em muitos outros sectores.

Obrigado, população da Zambézia (Aplausos).

Ao cessar as suas funções queremos saudar também, pelo trabalho realizado na província, o camarada Major-General Oswaldo Tazama, membro do Comité Central do Partido Frelimo e veterano da luta armada de libertação nacional, fundador das Forças Populares de Libertação de Moçambique e um dos que desencadeou a luta armada no Niassa, em 25 de Setembro de 1964.

Agradecemos à população da Zambézia o apoio que lhe deu durante o seu mandato.

Em seu nome, obrigado população da Zambézia (Aplausos).

Para terminar, queremos dizer que vimos aqui a árvore da Revolução plantada, a árvore que produzirá os frutos do socialismo: a felicidade para todos, a alegria eterna para as crianças.

Crianças que mostraram a sua alegria, a sua espontaneidade, que nos acompanharam desde o aeroporto, correndo sem cessar. Quem duvida que sois os continuadores da Revolução?

A juventude foi mais uma vez a força da nossa Revolução, a vitalidade e esperança certa do triunfo do socialismo. Aqui, a juventude demonstrou mais uma vez ser, de facto, a seiva da nação. No rosto das mulheres vimos estampada a beleza da mulher moçambicana, a ternura e o amor da mulher moçambicana. Nas suas danças, traduziam a alegria de viver, a alegria de serem a geração que vive o sabor doce da independência.

O magnífico movimento das vossas danças, a harmonia das vossas vozes mais pareciam a beleza do ondular das ondas e o marulhar deste nosso Oceano Indico que banha esta província. Vimos jovens, mulheres, crianças, velhos erguerem bem alto a bandeira da Revolução, do amor à Pátria moçambicana, à Pátria dos Heróis.

Vimos aqui as mãos calejadas do trabalho, o suor do trabalhador zambeziano que contribui para o engrandecimento da Pátria moçambicana, vimos a riqueza da produção desta província. É o resultado do conhecimento popular misturado à terra. É este o génio do povo que aqui vimos.

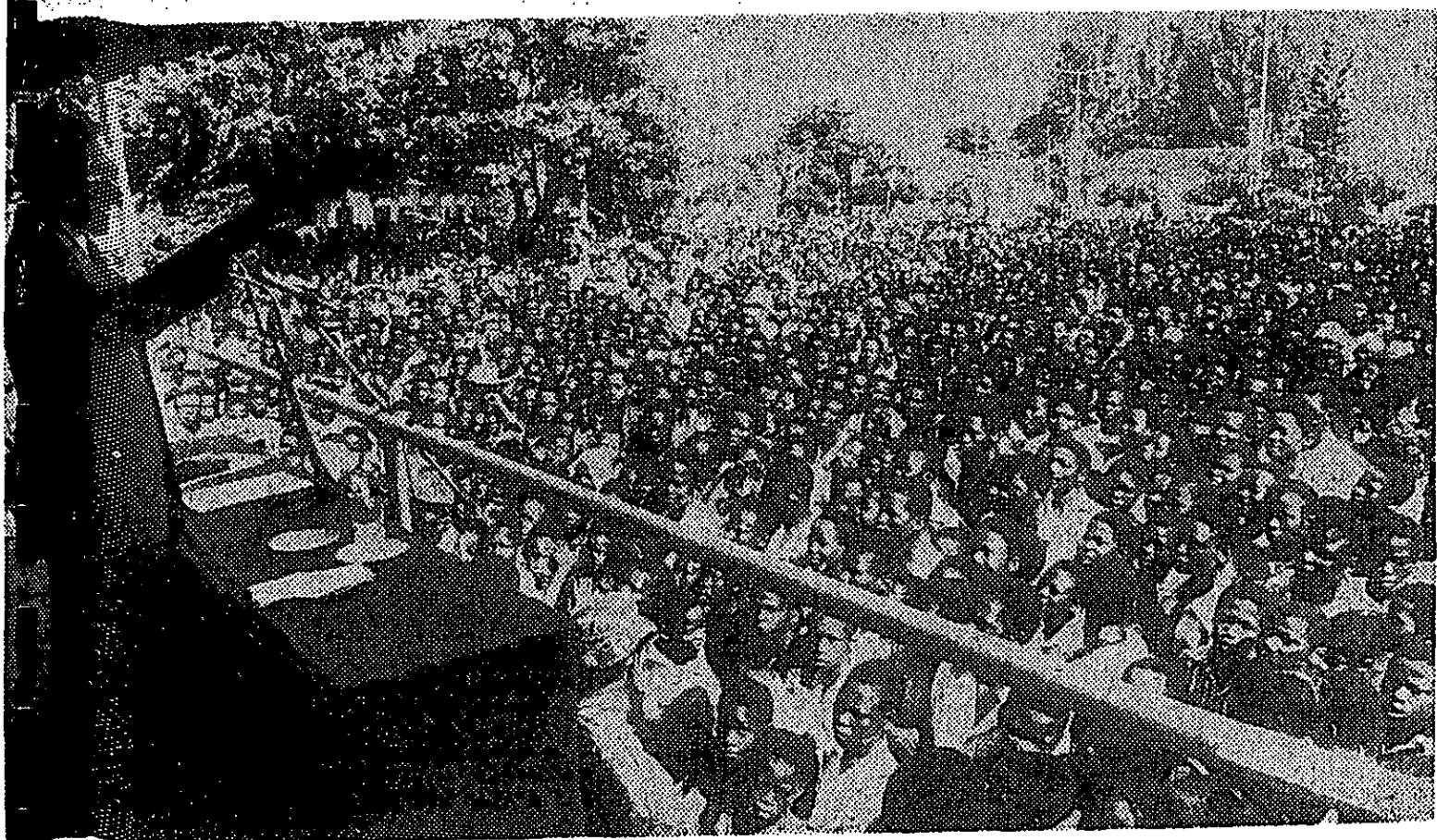
Ficámos emocionados quando recebemos os tapetes carinhosamente bordados por mãos hábeis de artistas desta província. Ficámos emocionados quando recebemos das vossas mãos os resultados da vossa produção.

Obrigado, população da Zambézia!
Obrigado, população da Zambézia pela lição de determinação e de firmeza patriótica que nos deram.

Obrigado, sobretudo, pela lição de disciplina que mostraram nesta reunião. Estiveram horas e horas atentos e não arredaram pé. É uma lição dada pelo nosso povo, uma lição bela da história da revolução.

Obrigado pelo grande entusiasmo que nos transmitiram. Saímos mais revigorados, mais retemperados, mais convictos de que venceremos!

A Luta Continua!



título:

A NOSSA FORÇA ESTA NA UNIDADE

(Intervenção do Presidente Samora Moisés Machel no comício realizado em Quelimane, em 19/6/83, para a apresentação do novo dirigente da Província de Zambézia)

autor:

SAMORA MOISES MACHEL

capa:

DNPP

coleção:

UNIDADE NACIONAL — N.º 3

edição:

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E DO

composição

DISCO 485/INLD/83

impressão:

IMPRENSA NACIONAL — MAPUTO

George



ESTUDEMOS E FAÇAMOS
DOS NOSSOS CONHECIMENTOS
UM INSTRUMENTO DE
LIBERTAÇÃO DO POVO

8

colecção

"PALAVRAS DO FRELIMO"

DEPARTAMENTO DE IDEOLOGIA DO FRELIMO

FRELIMO

Publicado pelo Departamento do Trabalho
Ideológico da FRELIMO

INTRODUÇÃO

O Camarada Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, realizou no dia 15 de Março de 1977 uma reunião com alunos, professores e outros trabalhadores da Educação, durante a qual definiu, entre outras, certas orientações ligadas ao problema da falta de quadros que o nosso país enfrenta, indicando ainda medidas para pôr a educação ao serviço efectivo do povo trabalhador.

Entre as orientações definidas, salienta-se a afectação dos alunos que este ano frequentam a 10^a. e 11^a. classes, em diversos sectores de actividade, nomeadamente no ensino, em cursos agrários, em sectores ligados à Defesa, no curso propedéutico da Universidade.

—O Camarada Presidente fez ainda um historial e uma análise crítica do ensino colonial-fascista e sua evolução, e mostrou como, durante a luta armada, a FRELIMO venceu as dificuldades decorrentes da falta de quadros, pela adopção de um verdadeiro ensino popular e revolucionário, ligado às massas.

O Camarada Presidente referiu-se ainda à existência de vestígios da mentalidade e comportamento burgueses e contra-revolucionários nas escolas, e o modo como deverão ser combatidos.

Maputo, Março de 1977

*O Departamento do Trabalho
Ideológico da FRELIMO*

37(629)

Data - 6 de Março de 1977 n.º 9701

ESTUDEMOS E FAÇAMOS DOS NOSSOS CONHECIMENTOS UM INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO DO POVO

Biblioteca

Arq. Hist. de F

N.º

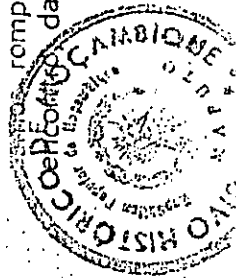
Cote (b) C 207

«Parece que já situaram o contexto da nossa reunião. Teremos que ser nós aqui que teremos que decidir por milhões e milhões de moçambicanos. Somos nós que temos esse privilégio, de decidir sobre milhões e milhões de moçambicanos. O que nós, que somos nós, que todos queremos. O que nós diremos aqui irá significar a aceitação do povo inteiro do Rovuma ao Maputo. Neste encontro diremos: não é o que eu quero, não é o que tu queres, mas sim o que todos nós queremos.

Hoje, a revolução exige que todos participemos no campo da educação para liquidarmos o analfabetismo, o obscurantismo, a superstição e todos os males que submetem o nosso povo a um atraso atroz. Nós temos esse privilégio hoje e, mais uma vez, como quando foi formada a FRELIMO, definimos que a educação desempenha um papel decisivo para o progresso, para o avanço do nosso Povo. Mais uma vez aqui viemos para isso.

Queremos agradecer ao Ministério da Educação, a todos os professores, a todos os alunos que aqui vieram precisamente para que possam ser difusores vivos daquilo que nós vamos decidir.

Obrigado pela vossa presença nesta sala. Façamos do nosso encontro uma alavanca. Que não nos romper definitivamente, através deste nosso encontro, daquilo que hoje aqui vamos decidir, com a



dependência, com a comissão e que temos, organizamos esta reunião com os nossos talentos, com as nossas capacidades, com a nossa energia e a nossa inteligência aliadas à nossa força.

Ao reunirmos com os trabalhadores da educação desejamos saudar, através de vós, todos aqueles que durante a luta de libertação nacional levaram alto o estandarte da luta pela alfabetização, pelo ensino em todos os níveis. Saudamos aqueles que se têm engajado com dedicação no seu trabalho de ensinar como na tarefa de estudar, saudamos o conjunto dos trabalhadores da Função Pública no domínio da educação, saudamos, pois todos aqueles que se engajam nesta frente da educação conscientes de que o que está em causa aqui não é somente a batalha pelo progresso social e científico do nosso País e das futuras gerações, conscientes de que estamos travando no sector da educação a própria batalha da Revolução.

É convosco pois, professores, alunos, com o conjunto da Função Pública no sector da educação, é em conjunto com os pais dos alunos que nós engajamos na batalha pela transformação do nosso País através da preparação das futuras gerações. Por isso, a educação é uma tarefa, é uma preocupação, é um dever da classe trabalhadora e de todo o povo, do Partido, do Estado, dos professores, dos alunos e dos seus pais.

Desde a conquista da Independência Nacional que, seguindo uma tradição do tempo da luta armada, nos temos vindo a reunir com trabalhadores de diversos sectores de actividade a fim de analisarmos a situação desses sectores e transmitirmos orientações que permitam o avanço da revolução.

Neste contexto se enquadraram as reuniões já realizadas com os trabalhadores da Universidade, com os trabalhadores da saúde, com os representantes da classe operária, da Organização da Mulher Moçambicana e da Juventude.

Hoje, cerca de um mês após a realização do histórico III Congresso da FRELIMO, que criou o partido de vanguarda da aliança operário-camponesa e definiu as tarefas do nosso povo na fase da revolução

ocórdio popular, e tratar os assuntos com os trabalhadores da Educação.

Pensamos ser este o momento próprio para nos debruçarmos sobre os problemas da educação. Poucos dias após o início do ano lectivo e galvanizados pelas decisões do III Congresso, estamos em condições de sintetizar as nossas experiências, em especial nos últimos dois anos e meio, de analisar a situação actual na frente da Educação e de definir orientações que permitam avançar com sucesso.

Podemos, pois resumir os objectivos desta reunião, dizendo que viemos aqui para, à luz da nossa experiência e da nossa realidade, encontrar as orientações que nos devem guiar na batalha da educação. Viemos para em conjunto recordar o nosso passado, analisar o presente e preparar o futuro no domínio da Educação.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO

No decurso da nossa luta contra o colonialismo português e contra os novos exploradores compreendemos que a luta pela criação da nova sociedade fraccassaria sem a criação do homem novo, sem a criação de uma nova mentalidade.

O que queremos dizer quando falamos de homem novo? O homem novo é o homem que se libertou do obscurantismo e da superstição em que assenta a sociedade tradicional-feudal, é o homem que se libertou da mentalidade burguesa que no nosso País, se caracteriza pela colonização mental, pela mentalidade escrava ao estrangeiro, pela imitação servil dos comportamentos, das atitudes, dos hábitos e até do modo de vestir decadente da burguesia dos países imperialistas. O homem novo é o homem dotado de consciência colectiva, homem engajado na luta pela afirmação dos valores da nova sociedade, homem capaz de assimilar e utilizar a Ciência ao serviço do povo. É a Educação e Cultura que compete o esforço essencial da formação do homem novo, da nova mentalidade.

A educação surge como um dos instrumentos fundamentais na luta pela edificação da base política, ideológica e material da sociedade socialista. Da educação, arma empuñada ao serviço da aliança operário-camponesa, depende a consolidação do processo revolucionário.

BREVE RESENHA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO NOSSO PAÍS

Para compreendermos correctamente o que hoje somos no âmbito da educação, importa fazermos uma breve análise da rica experiência do nosso Povo neste sector.

Antes da fundação da FRELIMO e do início da luta armada existiam no nosso País, dois tipos de educação — a educação tradicional e a educação colonial.

Na sociedade tradicional, cujos vestígios persistem ainda no nosso País, a educação visava essencialmente transmitir às novas gerações a tradição que era encarada como dogma. Tudo o que surgia como novo, diferente, era combatido em nome da tradição.

Fortemente impregnada de superstição e obscurantismo, a educação tradicional destinava-se a perpetuar as estruturas e formas de dominação feudal, procurando impedir todo o progresso.

A política de manter o povo num estado de profunda ignorância é uma prática comum a todos os regimes coloniais.

A educação colonial era um dos instrumentos mais importantes do sistema de opressão a que o nosso povo estava submetido.

O sistema educacional do colonialismo tinha dois objectivos: ao mesmo tempo que os aspectos coloniais do ensino se inseriam dentro da ideologia burguesa, eles correspondiam directamente às necessidades da dominação estrangeira.

O sistema de ensino colonial destinava-se essencialmente a servir os filhos dos colonos. Particularmen-

te, o ensino superior destinava-se aos filhos dos colonos ricos. As escolas do Estado estavam localizadas fundamentalmente nas cidades onde se encontrava a maioria esmagadora da burguesia colonial.

A discriminação social era acentuada pela discriminação racial. Através de múltiplos processos era vedado o acesso dos moçambicanos às escolas, em particular nas cidades. Assim, em 1950 não existia um único moçambicano negro no ensino liceal em Moçambique.

Na Educação colonial, o elitismo não era somente uma ideia mas uma prática corrente. Medidas concretas foram tomadas, como por exemplo, a distinção entre liceus, escolas comerciais, industriais e agrícolas, na base do critério segundo o qual o trabalho manual considerado desprezível, era relegado para as chamadas classes baixas.

O elitismo condicionava a função e o próprio conteúdo do ensino superior colonial-fascista. Este não se destinava a formar verdadeiros especialistas mas a satisfazer os desejos de prestígio social do candidato a doutor, engenheiro ou economista. Não o preparava para desenvolver uma actividade especializada num sector de trabalho, mas para fazê-lo brilhar nos salões luxuosos da burguesia, exibindo aquilo a que pomposamente se chamava uma «sólida cultura». Por «sólida cultura» entendia-se a cultura do engenheiro que nunca tinha visto um torno mecânico, a do economista que não dominava qualquer ramo específico da economia, a dos doutores de tudo em geral e de nada em particular.

Em contrapartida, tanto os trabalhadores que realizavam o essencial do trabalho, os quadros médios, que nas fábricas, oficinas e construções dirigiam efectivamente os aspectos técnicos específicos de trabalho, e que os senhores doutores só sabiam falar eram socialmente desprezados.

Nós durante a luta tivemos uma experiência. Alguns defendiam a teoria burguesa de formar o homem longe da realidade. Juntar muitos compêndios e colocá-los numa sala fechada. Para encerrar!

O senhor agrônomo, que nunca tinha visto como se plantava mandioca e que pensava que o tubérculo crescia em cima, em vez de ser em baixo.

Nós tivemos esta tese, quando íamos desenvolver a luta armada em 1964. Disseram que era preciso primeiro, formar doutores para abriremos escolas mais tarde e nós perguntamos: onde está a matéria-prima?

Disseram que a matéria-prima seria o senhor doutor. Respondemos que não, que a matéria-prima era o homem, era o Povo.

Quando iniciámos a produção, disseram que era preciso, primeiro, formar os agrónomos, mas fora da realidade e não no terreno. Chegaram, até, a umas certas exigências, dizendo que era impossível iniciar a guerra sem generais! É preciso primeiro formar os generais para depois podermos desencadear a batalha.

Nós respondemos: um general sem soldados! Seriam generais sem efectivos. Só são generais quando há soldados e só há professores quando há alunos. Não é verdade?

Para inculcar o individualismo nos alunos o estudo era apresentado como meio de valorização individual, enriquecimento e promoção social. Os diplomas eram vistos, exclusivamente, como condição para se obterem empregos altamente remunerados e a promoção social.

Assim se criou a mentalidade de estudar para ser alguém!

Era o que andava, particularmente, pelas cidades. Estudar para ser alguém.

Os poucos moçambicanos que ingressavam nas escolas coloniais eram submetidos a um processo de despersonalização. Eram ensinados a desprezar o Povo, eram impedidos de conhecer a história e as realidades do País, obrigados a decorar o que o colonialismo considerava os «feitos dos seus heróis».

Este processo de despersonalização tinha por finalidade levar o aluno moçambicano a renegar o seu

Povo, a tornar-se instrumento do colonialismo. É a partir de 1974 que os nossos professores ensinam aos alunos de que o Rovuma é um rio que pertence a Moçambique, que o Zambeze é um rio de Moçambique e que o Limpopo é um rio que pertence a Moçambique. É a partir de 1974, porque, antes disso, todos estes rios eram rios de Portugal.

Muitos não sabiam onde ficava a cidade capital de Cabo Delgado, mas sabiam onde ficava a capital de Setúbal. Muitos não sabiam onde nasce o rio Rovuma, o rio Zambeze, mas, no entanto, sabiam onde nasce, por onde passa e o que fica nas margens esquerda e direita e onde desagua o rio Mondego.

Era a despersonalização.

Muitos não sabiam que nós tínhamos cultura mas que a cultura só a tinha o povo português. O que nós tínhamos eram «usos e costumes gentílicos dos indígenas».

Por isso, durante o Governo de transição era ridículo ver o assimilado assistir ao «xingomane», era uma coisa interessante, para ele, assistir ao «xigubo». Afinal têm isto também! Também têm coisas interessantes! Os assimilados.

As manifestações da cultura moçambicana eram insultuosamente designadas «usos e costumes dos indígenas», sendo ridicularizadas e abertamente combatidas. É dança de pagãos e é dança de selvagens!

Enquanto o Estado colonial se ocupava essencialmente da educação nas zonas urbanas, a educação nas zonas rurais, onde vive a esmagadora maioria do nosso povo, foi exclusivamente confiada às várias Igrejas, sendo Católica a que exercia maior controlo.

Explorando o tradicionalismo e as insuficiências do conhecimento científico das massas, a Igreja procurou sempre inculcar no nosso Povo a resignação e a submissão perante a opressão e a dominação estrangeiras.

As escolas das missões eram essencialmente centros de difusão desta mentalidade e da doutrina religiosa. As crianças nas zonas rurais não tinham alternativa. Ao seu alcance só existiam as escolas

das missões, onde lhes era imposta a religião cristã. Para as entidades oficiais da Igreja, os moçambicanos não deviam ter acesso a mais do que a 4.ª classe. Assim o disse claramente o Senhor Cardeal Gouveia, definindo, em nome da Igreja em Moçambique, o plano da educação colonial-fascista para os moçambicanos: «SIC» incutir-lhes os valores da chamada civilização cristã e ocidental, e não lhes ensinar mais do que a ler, escrever e contar. Em resumo, ensinar o mínimo possível para despersonalizar o máximo possível.

Em 1952 eu assisti a alguns debates e trocas de correspondência, que chegaram até aos jornais, em que o Resende, da Beira, propunha que se criassem alguns liceus para os negros. Estava nessa altura ou em Nampula ou em Pemba o «dom» Garcia. E estava aqui em Maputo, então Lourenço Marques, o senhor Gouveia.

Os seus debates eram sobre se «devemos ou não devemos ensinar o negro!».

Uns diziam que «ensinar o negro é perigoso, mas não ensinar é mais perigoso ainda». Outros, como o senhor Gouveia, diziam: «a nossa tarefa, a nossa missão, em nome de Portugal e em nome da civilização cristã, é de tornar o negro um cordeirinho manso. Não fazer dele uma fera».

Assistimos a isto no ano 52. Podem concluir?

No que respeita à mulher, o ensino da Igreja em Moçambique tinha também a função de condicioná-la para o casamento, isto é, fazer meninas prendadas e inculcar-lhes o modelo e a concepção burguesa da família e da posição da mulher na sociedade, para ser boa dona de casa, com boas prendas.

A natureza do ensino colonial-capitalista não era só reflectida no seu conteúdo. As estruturas e a vida da escola estavam organizadas de modo a não permitir que os alunos, professores e funcionários lutassem em comum por objectivos comuns.

A escola era um centro antidemocrático. Era total a distinção entre os trabalhadores intervenien-

na escola. Os alunos era reservado o papel de estudantes, os funcionários eram instrumentos mecânicos de administração, limpeza e manutenção, os professores eram meros transmissores de conhecimentos. A direcção da escola era por um único indivíduo isolado dos problemas da comunidade escolar, através de officios. São officios, não é? Officios!

A disciplina na escola era imposta através do medo, da sanção, por mecanismos burocráticos.

A Mocidade Portuguesa, organização fascista onde as actividades políticas, culturais e desportivas eram enquadradas obrigatoriamente, impunha a asfixia do espirito crítico, da iniciativa criadora.

O sistema educacional do colonialismo possuía ainda duas outras características essenciais.

A primeira era a sua ligação íntima com o mecanismo de exploração capitalista. A todos os níveis, o acesso ao ensino, à aprendizagem, ao conhecimento, era para o colonialismo fonte de exploração. Nas zonas urbanas, ao lado das escolas oficiais cujo nível pedagógico era em regra baixo, proliferaram as escolas privadas e os explicadores, umas e outros fazendo do ensino uma fonte de lucro. No nosso País existiam professores oficiais que dedicavam a maior parte do seu tempo à actividade parasitária de explicador, chegando a fazer mais de 50 contos por mês.

Nas zonas rurais, constituía parte integrante do ensino missionário a exploração da força de trabalho dos alunos que passavam muito mais tempo nas matas da missão do que nas salas de aula. Naturalmente, o produto do trabalho dos alunos destinava-se única e simplesmente a enriquecer a missão, contando os alunos a viver na miséria.

Eu conheço este sistema.

Conheço os alunos que cresceram nas missões e que, quando chegava à altura da apanha, da apanha da castanha, apanharam toneladas e toneladas de castanha, mas nunca souberam qual era o seu gosto.

Conheci alguns em muitas situações que produziam arroz, mas viviam de farinha. Farinha mal cozida, po-dre e com bichos. Outros alunos pescavam para a mis-são, mas eles viviam de amendoim pilado, fervido na panela que, quando tinha condimentos, apenas levava sal. Aquilo a que nós chamamos, no Sul, «xangala».

Mas, no entanto, os alunos produziam o arroz e não conheciam o seu gosto. Pescavam e não conhe-ciam o gosto do peixe. Viviam de amendoim fervido com água e sal.

A segunda característica do sistema de educação colonial era a «ausência de planificação». Não só não existia nenhum plano de formação de professores e de outros quadros do ensino, como existia uma acção deliberada de não permitir a formação de professores moçambicanos. É por isto que nós não temos pro-fessores suficientes. Os poucos professores existentes eram distribuídos unicamente de acordo com os inte-resses da burguesia.

A própria criação das escolas obedecia à neces-sidade de resolver situações de emergência e resultava de ideias e opiniões de indivíduos desligados da reali-dade concreta em vez de corresponder a um plano visando a solução global do problema da educação. Em particular, no que respeita à formação profissio-nal, não existia nenhum critério de programação racional em função das necessidades do desenvolvi-mento nacional. As estatísticas apresentadas pelo colonialismo eram pura propaganda.

Estas eram, em traços gerais, as características da educação colonial no nosso país.

A NOSSA EXPERIÊNCIA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Com o começo da luta armada de libertação na-cional, colocou-se desde logo, como necessidade im-periosa a elevação do nível político, científico, téc-nico e cultural dos combatentes. Só assim seríamos capazes de dar resposta concreta às exigências da nossa confrontação com o exército colonial, nume-

ros, bem equipado e experiente em guerras de agres-são. Por isso o FRELIMO definiu a Educação e Cultura como uma frente decisiva no contexto geral da luta de libertação nacional.

O desenvolvimento rápido da luta armada, criou em pouco tempo, as zonas libertadas. Nessas zonas não existia qualquer estrutura física de educação do tipo clássico. Não havia escolas, não havia profes-sores. Ai apenas subsistia a educação tradicional man-tida e alimentada pelas estruturas da sociedade feudal. Impunha-se desde logo, organizar um sistema de edu-cação que servisse os interesses do desenvolvimento da luta. E logo se nos colocaram várias questões: Que tipo de educação? Educação para quem? Educação ao serviço de quem? O que significa ir para a escola? Em torno destas questões, demarcaram-se duas linhas opostas.

A linha revolucionária, que defendia a criação de um sistema educacional ao serviço das largas mas-sas, de um sistema que libertasse o homem dos vesti-gios negativos da tradição e dos valores coloniais.

Estes vestígios são resistentes. Estes vestígios já são crónicos, incrustados nas mentalidades da gente. Estes vestígios já fizeram das nossas cabeças centro-residência e capital, fortaleza indestrutível, porque vi-vemos largos anos submetidos, sem conhecermos outro tipo de cultura, outro tipo de educação, outro modo de vida.

Estes vestígios são mais resistentes do que os canhões. Por isso ainda hoje continuamos a lutar con-tra esses vestígios.

Encontramos, ao nível de cultura, que quem sabe cantar o fado é que é civilizado. Quem sabe dançar o vira é que é civilizado. Só quem sabe dançar a valsa é que é civilizado. A cultura é lá, dentro da nossa consciência, que ela está. O inimigo fez da nossa ca-beça a sua base central. E este inimigo é muito difícil de ser destruído.

Encontramos um certo número de complexos Complexo de inferioridade em relação à cultura es-trangeira. Só quem sabe imitar bem essa cultura é que

é civilizado. Sente-se inferior quando não a sabe imitar.

Encontramos ao nível do ensino, aqueles que fizeram a décima classe, ou seja o 7º ano em 1972 e 1973, aqueles que fizeram o 5º ano em 1973, 72, 71, antes da queda do colonialismo, esses sim! Quando falamos com os actuais dizem: «no meu tempo é que o ensino era a sério. Estudávamos os «Lusiadas»! Nós conhecíamos os sonetos e vocês o que é aprendem agora? Política, política, política... Os «Lusiadas» é que é!»

Não desprezamos os «Lusiadas», que são muito importantes para o Povo português. Ouviram? A vocês os «Lusiadas» não servem para nada, mas para o Povo português eles são importantes

Alguns defenderão os valores burgueses, o valor de ir à escola privada

«Agora vão todos à mesma escola! O que é isto, agora você ir comigo à escola? Você, antigamente, entrava no mesmo machimbombo comigo?»

São complexos. Os vestígios. São vestígios.

«Eu, já no tempo colonial frequentava a clinica privada, eu já baixava em primeira classe e agora o que é que estão para aí a dizer, quando a FRELIMO veio e estragou tudo? Antigamente é que era civilizado!»

Vestígios. Vestígios. A cabeça tornou-se base do inimigo. É preciso o cirurgião abri-la e fazer uma raspagem para tirar os quistos que estão lá incrustados. Vestígios!

Por isso, nós dizemos que esses ficavam contentes com a discriminação social e com a discriminação racial. Agora não, eles não estão satisfeitos. Querem ser diferentes. Diferentes do Povo e iguais a quem? Respondam agora vocês.

Recusam assumir os valores populares. Nós dizemos que o que é importante é saber assumir os valores do Povo, não são essas coisas, coisas fúteis, sem importância nenhuma para a nossa sociedade.

A linha reaccionária defendia a criação de um sistema educacional de tipo burguês, destinado a formar uma elite reaccionária para dirigir as massas que

considerava brutas e analfabetas.

Foi no decurso da luta entre as duas linhas, que se estendeu por vários anos que, pouco a pouco, fomos erguendo e consolidando o nosso sistema de educação revolucionária.

Foi em luta constante com os reaccionários que criámos as nossas escolas, que erguemos as nossas estruturas educacionais, que formámos os nossos professores. Para formarmos professores tínhamos de depender das nossas próprias forças. Eram poucos entre os nossos militantes os que tinham a quarta classe. Alguns tinham a terceira classe e outros somente a segunda. Organizamos cursos de curta duração e seminários de reciclagem para elevar o nível científico dos professores e em que se sublinhava a importância da sua tarefa política.

O espírito de aprender uns dos outros enriqueceu o património do nosso conhecimento colectivo e reforçou a unidade nacional. Os alunos que concluíam a quarta classe eram chamados a ensinar a primeira e a segunda classe, outros iam para cursos de enfermagem, iam para o exército, iam para cursos de agricultura, em resumo, iam para cumprir as tarefas que o Povo lhes confiava.

Foi assim que nós crescemos. Não é o que eu quero, o que tu queres, mas sim o que nós queremos. Não é o que eu quero, o que tu queres, mas sim o que o Povo quer. Exigências do nosso Povo.

O material escolar também sempre nos faltou. Mas as iniciativas dos alunos e das massas souberam ultrapassar essa dificuldade. Frequentemente usámos tabuletas de madeira polida como ardósia. Escrevia-se e raspava-se para apagar. Quando o giz nos faltava a mandioca seca servia para o efeito. Quando faltava o lápis usava-se o carvão vegetal. E, se tudo faltasse, escreviamos no chão.

Os alunos iam frequentemente para as escolas debaixo de bombardeamentos. Muitos tinham de marchar quatro ou cinco horas até à escola. Nalguns centros educacionais chegavam a estar dois ou três dias sem comer por dificuldades de abastecimento.

apesar de todas estas dificuldades, o número de alunos foi crescendo, cobrindo gradualmente as zonas libertadas. Escolas pequenas transformavam-se em grandes centros educacionais, centros de difusão do conhecimento científico para dominar as leis da natureza e para o desenvolvimento da sociedade, centros de difusão da nossa cultura para a valorização da nossa personalidade moçambicana e consolidação da unidade nacional. Em suma, centros de construção do homem novo, obreiro da nova sociedade.

Nestes centros, o estudo engloba as tarefas da produção, a teoria forja-se na prática e regressa à prática para se enriquecer com as experiências da sua aplicação concreta. Nestes centros, os estudantes demonstraram que a ciência nasce do trabalho, nele se desenvolve e só tem sentido quando a aplicamos no trabalho.

A direcção e a base participam em conjunto no estudo político, na discussão dos problemas pedagógicos e sociais, na produção e nos trabalhos com as massas populares.

Foi assim que preparamos os nossos quadros, muitos dos quais ocupam hoje postos de direcção no Partido e no Estado.

A alfabetização constituía preocupação fundamental a todos os níveis, nos FPLM, nos centros sanitários, nos comités de círculo, de modo a elevar o nível geral de conhecimentos de todo o povo.

No final da guerra havia mais de 30 mil alunos nas nossas escolas primárias. Mais de 500 alunos frequentavam o ensino secundário. Foram formados e reciclados centenas de professores. Mais de uma centena de jovens moçambicanos frequentava nos países socialistas cursos médios e superiores. Em plena guerra, apesar de todas as dificuldades e carências agravadas pela acção do inimigo no nosso seio, preparamos mais moçambicanos do que o colonialismo português em quinhentos anos.

Como conseguimos estas vitórias? Vencemos porque os nossos objectivos eram claros, porque soube-mos planificar a vitória. Vencemos porque soube-

mos fazer assumir e viver a nossa linha pelas largas massas.

A ACCÃO DO INIMIGO APÓS O DESENCADEAMENTO DA LUTA ARMADA

O desencadeamento da luta armada de libertação nacional e o seu desenvolvimento, provocaram alterações na estratégia e tática do inimigo. Ele contava não só com o sistema implantado nas zonas ocupadas, mas também com a acção dos seus agentes no nosso seio.

Estes, difundindo a ideia de que não era tempo para se pensar em problemas de educação, procuraram, primeiro, impedir a organização do sistema educacional. Fracassaram.

A existência das zonas libertadas e a ampla mobilização das massas para a organização da sua vida, os sucessos obtidos na criação dum novo sistema educacional, obrigaram o inimigo a recorrer a manobras no sentido de desviar o ensino dos seus objectivos populares.

No processo da luta entre as duas linhas no plano da educação as contradições manifestaram-se com toda a clareza: na indisciplina e anarquia dos estudantes do Instituto Moçambicano, em Dar-es-Salaam, em 1968.

Instigados pela acção de um PIDE infiltrado, o padre Mateus Pinho Gwengere, os estudantes rebelaram-se contra a decisão da FRELIMO de os enviar para as zonas libertadas, durante as férias.

O Relatório do C. C. ao II Congresso da FRELIMO em 1968, caracterizou o comportamento e as motivações desses estudantes. O relatório refere que «a maioria dos estudantes do Instituto Moçambicano querem estudar e ao mesmo tempo querem a independência sem ter de participar na luta para atingir este fim, porque eles pensam que depois da independência não são aqueles que lutam que vão governar o país, mas sim aqueles que estiveram a estudar.

Os chamados intelectuais». Fim da citação.

A derrota da linha reacçãoária e o combate consequente pela aplicação das teses do II Congresso da FRELIMO, determinaram o fracasso da acção do inimigo no nosso seio.

Consciente da impossibilidade de uma acção eficaz no interior da Organização, o inimigo manifestou, mais uma vez, claramente a sua natureza criminosa.

Bombardeou sistematicamente os centros escolares com o objectivo de matar crianças, destruir escolas, aniquilar os nossos quadros e impedir o crescimento impetuoso dos efectivos escolares das zonas libertadas que então se verificava; recorreu a actos de terrorismo, prendendo, espancando, torturando, mutilando e matando alunos; infiltrou agentes para desorganizar o nosso sistema educacional.

Aqui tivemos, mais uma vez, uma experiência. Quando foi incapaz de travar o crescimento, o aumento gigantesco de alunos nas nossas escolas, infiltrou crianças de dez, de onze, de doze e de treze anos para crescerem no seio da FRELIMO. E eu penso que isso existe também aqui.

Os agentezinhos! Os agentezinhos do inimigo! Infiltrou crianças para crescerem no seio da FRELIMO e poderem argumentar a política da FRELIMO. Para poderem conhecer o sistema educacional da FRELIMO, e esses pidezinhos tinham a tarefa central de criar disciplina nas escolas, de criar o liberalismo nas escolas, de criar confusão nas escolas, de criar o tribalismo nas escolas, de fomentar a corrupção nas escolas, em resumo, difundir a ideologia inimiga no seio dos alunos, utilizando as escolas da FRELIMO.

Depois de provocarem essas confusões agitavam os alunos para que estes acusassem os nossos como responsáveis da anarquia e indisciplina.

Ao nível dos hospitais infiltrava, do mesmo modo, doentes, leprosos, alguns já cegos, outros com dedos cortados, mas agentes do inimigo, para provocar emoções, o sentimentalismo. Este também era um processo para se poderem infiltrar no nosso seio

e serem tratados nos nossos hospitais. E eles nunca curavam as feridas e nunca saíam dos hospitais da FRELIMO.

Por isso, quando verificámos certas indisciplinas nas nossas escolas, hoje, sobretudo ao nível das cidades, reconhecemos bem que isso faz parte da velha táctica, que nós conhecemos como muito velha. É uma velha táctica! Muito conhecida essa táctica.

Os alunos que recusam a política são, de novo, os tais pidezinhos. Sujar às carteiras, lá dizemos nós outra vez que lá estão de novo os pidezinhos. Escrevem nas paredes, nas casas de banho, e nós dizemos que lá estão os pidezinhos. Por que não se vão embora com os seus patrões? Eles estão aqui, a ouvir-me, nesta altura, e dizem «não vamos!».

Mas nós também dizemos: vamos desalojá-los, vamos desalojá-los à força, esses pidezinhos, agentes do inimigo, que são agentes medíocres.

Mas também nas zonas ocupadas, o colonialismo mudou de táctica, especialmente depois da derrota que impusemos à operação «Nó Górdio».

Nessa altura, nas zonas ocupadas, a sua acção teve duas características essenciais. Primeiro, o inimigo, intensificou a acção de abertura do ensino aos filhos dos feudais, dos funcionários moçambicanos e assimilados.

São estes que nos dão trabalho hoje, porque quando estão nas escolas a preocupação deles e dos funcionários assimilados é procurar saber de quem é filho o colega e procurar saber a profissão do pai do seu colega. E quando descobre que o pai é um camponês, um carpinteiro, um mecânico, um condutor, vocês sabem como é. Sabem ou não sabem? Sabem, concerteza.

Por isso, a primeira coisa é que a pequena burguesia produzida por nós são nossos filhos, não é verdade? É nosso produto. Nós próprios gostamos de ver o nosso produto não semelhante a mim, mas semelhante ao outro. E quem é esse outro? Quem é? É o patrão! E são esses que nos dão muito trabalho lá nas escolas. Os assimilados.

Um aluno indisciplinado na escola revela o quê? (vestígios, respondem os alunos presentes). Um aluno desobediente aos seus professores revela o quê? (vestígios, respondem de novo os alunos presentes à reunião). Transporta a base central do inimigo. Ele transporta a base central do inimigo e ele transporta-a. Vestígios. O aluno que se recusa a participar nas danças do nosso Povo revela complexo de inferioridade. O aluno que recusa participar numa reunião da escola, para discutir a vida da escola, revela vestígios. Ele representa a cabeça de um PIDE. Tem cabeça de reaccionário.

O aluno que recusa o trabalho manual revela vestígios. «Sujar as minhas mãos? Em casa tenho moleque!». O aluno que recusa manter a escola limpa revela vestígios e é a base central do inimigo. Cabeça de reaccionário que transporta as ideias do inimigo. Ele é um transporte.

O objectivo era reforçar a política de «criar pequenos portugueses de pele preta», para formar uma burguesia interna que se opusesse à FRELIMO e assumisse e enraizasse na sociedade moçambicana os valores do capitalismo. Embora saindo fisicamente queriam continuar a dominar através dos seus valores, da sua cultura, do seu modo de vida. Segundo, o inimigo acentuou as manobras de corrupção da juventude, implantando a prostituição, a droga e outros vícios nas escolas, propagando-os como formas superiores de liberdade.

Após a queda do fascismo em Portugal, o colonialismo recorreu a novas manobras. O chamado governo provisório procurou desviar a justa explosão popular para objectivos que punham em causa a reivindicação fundamental da Independência Nacional.

No sector da educação, institucionalizaram-se rapidamente as concepções democrático-burguesas, a confusão de liberdade com liberalismo e anarquia.

O ambiente de pseudoliberalidade, de liberalismo e anarquia não conseguiu, no entanto, esconder a persistência das estruturas fascistas no seio da escola.

Manifestavam-se claramente os indícios da profunda crise que abalava o ensino colonial-capitalista.

Aos alunos foram dadas passagens administrativas sem a mínima preocupação de se saber se estavam ou não em condições de serem aprovados. Os estudantes não aceitavam a autoridade dos professores e da direcção das escolas que, por sua vez, ou debandaram do país ou adoptaram uma atitude de passividade que agravava a situação. «Deixa andar! A FRELIMO há-de resolver tudo!»

Com a tomada de posse do governo de transição criámos as condições para a extensão a todo o país do poder popular democrático.

Encontrávamos perante nós o sistema de ensino colonial, as suas instituições, os seus programas, os seus livros de ensino, o seu tipo de vida, os seus métodos.

Era necessário transformar essas escolas em instrumento da reconquista da personalidade moçambicana e de ressurgimento da nossa cultura, integrando-as na nossa frente de combate contra a ignorância e o analfabetismo, contra a mentalidade colonial-capitalista, contra os vestígios negativos da sociedade tradicional.

A necessidade inicial de utilizar as estruturas antigas ao serviço da nossa política resultou num choque violento entre o velho e o novo. Tornava-se clara a impossibilidade de colocar as estruturas coloniais do ensino ao serviço da educação popular e revolucionária.

Uma nova organização das escolas foi, então, definida. Substituímos a velha estrutura administrativa antidemocrática e burocrática por uma nova estrutura, com ampla participação dos alunos, professores e funcionários na vida da escola.

Intensificámos a acção dos Grupos Dinamizados, com instrumentos de luta pela implementação do nossa linha política nas escolas.

Organizar um sistema único de Educação, controlado pelo Estado, era condição essencial para colocar o ensino ao serviço do Povo. Com a nacionalização do ensino privado e a abolição do sistema de

explicadores, a Educação transformou-se num instrumento da aliança operário-camponesa para lançar novas ofensivas contra o analfabetismo, a ignorância, o individualismo e o elitismo.

A nossa acção, no período que se seguiu às nacionalizações, revestiu os seguintes aspectos essenciais: Criámos condições para que um número cada vez maior de moçambicanos tivesse acesso ao ensino: em dois anos triplicámos os efectivos escolares; cerca de um milhão e duzentas mil crianças frequentam os estabelecimentos de ensino; eliminámos, de uma vez para sempre, a discriminação do ensino.

Mais uma vez encontramos resistência. Aonde? Nos pais dos alunos!

«O que aprendem agora, os meus filhos lá na escola? Todos os dias produção! O que é que aprende o meu filho lá na escola? Já não há Lusiadas, já não se estuda lá na escola as linhas férreas de Portugal, os rios principais de Portugal. O que é que estudam então? O que é que se passa agora em Moçambique?»

É isto que os pais não gostam, particularmente os assimilados, particularmente os funcionários. Reagem a isto. Gostariam eles, queriam eles que certas escolas privadas continuassem a ser frequentadas pelos filhos da burguesia. Alguns pais gostariam. Gostariam.

«Esta mistura! Onde é que tu estavas sentado lá na reunião, hoje? Papá, eu estava sentado no chão. Veja lá isso!!! Com quem? Quem estava sentado ao teu lado? Lenço e depois... Estava calçado? Vejam lá isto agora! O meu filho!»

Fala quem recebe o dinheiro que vem do pai desta criança que estava descalça. O dinheiro que o teu pai tem, para te mandar a essa escola privada, vem do pai desta criança que está descalça.

A cebola que come o papá lá em casa, o arroz que come o papá lá em casa é cultivado pelo pai e pela mãe desta criança, cujos pés estão descalços.

De novo vestígios. Desprezo pelo Povo. Eles foram ensinados assim. Desprezar o Povo.

«Lá na escola, meu filho, com quem brinca?

precisa brincar com o filho do senhor António, heim?! do senhor Marques da Silva, ouviu, Não brinca com aquele Tembe ali. Tembe, o que é isso? Brinque com o filho do senhor António da Silva Marques, ouviu? Já disse, meu filho! Não me traga essa gente aqui a casa. Não há lugar para eles».

É preciso seleccionar com quem deve brincar na escola, com quem deve conviver, quem deve ir a casa. De novo vestígios, e era assim que fazia a burguesia colonial. O filho do pedreiro, o filho do conselheiro, o filho do condutor e do camponês não iam a casa do médico ou do senhor engenheiro. Agora são eles os senhores engenheiros. Os funcionários. Os vossos pais.

Proseguimos e intensificámos a formação acelerada de professores, especialmente do ensino primário; em todo o país foram organizados dezenas de cursos de formação e de reciclagem de professores (em 1976 formámos 800 professores; em 1977 está programada a formação de 1500 professores). Em cada província, foi criada uma escola de formação e reciclagem de professores.

A nacionalização do ensino missionário permitiu uniformizar o ensino primário, eliminando a prática do ensino para indígenas e o ensino de doutrina; elevar o nível do ensino primário; eliminar do ensino primário o conteúdo obscurantista.

Iniciámos o processo de ligação das escolas às actividades económicas e sociais, organizámos planos de férias que permitiram uma ampla troca de experiências entre estudantes e trabalhadores.

Com a progressiva introdução de novos programas e métodos de ensino começámos a dar uma base materialista e dialéctica ao estudo da ciência e à formação da capacidade de análise e crítica dos estudantes.

Introduzimos nas escolas a produção colectiva, ligando a teoria à prática e criando condições para que as escolas se tornem auto-suficientes.

Era também necessário iniciar o processo de transformação do conteúdo do ensino, através da in-

troação de novos programas.

A Reunião Nacional da Beira constituiu um marco decisivo da democratização dos métodos de trabalho nas escolas. Pela primeira vez, professores de todo o País reuniram-se para discutir os problemas da Educação.

Inúmeras reuniões se realizaram em todo o País, quer a nível de Províncias e Distritos, quer a nível de sectores da Educação, para trocar experiências e traçar o modo de implementação das novas orientações.

Enquadrados pelas estruturas políticas e administrativas das escolas, professores, alunos e funcionários engajaram-se entusiasmadamente no novo combate.

Apesar de todos os esforços referidos, no momento da Independência, ainda não tínhamos conseguido realizar uma transformação decisiva do ensino. Mantinham-se estruturas capitalistas na Educação. Permaneciam o ensino privado e o sistema de explicadores, fontes de negócio e lucro. Mais de 80% dos nossos alunos frequentavam escolas das instituições religiosas. O ensino continuava disperso e escapava ao nosso controlo.

A ACTUAÇÃO DO INIMIGO DESDE O PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Durante o período de transição, a acção do inimigo visou desorganizar a nossa economia, destabilizar o poder, e provocar o caos e a anarquia social generalizada. O inimigo pretendia a todo o custo impedir que a independência significasse a tomada do Poder pelo Povo.

No campo da educação, o inimigo procurou bloquear a criação e o funcionamento das novas estruturas, impedir a aplicação dos nossos programas e métodos de ensino, promover a indisciplina e o liberalismo, fomentar ainda mais a corrupção nas escolas e provocar a saída de professores.

E nós perguntamos por que saíram os professores. Saíram, porque tinham que sair. Esta a primeira

resposta: saíram, porque tinham terminado a sua missão, que era educar para o colonialismo transmitir a sua cultura, que significa a cultura colonialista. Saíram, porque eram incapazes de educar dentro dum sistema estabelecido pela República Popular de Moçambique. Saíram, porque não conseguiram ensinar de maneira democrática o ensino popular. É por isso que eles abandonaram.

Primeiro, porque terminaram a tarefa de educar o homem para servir o colonialismo, educar o homem para produzir quadros para o colonialismo.

Em segundo lugar, incapacidade de assumir o novo valor do ensino, o ensino popular, o ensino onde todos aprendem, todos participam e todos ensinam.

É por isso que nós perguntamos por que é que saíram os professores. Não estavam em condições de ensinar o quadro que iria servir o Povo.

Para atingir os seus objectivos, o inimigo recorreu a todos os meios: infiltração de agentes reaccionários nas estruturas políticas e administrativas das escolas, acções de provocação e de agitação entre alunos e professores, lançamento de campanhas de boatos, calúnias e intrigas, desvirtuamento sistemático da política educacional da FRELIMO.

Esta acção do inimigo prosseguiu após a proclamação da Independência e intensificou-se depois da nacionalização do ensino. Os reaccionários desviaram dinheiro, danificaram material, roubaram ou escondiram bens e mobiliário. Em particular, tentaram fomentar a ideia de que só a burguesia é capaz de organizar, dirigir e exercer o ensino. Lançaram-se raiosamente contra os nossos programas e os nossos professores, forjaram as calúnias mais baixas e infames contra a nossa política e acção educativas.

Correu o boato, por exemplo, no período de transição, que havia envenenamento nos produtos «Nutresco» e portanto aconselharam as crianças para que não tomassem nada que fosse distribuído pela FRELIMO. Foi ou não foi?

Este boato foi forte.

Depois da independência começa o ponto que vamos nacionalizar as crianças. Elas já são nacionais! O que é que nós vamos nacionalizar? Algumas senhoras fugiram para fora de Moçambique para ter os seus bebés e para não serem nacionalizados. É a reacção!

Diziam que o nosso ensino não era reconhecido em parte nenhuma, mas a verdade é que quando chegam a Portugal... estão aqui alguns que sabem que os que abandonam a Universidade de Maputo, no 3.º ano, chegam lá e já estão no 5.º ano. Quando abandonam a Universidade Eduardo Mondlane chegam a Portugal e com o 3.º ano são assistentes dos professores. Os que abandonam aqui a 7.ª classe chegam a Portugal e já estão na 9.ª classe. Como é que não é reconhecido?

Esta é uma parte da acção dos reacçãoários. A outra parte são as empresas privadas.

Nós não fazemos nada contra eles, os senhores capitalistas, mas eles fazem muito contra nós. Roubam funcionários... Assistiram ao teatro, aí «A Sagra da Família», não assistiram? O senhor Costa roubou o funcionário, não é verdade? O senhor Costa roubou o funcionário e o dono da empresa, senhor Almeida, rouba alunos. Quando o aluno está na 9.ª classe já está comprado. Quando está na 10.ª, então já está investido o capital. Quando está na 5.ª ou 6.ª, não interessa.

Todos já têm compromisso com as empresas privadas. São instrumentos para ir dirigir o capital.

Na escola já começam a sentir que quando saírem vão dirigir o capital do senhor Costa.

«You sair daqui e vou ganhar bem para comprar um «BMW». Vou comprar um «BMW» para dar boleia. Para dar boleia aos alunos e às alunas. Vou comprar um «BMW» para dar boleia às «pitas!».

Onde está o Povo nisto tudo, Onde está realmente o Povo? Comprar «BMW» para dar boleia!

Por isso avisamos os senhores capitalistas que isso acabou a partir de hoje. Quem investe é a FRELIMO. Acabou isso hoje mesmo. A FRELIMO é que

investe.

As empresas privadas, promoveram o recrutamento de alunos das classes mais avançadas, com ofertas de salários elevados, para conseguir que eles abandonassem as escolas e fugissem ao controlo planificado do Estado.

No próprio seio das escolas, faz-se sentir a acção de elementos reacçãoários que sabotam a aplicação das directivas do Partido, do Governo e a difusão da nossa linha política e dos métodos populares de trabalho e direcção.

Verificámos a frequência de alunos a certas embaixadas, onde são aliciados para se tornarem agentes. Essa acção realiza-se através de formas aparentemente inofensivas tais como distribuição de material de propaganda para inculcar nos nossos estudantes ilusões sobre a vida nesses países, e difundir os valores decadentes da burguesia. O mesmo tipo de acção é desenvolvido por algumas instituições religiosas.

A SITUAÇÃO ACTUAL

O III Congresso da FRELIMO caracterizou a situação actual do nosso País e definiu os objectivos da luta do Povo moçambicano nesta fase.

Queremos construir o socialismo. Para a luta pela construção do socialismo são ganhas todas as pessoas honestas, dispostas a viver do fruto do seu trabalho numa sociedade em que se edifica progressivamente o bem-estar social.

Só os exploradores se opõem à construção do socialismo.

As nossas conquistas populares e revolucionárias fizeram aumentar o ódio dos exploradores contra nós e conduziram à agudização da luta de classes.

As escolas são centros sensíveis da luta de classes. Nelas se trava a luta entre duas concepções antigónicas, que se manifestam na prática quotidiana, no comportamento diário de professores e alunos: estudar para servir o povo, ou estudar para servir um punhado de exploradores.

Nós dizemos: a escola é a forja do momento novo, forja das ideias científicas, forja da nova sociedade, centro de transformação. Dizemos: as nossas escolas são uma conquista dos operários e camponeses e destinam-se a formar servidores do povo. Os nossos estudantes devem ser trabalhadores que se preparam para servir melhor o povo.

E dizemos a vocês: têm sorte de pertencerem a um povo tão determinado, como o Povo moçambicano, um povo que ousa lutar e vencer. Um povo que não teme as dificuldades. Um povo que não teme os sacrifícios. Um povo verdadeiramente determinado. Um povo que ousa lutar e vencer.

Vocês têm sorte. Não sei o que seria de vocês se tivessem nascido no Chile. Uma juventude no Chile. Não sei o que teria sido de vocês, se esta juventude tivesse nascido aqui a alguns quilómetros, em Salisbúria, em Bulawayo, em Gwelo, onde todos os dias são assassinados os jovens, quando reclamam a liberdade. Não sei o que seria de vocês...

Se acompanham a luta dos jovens estudantes do Soweto.

Por que lutam os estudantes do Chile, os estudantes do Zimbabwe, os estudantes do Soweto, do Guguletu. Por que é que lutam?

— Lutam, são presos, são assassinados, porque eles querem ter escolas. Que escola? A escola existe lá, mas não é essa que eles querem. Eles querem escolas que sirvam o povo, escolas como as nossas.

No entanto, continua a manifestar-se nas nossas escolas a tendência burguesa — e é contra essa tendência que lutam os estudantes de Bulawaio, de Salisbúria, do Soweto. É contra essa tendência que lutam exactamente.

Mas os nossos aqui não. Querem manter a tendência burguesa nas escolas. Muitos continuam a ver o estudo como um meio de promoção individual. Os outros não — promoção social para o povo inteiro.

Muitos alunos continuam a ver no estudo um meio para enriquecer, de ganhar muito dinheiro e prestígio social. Dona fulana. Senhora Doutora fulana.

Consideram o diploma como um certificado para explorar o povo, como medida de avaliação do preço dos seus serviços. Alguns, se pudessem, andavam com o diploma pendurado no pescoço, com uma etiqueta a indicar quanto é que valem! Sabem quanto valho? Quanto valho eu? O senhor doutor, Sua Excelência! Ó, desculpe senhor Doutor! Parece um boi de 300 kg., que já está carimbado, que vale 4 contos. Os bois e os porcos é que andam assim! Pesam os porcos, se têm 300 kg., sim senhor, quanto é que é? Cada quilo quanto vale? Este porco vale tanto. Agora, o diploma, também! Pendurado no pescoço! Nem pode olhar para baixo, porque toca na garganta.

Por isso, quando têm um diploma... Universidade tal! Então se é sr. dr., a consulta vale tanto. Não é por causa dos conhecimentos, não é por causa do seu valor!

A influência da ideologia burguesa não surge apenas no ensino superior, manifesta-se no ensino secundário e, mesmo, no primário. São infelizmente ainda frequentes os casos de alunos que feita a 4.ª classe, deixam de ser camponeses. Agora eu já tenho a 4.ª classe! E vêm para as cidades. Já não podem ir para o campo, não sabem pegar na enxada. Esquecem-se que é no campo que se encontra a base do nosso desenvolvimento.

O confronto entre as duas ideologias não se verifica apenas a nível da concepção do papel da escola. Ela manifesta-se na maneira como são recebidas as nossas orientações para o sector da educação. Assim, os elementos imbuídos da mentalidade capitalista, caracterizam-se pela recusa sistemática em assumir as nossas orientações, pela recusa do combate interno. São individualistas, rejeitam o trabalho colectivo, a troca de experiências. São os mais liberais e indisciplinados no seio da escola e fora dela. Não aceitam o estudo político e fogem ao trabalho manual com as mais variadas desculpas. Alguns dizem que estão doentes. Em regra, estes estudantes afirmam estar de acordo com a nossa orientação, mas recusam-na na prática. São estes estudantes que querem continuar a viver de ideias importadas.

A situação actual no sector da Educação é ainda caracterizada pelos seguintes aspectos essenciais:

1) Em grande parte das nossas escolas, o trabalho político foi insuficiente, por vezes quase nulo. Nessas escolas, as nossas estruturas políticas de base, os Grupos Dinamizadores, não assumiram devidamente a sua missão de órgãos encarregados de mobilizar e organizar os professores, alunos e funcionários para as tarefas da Revolução, não assumiram a tarefa de transformação das mentalidades no seio da Escola.

Para o insuficiente trabalho político concorreu também o facto de ainda não ter sido possível institucionalizar o ensino da disciplina de Educação Política na maioria das nossas escolas.

2) Em muitos casos, as estruturas democráticas criadas nas escolas pela FRELIMO, não funcionaram como seria de desejar. Tal se deveu ao facto de essas estruturas integrarem no seu seio elementos que, consciente ou inconscientemente, confundiam as responsabilidades das estruturas políticas e administrativas, levando ao choque entre ambas.

O choque de estruturas, a divisão no seio da direcção, tinha como consequência a falta de autoridade na escola, o que se repercutia na base, levando à divisão e à confusão os restantes professores e alunos. A ausência de autoridade política conduziu também muitas vezes à resolução de problemas políticos por métodos administrativos.

3) Continua a não haver ligação entre a Escola e o Povo. As massas não sentem a Escola como sua, a comunidade não sente a Escola como parte integrante de si mesma. Sem o apoio das massas, a escola estará impossibilitada de exercer a sua acção transformadora da sociedade. Por outro lado, não estando as massas sensibilizadas para o trabalho que a escola efectua, estabelece-se uma ruptura entre a educação do aluno na escola e fora dela. É necessário organizar a participação activa dos pais, na acção educativa da escola, ligar intimamente os pais ao trabalho da escola.

4) Há falta de quadros, especialmente professores, no sector da Educação. O colonialismo não formou

professores moçambicanos e grande parte dos estrangeiros abandonou o nosso País. Simultaneamente, verificou-se um grande aumento do número de alunos, fruto da popularização do ensino e da confiança que as massas depositam nas nacionalizações. Este aumento não pôde ser acompanhado pela formação de professores a igual ritmo.

5) Continua a verificar-se ainda uma ligação deficiente entre as estruturas de direcção do Ministério da Educação e Cultura e as escolas ao nível de todo o país. Uma das consequências dessa ligação deficiente é o fraco apoio pedagógico prestado aos professores, o que, em certos casos, explica o baixo nível pedagógico que frequentemente se verifica. Por exemplo, constata-se que as orientações pedagógicas, nomeadamente os programas chegam às províncias com bastante atraso.

AS NOSSAS TAREFAS ACTUAIS

Uma das características mais salientes da situação actual no nosso País é a falta de quadros. Temos carência de quadros técnicos e científicos nos mais variados níveis e sectores. O Partido dedica uma atenção prioritária à formação de quadros. Estamos conscientes de que, sem quadros capazes de dominar a tecnologia avançada e de abarcar a complexidade do desenvolvimento da sociedade não é possível construir o socialismo. Por isso temos vindo a desenvolver desde o período de transição, uma acção constante no domínio da formação de quadros. O III Congresso da FRELIMO definiu como uma das tarefas prioritárias da Educação a organização do sistema de ensino por forma a assegurar uma rápida formação de quadros para todos os sectores da vida económica e social.

Dentro de três meses, abandonarão o nosso País vários milhares de técnicos que terminam os seus contratos com o Governo da República Popular de Moçambique. É mais um factor com que temos de contar

ao avaliar as nossas necessidades de formação de quadros.

E uma pergunta surge: onde ir buscar esses quadros? Onde estão esses quadros? Na escola! Sim, estamos conscientes que os quadros estão na escola. Levantemos o braço. Todos estão conscientes que os nossos quadros estão na escola?

Os melhores servidores do povo estão na escola. Agradecemos. Agora estamos assegurados. Estamos tranquilos, estamos sossegados.

Esta não é uma situação nova para nós. Como já aqui referimos, o problema da falta de quadros surgiu desde o início da luta armada e nós conseguimos resolvê-lo contando essencialmente com as nossas próprias forças e buscando soluções populares.

Inspirando-se nas experiências das zonas libertadas a Direcção do Partido decidiu que os quadros, agora não digo que a Direcção decidiu, o Povo moçambicano decidiu que os quadros que necessitamos serão recrutados prioritariamente entre os alunos das classes mais avançadas do ensino secundário. São eles que vão assegurar a FRELIMO. São esses que vão assegurar o poder democrático. Realmente estamos muito sensibilizados muito emocionados com esta decisão corajosa tomada pelos jovens.

Os vossos pais não a tomariam, porque ainda não se libertaram dos vestígios. A decisão que vocês tomaram, significa que vocês já se libertaram dos vestígios. Significa que vocês já assumiram os valores do povo, assumiram o papel de vanguarda, ao tomar essa decisão corajosa. Os quadros estão na escola. As classes adiantadas devem ensinar às classes mais atrasadas. As classes mais atrasadas devem ir ensinar os analfabetos. É assim que crescemos. Avancaremos em ondas sucessivas, em forma de formigas.

Por isso, este ano lectivo, e isto digo-o solenemente, em nome da FRELIMO, em nome do Governo

da RPM, em nome do Povo moçambicano, não haverá 10.^a e 11.^a classes e todos os 600 alunos que deveriam frequentar essas classes receberão tarefas em diversos sectores de actividade.

Acabamos de garantir a continuidade da nossa Revolução, a continuidade do nosso combate. Acabamos de garantir que o poder popular democrático será exercido do Rovuma ao Maputo.

Afinal, parece que temos quadros para o Partido que criámos. São vocês os quadros, realmente. Deram-nos um grande exemplo com a vossa decisão corajosa. De novo parece que estamos em 1964, quando decidimos o desencadear da luta armada. Agora desencadémos a batalha. Por isso venceremos.

Afinal, a nossa juventude não é diferente daquela juventude do Soweto, da juventude de Salisbúria, da juventude que está no Chile. A nossa juventude pertence à Revolução. Há muitas tarefas. Nós queremos criar na RPM, e não é segredo para ninguém, um exército poderoso, para defender a nossa soberania. Queremos criar um exército poderoso, para defender as conquistas da Revolução. Queremos criar um exército poderoso para consolidar o nosso Partido, consolidar o nosso desenvolvimento cultural, científico e económico.

Por isso, uma parte dos nossos alunos irá para a Marinha Popular, poderosa. Outros irão para a Força Aérea Popular, poderosa. Outros irão para os tanques, para os blindados, para os mísseis. Outros irão para as fábricas, outros para a agricultura, outros para professores. Para ir para a fábrica, para ir para o Exército, precisamos de professores, em primeiro lugar.

Uns vão querer dizer que o professor ganha mal. Aqui não importa o dinheiro, não é isso. Fazem-me lembrar alguns, até hoje. Fazem-me recordar, em 1962, em 1963, na FRELIMO. Quando nós chegámos à FRELIMO perguntaram: o que é que vocês querem fazer? Dividimo-nos em vários grupos. Eram 200 homens. Eramos 200 homens mas houve mais de 200

grupos. Mais de 200 grupos saíram de lá. Uns diziam «vou para o exército». «Eu que tenho o 7.º ano, vou agora treinar para ser terrorista». «Eu com o meu 7.º ano, treinar para ser guerrilheiro, andar todo esfarapado. Os meus colegas que ficaram em Moçambique, estão no exército português, são oficiais. Portanto, é preciso que a FRELIMO crie essas condições, para haver oficiais para corresponder ao meu ensino, ao meu nível». Outros diziam ainda. «Olha aqui, eu fiz o Curso de Filosofia do Seminário, e Teologia, por isso, se eu fôr para o exército, primeiro, o que me vão garantir lá? O que vou ser lá no exército? Vou ser capitão, major, coronel ou general? Segundo, em caso de morte, quem me vai indemnizar? Era mercenário. Se eu perder um dedo, se perder um olho, se perder a perna, quero a indemnização. Quem vai indemnizar? O povo indemnizar-se a si próprio? Tivemos esses problemas. Exigiam também que houvesse uma capela na FRELIMO. Tinha o curso de filosofia e teologia, portanto, a FRELIMO, tinha que criar condições para que houvesse uma capela.

Por isso, uma parte desses alunos irá frequentar o Curso Propedéutico de acesso à Universidade, o que nos permitirá prosseguir sem interrupção a formação de quadros qualificados ao nível superior. A Universidade já está preparada.

A agricultura é a base do nosso desenvolvimento. Mas até hoje não temos um único agrónomo. Nos países desenvolvidos, há hoje especialistas para o arroz, agrónomos especializados só para frutas, agrónomos especializados só para a cana do açúcar, agrónomos para os produtos hortícolas. Tudo está planificado. Ao mesmo tempo existem economistas, economistas agrários. Ainda não temos. País tão rico, e não há engenheiros para a construção de barragens. As águas a todos os minutos e segundos vão para o mar. Na terra, a seca, vem uma inundação e dois meses depois há seca. Os rios continuam a transportar a água para o mar. E obscurantismo, ignorância. Somos analfabetos, não somos capazes de saber aproveitar a riqueza. Não sabemos apro-

veitar a generosidade da nossa terra. Não estamos planificados. Primeiro, não estávamos livres. Tantas minas em Moçambique, de carvão, de ferro, de ouro, de cobre, não temos até hoje um estudante da universidade em geologia. Como vamos avançar? Por isso, estas decisões, são tão sérias.

O desenvolvimento correcto da agricultura, permitirá resolver os problemas mais prementes do nosso povo, em especial os problemas da fome e da nudez. Há tanto algodão no nosso País, mas ainda andamos todos nus. Para isso a nossa agricultura tradicional, de subsistência, tem de evoluir rapidamente para uma agricultura avançada, planificada, científica. Uma condição básica para a vitória da batalha na frente da produção agrária é a existência de quadros com capacidade política, técnica e científica adequada às necessidades do nosso desenvolvimento agrícola. Quadros capazes de mobilizar as massas camponesas para a produção colectiva organizada. Por isso uma parte desses alunos, irá frequentar um curso agrário sob a orientação dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura.

A educação é de importância fundamental para o triunfo da Revolução, ela é condição essencial para prepararmos os continuadores da Revolução. O fulcro do sistema de educação é o professor. O segredo está lá. Sem professor não há educação. O crescimento e a consolidação do nosso sistema de educação implica a formação rápida e maciça de professores. Como foi definido no III Congresso, damos prioridade à formação de professores do ensino primário e do ensino secundário.

Agora uns vão perguntar, se eu for para professor primário, então eu não posso ser doutor. Se eu vou para o ensino secundário significa que eu não vou fazer aquilo. Em primeiro lugar é preciso nascer. Não acham? Como vai ser, nós orientamos. O eucalipto, para ser comprado precisa de ser orientado. E daí a nossa preocupação em como vamos nascer.

Isso faz-me lembrar uma historia de caçadores. Foram à caça, eram três, não, eram quatro. Descobriram o búfalo no mato. Parados — já encontrámos o animal — matamos ou não matamos? Não, vamos discutir primeiro, vamos discutir para depois matarmos o búfalo. Então começaram a discussão. O primeiro disse: depois de morto o búfalo, eu vou comer o fígado. O segundo disse: ah, eu quero a perna, ninguém ma tira. O terceiro disse eu quero o fígado. O quarto também queria o fígado. Então começaram a discutir: é possível que o búfalo tenha quatro fígados? Outro diz: é melhor matarmos e depois vermos. Agora outro disse assim: não, não. Temos que ter a certeza antes de ele morrer. Tem ou não quatro fígados? E o búfalo levantou a cabeça: que conversa é essa? Estão a discutir sobre o meu fígado? O búfalo pôs-se a correr e foi-se embora, e eles continuaram a discutir. Nem o búfalo, nem o fígado. Ouviram? Portanto, não ponham isso, a FRELIMO é que sabe, não ponham isso. Decidir que vai para professor, não ponham isso que o professor ganha mal. Alguns vão para os bancos, os nossos bancos estão muito infiltrados. Durante a luta armada nós tínhamos vários contactos com vários estudantes. Alguns ainda não voltaram. Estão nos Estados Unidos da América, estão na Europa. Lavadores de casa de banho, nós também temos casas de banho, aqui em Moçambique. Podiam vir lavar. Só têm vergonha das nossas casas de banho, mas não têm vergonha, de lavar as do estrangeiro. Não têm vergonha, estão aí a lavar. Alguns tiraram o curso de médicos. São médicos, mas estão a fazer o serviço de serventes nos países capitalistas. Fugiram comigo daqui. Outros recusaram vir para o exército da FRELIMO, mas aceitaram ir ao exército colonial. Foram a Angola, combater como voluntários. Foram combater para a Guiné. Mas agora já regressaram. Esses são os primeiros a exigir salários altos, ouviram? E porquê? Utilizámos, porque ainda não tinham tomado esta decisão. Agora podemos desalojá-los, ouviram? Temos de ter pessoas capazes de planificar. Planificar inclusive os recursos humanos. É lá onde está o segredo. Não é no ensino superior. É fácil hoje en-

contrar cientistas para Moçambique, mas não encontramos ao nível secundário e ao nível primário. Hoje temos mais professores na Universidade que nas escolas secundárias. O quadro médio é a estrutura base do desenvolvimento de um país. Estrutura base. Podemos contratar um engenheiro, um economista, um cientista. Mas o quadro médio não se arranja em nenhuma parte. São necessários em toda a parte, são eles a base, são eles os alicerces.

Por isso, um grupo desses alunos irá frequentar cursos de formação de professores de ensino secundário, enquanto outro grupo ingressará no Magistério Primário. O segredo é ali em baixo.

A nossa experiência e a análise da situação actual demonstram-nos que esta é uma opção correcta. Ao tomarmos esta decisão estamos a contribuir para planificar o futuro da educação, o futuro da vida do nosso Povo. Não queremos que sejam como nós, os vindouros.

Tal como no passado, o inimigo lançará mão de todos os meios para atacar as medidas que hoje tomamos. Não nos admiramos: sempre que actuamos o inimigo reage.

Hoje, quando saírem daqui, vão ligar para a voz da Kizumba, comentem as decisões e depois, dizem: Têm razão a voz da Kizumba, é cabeça de cegonha, não acham?

Ela dirá que não há liberdade em Moçambique para as pessoas fazerem o que quiserem, que não há liberdade para os alunos escolherem o seu futuro.

Importa, pois, determo-nos um pouco sobre o conceito de liberdade. O que é liberdade?

Oposta à concepção materialista do mundo a burguesia esforça-se por difundir o conceito de que a liberdade é absoluta, que um sistema livre é aquele onde cada um pode fazer o que quiser. Assim define

a burguesia te... em s... próprio
princípio de sobreposição do interesse individual ao
interesse colectivo, a sobreposição do interesse da
minoría ao interesse da maioria.

Ao utilizar essa concepção a burguesia não faz
mais do que tentar justificar a sua acção de explora-
ção e de opressão sobre as largas massas trabalhadoras.

É em nome da liberdade, liberdade burguesa que
o imperialismo submete milhões e milhões de homens à
fome, à nudez, à miséria e à exploração em nome da
liberdade. Foi em nome dessa liberdade que o impe-
rialismo desencadeou guerras de agressão e ocupação
contra os nossos países. Os massacres do Vietname fo-
ram praticados em nome da defesa do «mundo dito li-
vre»? Foi em nome da liberdade que o imperialismo
introduziu grupos fantoches em Moçambique a fim
de evitar a tomada do poder pela FRELIMO. Chama-se
Moçambique livre o movimento dos colonos autor do
massacre de 7 de Setembro. Também estavam em
nome da liberdade. É em nome da liberdade ocidental
que Smith fez o massacre de Nyazónia e enforca dia-
riamente jovens que reclamam a verdadeira liberdade.
É com as armas do mundo dito livre que a polícia de
Vorster mata nas ruas os estudantes de Soweto. Nós
dizemos que não há liberdade absoluta, liberdade
abstracta.

A liberdade é um conceito ligado à dinâmica da
luta de classes; a liberdade é um conceito de classe.
Quando duas classes têm interesses antagónicos, a
liberdade de uma classe significa opressão da outra.
Quando existe liberdade para os exploradores, existe
opressão para o Povo, quando existe liberdade para o
Povo tem de existir repressão sobre os exploradores.
Por isso, é falso o conceito burguês de liberdade. No
sistema capitalista a maioria do Povo só possui a liber-
dade de ser explorado. É essa a liberdade que tem o
Povo.

Ao falar de liberdade, perguntamos: liberdade
para quem? liberdade para fazer o quê? liberdade para

servir a quem? Não explicam isso.

Dizemos claramente: na República Popular de
Moçambique não há liberdade para oprimir, para ex-
plorar; não há liberdade para ter privilégios à custa
do sangue dos trabalhadores; não há liberdade para
os reaccionários que sabotam a nossa luta. Na Repú-
blica Popular de Moçambique é o Povo trabalhador
que é livre. O Povo é livre para discutir os seus pro-
blemas, para decidir sobre o futuro da sua vida. É essa
a liberdade que nós damos.

Agora eu pergunto: uma vez que no tempo do
colonialismo, havia muita «liberdade» de escolha,
apresentem-me lá os formados, os formados pela
«liberdade» colonial. Onde estão os tais que tiveram
a «liberdade»? Onde estão? E tiveram ocasião de esco-
lher o que queriam ser. Quando tomou posse o Gover-
no de Transição, havia 4500 alunos na Universidade.
Pretos só estavam 40. E não eram alunos efectivos.
Trabalhavam de dia, só iam de noite lá. Onde está
essa «liberdade»? De 4500 só 40.

Os nossos inimigos dirão também que em Mo-
çambique não respeitamos a vocação das pessoas.
Tem vocação para ser médico, para ser engenheiro,
para ser explorador. Por isso, é bom reflectirmos so-
bre o que significa vocação.

Na sociedade colonial-capitalista em que nasce-
mos e fomos criados aquilo a que chamamos vocação
não é mais do que um conjunto de ideias que desde
o berço nos são inculcadas pelos pais e familiares que,
por pressões diversas, nos empurram para uma activi-
dade que eles pensam ser a melhor para nós.

Muitos aqui foram empurrados. Meu filho, estu-
de. Sabe, não sabe. Não interessa, não interessa, estu-
da para ser isto.

É o caso do pai e da mãe que incutem ao filho
que ele tem de ser médico, ou engenheiro, ou advo-

gado, ou economista, normalmente na convicção de que ser isto significa muito dinheiro e grande prestígio social. É por isso que se repararmos com atenção verificamos que essas vocações incidem sempre sobre posições de prestígio social. Por que é que não se declararam vocações de pedreiro, bate-chapas, motorista ou carpinteiro ou mestre de obras? Aqui mesmo alguns têm vergonha de dizer a profissão do pai. Dizer que o pai é carpinteiro. No entanto, estuda, come e veste com o trabalho do pai.

Naturalmente que se pode servir o Povo nos mais diversos sectores e actividades e nós respeitamos o modo como cada um o quer fazer. A nossa política é conciliar os interesses da colectividade com as capacidades de cada um. Mas não permitimos que interesses individuais se sobreponham aos interesses das massas trabalhadoras nem que, na prática, se esqueça que a verdadeira liberdade assenta na consciência da necessidade social. Por isso, a vocação de cada um deverá ser sempre subordinada às necessidades objectivas do Povo.

No tempo colonial os vossos pais tinham liberdade para decidir se podiam ou não seguir a carreira de advogado ou médico? Nos países capitalistas os filhos dos operários podem escolher livremente o ingresso numa Universidade? Nós conhecemos muitos países capitalistas. Visitámos e vimos. Para ser engenheiros são seleccionados: origem... No tempo colonial vocês podiam reunir-se como estão aqui reunidos? Alguma vez se reuniram com os vossos professores? Com os vossos governantes? Reuniram-se com eles desta maneira para discutir a vida do ensino, a vida do Povo, a vossa vida? Reuniram-se alguma vez assim? Então, onde estava essa liberdade? Onde está a liberdade de que fala a burguesia?

Os estudantes que agora são chamados a trabalhar em sectores prioritários da Reconstrução Nacional, são chamados a uma tarefa exaltante. Têm o privilégio histórico, prestem bem atenção, de serem os pioneiros

ros como prática que integra os estudantes numa missão revolucionária: participar ao lado dos trabalhadores, na realização das tarefas prioritárias em cada fase. Eles viverão a ruptura com a concepção de que o ensino é uma incubadora, em que o estudante se desenvolve desligado da vida real da sociedade e dos seus problemas e dificuldades. É a vossa geração que cabe demonstrar que os nossos estudantes são, em todos os momentos, jovens trabalhadores que avançam para todas as frentes em que o seu trabalho é necessário.

Ao contrário de atrasar ou dificultar os seus estudos, as tarefas que são chamados a realizar proporcionar-lhes-ão experiências valiosas, dar-lhes-ão um precioso capital de conhecimentos políticos e técnicos e de contacto com as realidades do nosso País.

Em segundo lugar, devemos intensificar o trabalho político no seio das escolas, com vista à transformação radical das estruturas e das mentalidades retrógradas que ainda persistem entre os trabalhadores da Educação.

Em todos as escolas as estruturas de base do Partido devem organizar grupos de estudo dos documentos do III Congresso, nomeadamente no que respeita às orientações para o sector da Educação e Cultura.

Por outro lado, deverão desencadear uma ofensiva vigorosa, visando desmascarar todas as manifestações da ideologia burguesa que ainda persistem nas nossas escolas. Os elementos individualistas, os elitistas, os ambiciosos, os gananciosos, que estudam apenas para ganhar dinheiro e auferir privilégios, os que desprezam o estudo político e fogem ao trabalho manual, os que rejeitam as orientações do Partido e do Estado, devem ser publicamente desmascarados e criticados, e medidas severas e administrativas também serão tomadas.

Finalmente, o Ministério da Educação e Cultura, em colaboração com o Departamento do Trabalho Ideo-

lógica do partido, devem criar condições para generalizar o ensino da disciplina de Educação Política em todas as escolas do País, no mais curto prazo de tempo.

Terceiro, é necessário promover o funcionamento correcto das estruturas da escola. É imperioso torná-las operativas, dinâmicas e flexíveis, ultrapassando-se assim as dificuldades anteriormente apontadas, promovendo uma ampla participação dos professores e alunos e funcionários na vida da escola e fazendo com que as estruturas políticas e administrativas se completem em vez de se degradingarem.

Nesse sentido, todas as escolas devem analisar as experiências nesse domínio, para encontrar as causas que impedem o correcto funcionamento das novas estruturas criadas pela FRELIMO nas escolas.

Por outro lado, devem estudar e aplicar criadoramente as orientações sobre as estruturas políticas e administrativas das escolas, que o Ministério da Educação e Cultura irá emitir dentro de dias.

Estamos certos de que a correcta implementação de tais orientações permitirá o avanço do processo de transformação das nossas escolas em centros democráticos, onde, de forma organizada todos participam no estudo e solução dos problemas.

Quarto, importa desenvolver um esforço no sentido de reforçar a ligação da escola ao povo. É necessário que a escola seja, cada vez mais, uma parte integrante da comunidade. Como já referimos, a escola isolada da comunidade deixa de ser um agente de transformação da sociedade.

Nesse sentido:

a) As estruturas políticas e administrativas de Direcção de cada escola deverão reunir-se uma vez por mês com a estrutura política da célula ou círculo, onde a escola está situada. Nessas reuniões deverão estudar em conjunto as formas correctas e concretas de colaboração entre ambas as estruturas, bem como as

formas de ligação da escola à comunidade; as formas concretas de cooperação entre a escola e a comunidade nos domínios da produção, cultura, alfabetização e escolarização, saúde e outros.

b) As estruturas políticas e administrativas das escolas e as estruturas políticas das células ou círculos onde a escola se situa, deverão reunir periodicamente, com as massas populares dessas células e círculos, a fim de, em conjunto, com elas estudarem formas concretas de participação das massas na vida da escola.

c) As estruturas políticas e administrativas das escolas, devem reunir-se periodicamente com os pais e encarregados de educação dos alunos não só para com eles coordenar a acção educativa dos alunos na escola e no lar, como também para estudarem formas concretas de integração dos pais na vida da escola. Assim, por exemplo, uma enfermeira pode e deve colaborar na Secção de Saúde e Higiene da escola do seu filho; um operário ou um camponês pode e deve participar na Secção de Produção da escola do seu filho; um pai com gosto para actividades culturais, pode e deve participar na Secção de Cultura da escola do seu filho.

d) Mas não basta ligar a escola ao bairro ou célula onde está situada. É necessário ligá-la também aos locais de trabalho em particular às fábricas, às cooperativas e às empresas estatais. Por isso cada escola deve esforçar-se por estabelecer ligações directas, durante todo o ano e não apenas no período das férias, com um ou mais centros de produção com os quais estabeleça acordos concretos de cooperação nos mais variados domínios. Assim, por exemplo, poderá formar-se um acordo entre uma escola primária e uma cooperativa de produção agrícola mediante a qual os alunos mais adiantados da escola contribuam para a alfabetização dos camponeses da cooperativa enquanto que estes transmitem noções e apoiam os alunos nos trabalhos de horticultura, fruticultura e criação de pequenos animais. Outro exemplo: num

acordo de cooperação entre uma escola secundária e uma fábrica, os alunos e professores da escola contribuem para a alfabetização, escolarização e educação sanitária dos operários da fábrica, enquanto estes contribuem, ensinando aos alunos conhecimentos básicos de carpintaria, de electricidade e outros, para além de fornecerem à escola materiais de desperdício da fábrica e que podem ser utilizados na escola. Naturalmente há ainda a cooperação no campo da cultura, estudo político e outros.

Deste modo forjaremos uma união mais íntima entre os trabalhadores e os estudantes. Assim estaremos a assegurar uma permanente combinação entre a teoria e a prática que é a base da ciência. Assim estaremos a combater o elitismo e o desprezo pelas massas trabalhadoras que ainda hoje subsiste no seio de alguns alunos. Assim estaremos a enraizar a escola na sociedade.

Devemos deixar claro que este trabalho de aproximação entre a escola e a comunidade não compete apenas às estruturas políticas e administrativas das escolas, mas também às estruturas dos bairros e dos locais de trabalho. Todas essas estruturas dos bairros e dos locais de trabalho devem estar cientes de que a unidade íntima entre a Escola e a Sociedade vem beneficiar ambas as partes, vem beneficiar o povo.

Quinto: é necessário melhorar rapidamente a ligação entre as escolas e as estruturas do Ministério da Educação e Cultura. O Ministério deve estudar e implementar formas concretas de aumentar o apoio político e pedagógico aos nossos professores do ensino primário e secundário. Assim estaremos a contribuir para uma melhoria do nível do nosso ensino.

Ao terminar queremos dirigir algumas palavras aos professores, aos alunos e aos pais dos alunos.

Aos professores dizemos: muito foi feito no sector da Educação desde a tomada de posse do Governo de Transição. São tão profundas as transformações registadas nas nossas escolas que, hoje, se torna difi-

cil imaginar o que elas eram há menos de três anos. E os grandes obreiros destas transformações foram, sem dúvida, os professores. Foram eles que, no meio das maiores dificuldades, a braços com uma explosão escolar sem precedentes, souberam assumir as nossas orientações, souberam mobilizar os seus alunos para, em conjunto, implementar tais orientações, iniciando assim o processo de transformação das escolas coloniais em escolas revolucionárias, em verdadeiras bases para o Povo tomar o Poder.

Nós sabemos as condições difíceis em que trabalham os nossos professores. Ganhando salários baixos, em relação às responsabilidades da sua nobre missão de educadores.

Muitas vezes sem qualquer apoio pedagógico, alguns deles em escolas a dezenas de quilómetros dos órgãos do Ministério da Educação, os professores souberam manter-se firmes no seu posto e avançar sempre. Foram os professores que, nos momentos difíceis, souberam mobilizar os alunos para, em conjunto, neutralizar manobras reacçãoárias no seio das escolas.

Exortamos os professores a continuarem a cumprir a missão com a mesma dedicação, entusiasmo e engajamento provados até aqui. Como já foi definido pela FRELIMO, o Partido e o Estado envidarão todos os seus esforços no sentido de, à medida das possibilidades do nosso País, valorizar política, económica e socialmente a profissão do professor, prioritariamente a dos professores primários.

Cabe aqui uma referência especial aos cooperantes estrangeiros no sector da Educação que conosco trabalham, conosco vivem os problemas e dificuldades, conosco lutam para os superar. A sua presença hoje no nosso País constitui uma manifestação clara da força da solidariedade internacionalista. E dizemos: continuem a trabalhar, transmitindo as vossas experiências, que o terreno, aqui na República Popular de

Mocambique, é fértil.

Devemos ter consciência clara de que a batalha da educação é sobretudo a batalha pelo progresso das futuras gerações. Como em muitos sectores, os frutos do trabalho só serão colhidos amanhã.

Desbravámos o mato, revolvemos o terra, des-troncámos, misturámos adubos com a terra, semeamos, germinamos, sachamos e desinfectamos e mais tarde colhemos. Há, pois, um processo. Não é ainda hoje o momento de colher.

Quando começamos a construir uma barragem, sabemos que não é logo que tiraremos o benefício das zonas que vamos irrigar. Teremos que trabalhar muitos anos mas é essa uma razão para não construir a barragem? Dizer que não vou trabalhar na barragem porque eu pessoalmente não vou aproveitar? Porque nós não iremos beneficiar depressa, não há, portanto, necessidade de construir a barragem... Antes pelo contrário. Dizer que: «eu não vou...». Chama-se a isso ideia derrotista. Resignam-se. Essa é a atitude reaccionária. Devemos ser egoístas como o capitalismo nos ensinou?

Alguns recusaram-se a combater. Já demos exemplos aqui do tempo de guerra. Porque diziam: «depois da independência o que é que eu vou ser se vou à luta? Se eu vou participar na luta de libertação nacional, amanhã o que é que vou ser? É a história do búfalo.

Hoje também é esta a escolha. Queremos somente os benefícios sem dar a nossa contribuição? É impossível. Já dissemos várias vezes que a vitória se constrói com sacrifícios; a vitória organiza-se; a vitória prepara-se.

As nossas escolas, os nossos programas, a nossa independência sem a qual não estaríamos aqui, são fruto do sacrifício, do esforço das gerações dos nossos antepassados, dos nossos avós, dos nossos pais. São um fruto da Revolução.

Aos alunos dizemos: vocês são os continuadores da Revolução. Depositamos em vocês todas as nossas esperanças, as esperanças do futuro do nosso Povo. Mas, para poderem de facto continuar a Revolução têm de assumir o significado profundo da vossa missão de estudantes. Têm de compreender que a escola onde estudam é fruto do sangue e do sacrifício do nosso Povo.

As pedras, as paredes, o tecto são o resultado do sangue; são o sangue que se misturou; são o suor misturado com cimento e areia. Isso permitiu o levantamento das paredes, permitiu a criação do tecto. Suor e sangue dos nossos antepassados. Sacrifício e privações dos nossos antepassados construíram a escola. É preciso que os nossos alunos tenham essa consciência. Têm de compreender que, sendo o fruto da luta do nosso Povo, as escolas existem para servir o Povo. É o Povo que constrói a escola; é ele que financia a sua construção. O Povo que paga impostos. O dinheiro do funcionário é para o professor trabalhar; para o professor ter condições; para haver condições mínimas; para haver instalações. Para isso é o Povo que contribui. É o Povo que paga os professores, os livros. É o Povo que paga o machimbombo que nos transporta para a escola; a estrada onde ele passa.

A vossa tarefa prioritária é a de estudar. De estudar para melhor servir o Povo e não para utilizar os vossos conhecimentos em benefício pessoal e contra os interesses populares. Vocês estão na escola a cumprir uma tarefa que o Povo vos confiou. Não estão a realizar os vossos desejos individuais.

É por isso que é ao Partido e ao Estado, que representam os interesses do Povo, que compete decidir sobre o vosso destino como estudantes.

É ao Partido e ao Estado que compete decidir onde cada um de vós deve estudar e, depois, trabalhar de acordo com os interesses do Povo e as necessidades do País.

Em qualquer lugar, vocês devem produzir para não esquecer a vossa origem de classe, para aprenderem a ligar sempre a teoria à prática, que é a base do conhecimento científico. Produzir para a escola ser auto-suficiente. O vosso País não tem dinheiro, a escola para atingir a todos não pode ser um encargo financeiro que não podemos suportar.

Vocês devem lutar por ligar a vida da vossa escola à vida da comunidade onde ela está inserida, para conhecerem a vida do Povo.

Vocês devem velar pela conservação da vossa escola. Assim, serão dignos dos sacrifícios consentidos pelo Povo para que vocês possam estudar, assim estão a defender, a consolidar e valorizar as conquistas da Revolução.

Aos pais dos alunos dizemos: devem procurar compreender o sentido profundo das transformações que têm lugar nas escolas do nosso País. Devem compreender que essas transformações visam em definitivo, em última análise, o bem dos vossos filhos. Nas nossas escolas queremos transformar os vossos filhos em homens íntegros e sãos, dotados de uma mentalidade revolucionária, homens capazes de construir uma sociedade próspera e feliz. Uma sociedade em que o ódio, a exploração, a miséria, a opressão sejam palavras cujo sentido esteja preso irremediavelmente ao passado e onde a vida signifique trabalho honesto, cooperação e amor entre os homens.

Exortamos os pais a que desenvolvam um combate interno, a que rejeitem as ideias erradas que nos foram inculcadas pelo colonial-capitalismo, acerca do significado da educação, as ideias que procuravam convencer-nos de que o melhor que podíamos fazer pelos nossos filhos era ensiná-los a explorar o Povo.

Exortamos os pais a que cumpram o seu dever de educadores das novas gerações, participando activamente na vida da escola, ligando intimamente a educação no seio da família à educação escolar.

mar tra add ca das ofes, companheiros, alunos, amigos, a nossa tarefa é uma tarefa sagrada, uma tarefa exaltante. Mas é uma tarefa que exige sacrifícios. É uma tarefa que exige o abandono de nós mesmos, que exige uma dedicação completa, total, uma devoção total ao Povo.

Vivemos uma fase decisiva, vivemos momentos cruciais da nossa História; uma etapa decisiva da Revolução. Nela, a Educação assume uma importância cada vez mais fundamental, uma importância que exige que empenhemos todas as nossas forças, toda a nossa capacidade de trabalho, concepção e organização para materializarmos a vitória da linha revolucionária nesta frente.

Conhecemos as dificuldades, mas é conhecendo essas dificuldades que estaremos em condições de resolvê-las. Conhecemos a natureza, estratégia e tática do inimigo. Definimos, no III Congresso, a nossa linha política, as nossas tarefas revolucionárias para esta fase.

Hoje, como ontem, estamos certos da vitória, porque a nossa luta é justa. A nossa luta é uma parte integrante da luta geral dos povos oprimidos. A nossa luta é uma luta que se integra na luta geral de todos os povos pela sua libertação económica, cultural e social.

Por isso, nós temos a convicção de que a nossa luta triunfará, de que a nossa luta vencerá, de que o Povo moçambicano mais uma vez sairá vitorioso. Estamos certos, também, de que nesta luta não estamos sózinhos. A Humanidade inteira está ao lado do Povo moçambicano. A juventude do mundo inteiro está ao lado da juventude de Moçambique. E a Revolução está-se desenvolvendo no nosso País. Nós somos agentes que aceleram esse processo da Revolução.

Por isso, estamos certos que, só trabalhando com toda a dedicação, seremos capazes de transformar o nosso País subdesenvolvido num país forte, num país

Podemos ter um país feliz. É assim que criaremos a riqueza para o nosso Povo.

Por isso dizemos que estudemos e façamos dos nossos conhecimentos uma palavra de ordem. Estudemos e façamos dos nossos conhecimentos um instrumento de libertação do Povo.



Não tem escuro a fim do mundo, mas a luz do conhecimento forja a nova sociedade, centro de transformação. Dizemos: as nossas escolas são uma conquista dos operários e camponeses e destinam-se a formar servidores do povo. Os nossos estudantes devem ser trabalhadores que se preparam para servir melhor o povo. E dizemos a vocês: têm sorte de pertencerem a um povo que ousa lutar e vencer. Um povo que não teme as dificuldades. Um povo que não teme os sacrifícios. Um povo verdadeiramente determinado. Um povo que ousa lutar e vencer.

o o o o o o o
Dentro de três meses, abandonarão o nosso País vários milhares de técnicos que terminaram os seus contratos com o Governo da República Popular de Moçambique. É mais um factor com que temos de contar ao avaliar as nossas necessidades de formação de quadros. E uma pergunta surge: onde ir buscar esses quadros? Na escola! Sim, estamos conscientes que os quadros estão na escola.

o o o o o o o
Inspirando-se nas experiências das zonas libertadas a Direcção do Partido decidiu, o Povo moçambicano decidiu que os quadros que necessitamos serão recrutados prioritariamente entre os alunos das classes mais avançadas do ensino secundário. São eles que vão assegurar a FRELIMO. São esses que vão assegurar o poder democrático.

o o o o o o o
Este ano lectivo, digo-o solenemente, em nome da FRELIMO, em nome do Governo da RPM, em nome do Povo moçambicano, não haverá 10ª e 11ª classes e todos os 600 alunos que deveriam frequentar essas classes receberão tarefas em diversos sectores de actividade.

o o o o o o o
Os estudantes que agora são chamados a trabalhar em sectores prioritários da Reconstrução Nacional, são chamados a uma tarefa exaltante. Têm o privilégio histórico, prestem bem atenção, de serem os pioneiros duma prática que integra os estudantes numa missão revolucionária: participar ao lado dos trabalhadores na realização das tarefas prioritárias em cada fase. Eles viverão a ruptura com a concepção de que o ensino é uma incubadora, em que o estudante se desenvolve desligado da vida real da sociedade e dos seus problemas e dificuldades. É a vossa geração que cabe demonstrar que os nossos estudantes são, em todos os momentos, jovens trabalhadores que avançam para todas as frentes em que o seu trabalho é necessário. Ao contrário de atrasar ou dificultar os seus estudos, as tarefas que são chamados a realizar proporcionar-lhes-ão experiências valiosas, dar-lhes-ão um precioso capital de conhecimentos políticos e técnicos e de contacto com as realidades do nosso País.

Biblioteca do
SAMORA MACHEL

N.º

Cota

612359



DESALOJEMOS OS INFILTRADOS NAS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA

(m)

INTRODUÇÃO

A Ofensiva Política e Organizacional atinge agora esse sector particularmente sensível que são as Forças de Defesa e Segurança; também aqui, ela visa essencialmente dois alvos:

— *Os agentes físicos e ideológicos do inimigo infiltrados nas nossas fileiras;*

— *Os nossos próprios erros e insuficiências.*

No comício de 5 de Novembro, em Maputo, o Camarada Presidente Samora Machel analisou com grande profundidade a situação existente no Exército, na Polícia e na Segurança, definindo com toda a clareza: Aquelles que, no seio dessas Forças, praticam ilegalidades e abusam do poder que lhes foi dado pelo Povo, são agentes do inimigo. Eles podem envergar a nossa farda, mas o seu comportamento denuncia-os como infiltrados; consciente ou inconscientemente, eles estão ao serviço do inimigo de classe, da contra-revolução.

Mas como foi possível que esses elementos se infiltrassem nas nossas forças? O Camarada Presidente responde a esta questão vital anali-

sando o rápido processo de crescimento, quantitativo e qualitativo, que sofreram as Forças de Defesa e Segurança para corresponderem às necessidades da nova fase da luta de classes no nosso País, assim como à intensificação da agressão externa contra Moçambique. Nesse processo cometeram erros e desvios — o principal dos quais foi não termos valorizado suficientemente a expertise riquíssima da Luta Armada de Libertação Nacional. E foram esses erros e desvios que abriram a porta à infiltração do inimigo, conforme salientou o Camarada Presidente.

O nosso Povo, porém, nunca confundiu o nosso comportamento com o do inimigo; a nossa linha política com as violações dessa linha. Por isso o Povo dirigiu-se ao Partido, dirigiu-se às Assembleias do Povo, dirigiu-se ao seu Presidente, para alertar para esta situação. A Direcção do Partido e do Estado reuniu, analisou profundamente a questão e decidiu desencadear a presente ofensiva nas Forças de Defesa e Segurança. Para garantir a purificação das nossas fileiras, para assegurar a correcção dos erros, a melhoria qualitativa dos métodos de trabalho e de organização.

O discurso proferido pelo Camarada Presidente no início de 5 de Novembro — que agora é editado em brochura — constitui um documento de estudo indispensável. Ele permite-nos compreender as raízes da situação actual; e também o caminho, a estratégia e a tática para a ultrapassarmos. O estudo deste documento é particularmente importante, por razões óbvias, no seio das próprias Forças de Defesa e Segurança: caber-lhes transformar as orientações aqui contidas num instrumento fundamental para a superação dos problemas existentes.

Maputo, Novembro de 1981.

Moçambicanas,
Moçambicanos.

Vimos aqui hoje para analisarmos uma situação anormal que se verifica no nosso País.

Temos assistido, na República Popular de Moçambique, a violações sistemáticas da legalidade; violações da Constituição; violações das leis e regulamentos; violações dos nossos princípios.

Um aspecto particularmente grave desta situação é que essas violações são cometidas, em muitos casos, por elementos pertencentes às Forças de Defesa e Segurança; são cometidas por elementos das Forças Armadas de Moçambique (FPLM); por elementos das diversas forças policiais e das milícias; por elementos do Ministério da Segurança (SNASP).

Quer dizer: a legalidade é violada, em muitos casos, por elementos das próprias forças que receberam do Povo e do Partido a tarefa gloriosa de defender a Constituição da República Popular de Moçambique.

A Constituição é a Lei Fundamental da nossa Pátria independente.

É uma conquista da Luta Armada de Libertação Nacional. É uma conquista do combate heróico de todo o Povo Moçambicano contra o opressor estrangeiro e contra os reaccionários nacionais.

A Constituição define os princípios e objectivos do nosso Estado e é um instrumento essencial para a sua materialização.

A Constituição da República Popular de Moçambique é uma arma poderosa na luta de classes: no combate contra a fome, a nudez, a ignorância, a miséria, o subdesenvolvimento; é um instrumento poderoso na edificação da sociedade socialista no nosso País.

A Constituição é fruto do sangue, do sacrifício, da dedicação dos melhores filhos do Povo Moçambicano.

Não podemos consentir, por isso, que a nossa Constituição seja violada.

Não podemos consentir que as nossas leis, que concretizam os princípios constitucionais, sejam violadas.

Não podemos consentir que os princípios políticos do nosso Partido sejam agredidos.

Principalmente, não podemos consentir que essas violações sejam cometidas por elementos das Forças de Defesa e Segurança.

É necessário que fiquemos claros desde já: Aquele que viola a nossa Constituição, as nossas leis, os nossos princípios, é um infiltrado, é um reaccionário, é um contra-revolucionário, um anti-Povo.

Pode ser que esse elemento esteja vestido com a farda gloriosa das Forças Armadas de Moçambique (FPLM) mas, não é um soldado: é um infiltrado nas nossas fileiras, nas nossas Forças Armadas.

Pode ser que ele envergue a farda da nossa

Polícia Popular, mas não é um polícia nosso: é um inimigo infiltrado na nossa Polícia Popular.

Pode ser que ele apresente um cartão do SNASP, mas não é um membro da nossa Segurança Popular: é um reaccionário infiltrado no SNASP para instalar a base do inimigo.

Esses elementos, consciente ou inconscientemente, estão ao serviço da reacção, estão ao serviço da contra-revolução.

Vimos hoje aqui para que todos fiquemos claros sobre este ponto.

Para que não hesitemos em denunciar aqueles que violam a nossa Constituição, as nossas leis, os nossos princípios — mesmo que eles se apresentem como membros das Forças de Defesa e Segurança.

Repetimos: Esses não são soldados nossos, não são polícias nossos, não são Segurança nossa.

Foi o Povo que nos alertou para esta situação.

Porque é o Povo que tem sido vítima dos abusos, das prepotências, das violações da legalidade cometidas pelos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança.

E o nosso Povo não aceita, não pode aceitar. Como também não aceitou o colonialismo. O nosso Povo é um Povo heróico, um Povo corajoso, é um Povo generoso, é um Povo digno, é um Povo que lutou e aceitou sacrifícios para conquistar a sua liberdade, a sua independência (aplausos).

O nosso Povo derrotou o colonialismo, derrotou os racistas rodesianos, enfrenta resolutamente as agressões dos racistas sul-africanos.

O nosso Povo está a lutar contra o subdesenvolvimento, está a construir o socialismo.

O nosso Povo não pode ser intimidado. Não aceita a opressão e os abusos cometidos por um

punhado de infiltrados, por uma minoria de reacionários.

Por isso a população denunciou estas situações.

O Povo dirigiu-se ao seu Partido de Vanguarda, Partido FRELIMO, e disse: «Há infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança que nos estão a oprimir, a roubar, a violar as nossas mulheres, as nossas filhas». Khanimambo Povo (aplausos). E disseram mais: «FRELIMO yi hi kululile». (FRELIMO libertou-nos). Lutaste, venceste, libertaste-nos. Mas o Governo está a brincar. Está a maltratar-nos. Prendem, mesmo quando não fazemos nada. Lutar, a FRELIMO sabe. Libertou-nos. Mas não governa bem. Entregou o Governo a crianças. Prendem-nos mesmo quando não fazemos nada.

O Povo dirigiu-se à Presidência da República, às Assembleias do Povo, aos diversos níveis, e denunciou estas situações.

Recebemos informações e relatórios de todas as Províncias, de todos os Distritos e de muitos cidadãos.

O Conselho de Ministros reuniu-se, em sessão alargada, e analisou esta questão. Vimos que a situação exige medidas urgentes, enérgicas e profundas. Radicais.

Como é nossa tradição, viemos ao Povo para analisarmos a situação e definirmos as medidas a tomar.

Em primeiro lugar, queremos agradecer aos cidadãos moçambicanos por terem denunciado estas situações, por nos terem alertado.

Mostraram assim que confiam profundamente no seu Partido e no seu Governo.

Mostraram que sabem distinguir entre aquilo que é a linha do nosso Partido e aquilo que são desvios e violações dessa linha.

Mostraram que sabem distinguir entre as nossas Forças de Defesa e Segurança heróicas, forças heróicas, forças que defendem o Povo — e os reacionários, os agentes do inimigo que estão infiltrados nessas forças.

Por isso dizemos: Obrigado, Povo Moçambicano, do Rovuma ao Maputo.

Abaixo a reacção! Abaixo, abaixo, mesmo!

Queremos apelar aqui para que continuem a denunciar os agentes do inimigo nas nossas Forças. Criaremos os mecanismos adequados para que todas essas denúncias sejam investigadas, para que todos os infiltrados sejam neutralizados, afastados das nossas fileiras e punidos severamente.

E ai daquele que se atreva a exercer represálias sobre um cidadão, por ter denunciado os seus abusos! Com esse não teremos contemplos! Que fique bem claro!

Queremos que na República Popular de Moçambique haja respeito pela integridade das pessoas, respeito pela liberdade dos cidadãos, respeito pela vida e pelos bens do Povo. Povo que suportou o peso e a violência da opressão colonial; Povo que lutou, que sacrificou os seus filhos, para liquidar todas as formas de opressão.

Isto significa, em primeiro lugar, respeitar a Constituição, respeitar as leis, garantir a observância dos nossos princípios, respeitar aquilo por que lutámos.

É este o sentido da presente Ofensiva.

Ofensiva da Legalidade. Ofensiva nas Forças de Defesa e Segurança.

Começamos a Ofensiva Política e Organizacional por outros sectores do Aparelho de Estado e nas Empresas. Chegou o momento, agora, de nos debruçarmos sobre este sector tão sensível: sector que é

o garante principal do nosso poder, sector a quem demos armas para que defenda o Poder Popular, a Patria e a Revolução Socialista.

Essas armas não podem ser utilizadas em caso nenhum para servir mesquinhos interesses pessoais, vingancas pessoais, odios ou recalcamientos.

Pela natureza das Forças de Defesa e Segurança, por se tratar do sector decisivo para a defesa da nossa Patria e da Revolução, e que por isso necessita de uma especial atenção, a Ofensiva não foi desencadeada nas Forças de Defesa e Segurança ao mesmo tempo que nos outros sectores.

Mas tinhamos consciência da necessidade desta Ofensiva que estamos a desencadear.

Desde a Independência Nacional que detectamos situações de violação da legalidade, situações que punham em causa a nossa linha politica no seio das Forças de Defesa e Segurança.

A 4.ª Reunião do Departamento de Defesa da FRELIMO, realizada em Julho de 1975, as visitas efectuadas a algumas cadeias em 1976, o inquerito a situação dos centros de reeducação — foram oca-sões em que foram detectadas situações anormais e tomadas medidas pontuais para as corrigir. Ao longo das diversas fases da Ofensiva foram também detectadas situações de legalidade e abuso do poder que foram objecto de análise e de medidas por parte da Direcção do Partido e do Estado.

Hoje, no espirito da Ofensiva, queremos ir mais ao fundo das questões, queremos tomar medidas mais de fundo.

A presente Ofensiva da Legalidade vai nos permitir purificar as fileiras das nossas Forças de Defesa e Segurança.

Vai desalojar os traidores e raptos, os infiltrados, os corruptos, os prepotentes, os arrogantes,

os negligentes, os incompetentes, os abusadores, os ladrões, os violadores de mulheres e de menores, os assassinos, os que pretendem cavalgar o Povo.

O Povo, uma vez mais, será o filtrador deste processo.

Este processo vai permitir que o orgulho legitimo que temos das nossas Forças de Defesa e Segurança não seja manchado pelos actos de um punhado de bandidos infiltrados.

Vai permitir que a unidade indestrutivel entre o Povo e as Forças Armadas, a Policia e a Segurança se reforce e aprofunde cada vez mais.

Este processo vai permitir que a nossa Revolução avance mais depressa, porque tiraremos o matope das nossas botas.

SITUAÇÃO ACTUAL

A actual situação, no que respeita à legalidade caracteriza-se por dois aspectos principais. Crimes, abusos e arbitrariedades cometidas por agentes do inimigo infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança, e resultantes da persistência de valores e práticas das sociedades colonial-capitalista e tribal-feudal. Erros e desvios resultantes das nossas próprias insuficiências.

Em relação ao primeiro aspecto foram detectados os seguintes tipos de situações. Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança agridem e torturam elementos da população, sob diversos pretextos. A agressão e a tortura são utilizadas como forma de punir faltas, muitas vezes inexistentes, como forma de levar pessoas a confessarem crimes, cometidos ou não, como forma de intimidação, para que a população não denuncie os crimes cometidos

por esses mesmos infiltrados para a extorsão de bens à população e como vingança pessoal.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança praticam prisões indevidas e arbitrárias nas seguintes circunstâncias: como forma de resolver contradições pessoais como vingança, contra pessoas que se queixam dos abusos cometidos por esses mesmos infiltrados, para intimidar as populações para roubarem os bens das pessoas detidas para ficarem com as casas das pessoas detidas, para abusarem das mulheres ou das filhas dos presos para abusarem na prisão das mulheres detidas.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança praticam ainda o abuso de mulheres noutras circunstâncias, tais como violação de mulheres pela força física ou utilizando ameaça com a arma, violação de menores, quer pela força quer utilizando o prestígio da farda ou da estrutura em que estão infiltrados, sedução e engravidamento de jovens solteiras, mediante promessas de casamento que não são cumpridas. Muitas vezes quando o problema se levanta, o implicado foge a responsabilidade através de uma transferência, sedução de mulheres casadas, utilizando o prestígio da farda ou da estrutura. Ofensas ao pudor, obrigando mulheres a despirem-se sob ameaça ou sob falsos pretextos. Isto já chegou a ser feito em público.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança praticam roubos à população, particularmente nas seguintes circunstâncias: assaltos à mão armada, roubos nos controles da estrada e postos de fronteira, a pretexto de apreensão dos bens para o Estado, assaltos a residências nas imediações dos quartéis, refugiando-se depois os ladrões no próprio quartel.

Além dos roubos já referidos, os infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança, incluindo as Milícias, praticam nos controles e postos de fronteira, o des-

respeito pelo Povo, a prepotência e a arrogância, a agressão e a tortura.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança utilizam a farda ou o cartão da estrutura a que estão ligados para violarem as bichas e para obterem outros tratamentos privilegiados por parte dos comerciantes.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança cometem abusos com viaturas, tais como: condução sem carta, condução com excesso de velocidade, violação sistemática das regras de trânsito, utilização das viaturas do Estado para fins particulares, recusa de se submeterem ao controlo por parte da Polícia de Trânsito, requisição abusiva de viaturas e de combustível.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança cometem os seguintes abusos na habitação: ocupação ilegal de casas, muitas vezes mediante arrombamento. Quando chegam brigadas de fiscalização, eles recusam identificar-se, expulsão ilegal e abusiva de inquilinos para ocuparem as suas casas, não pagamento de rendas, mesmo nas casas legalmente ocupadas, exigências de moradias de luxo, destruição das casas onde habitam, que irripidamente ganham um aspecto de abandono, ocupação ilegal de casas para alojamento de prostitutas e amantes. Quando a estrutura competente as desaloja eles voltam a reinstalá-las usando de ameaças.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança manifestam desrespeito pelo Partido, pelo Governo e pelos símbolos da Pátria, como a Bandeira e o Hino Nacional.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança desviam bens apreendidos pelo Estado para seu uso pessoal, nomeadamente dinheiro, viaturas, mobílias, aparelhagens estereofónicas, aparelhos electrodomésticos, roupas, bebidas, etc.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança, particularmente na Polícia e na Guarda Prisional, deixam-se subornar pelos criminosos que estão à sua guarda nas cadeias: o preso que tem dinheiro é autorizado a ir à cervejaria, a passar o fim-de-semana em casa; o mesmo se passa se o preso é familiar ou amigo do guarda; o preso que tem dinheiro paga ao guarda e este deixa-o fugir; em algumas cadeias os presos saem à noite para praticar assaltos, e voltam depois para a cadeia — eu pergunto se isto é cadeia. Já não é cadeia, é quartel de criminosos; nalguns locais, chegou-se ao ponto de serem os presos mais antigos quem faz a guarda.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança recrutam os seus familiares e amigos para essas forças, numa base de nepotismo, criando assim uma rede de compromisso que, frequentemente, se transforma em cumplicidade perante os crimes e desvios cometidos.

Elementos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança, particularmente no SNASP, reproduzem o estilo e métodos de actuação das polícias secretas capitalistas, tentando intimidar e aterrorizar as populações.

Elementos infiltrados no aparelho judicial praticam o racismo. Mostram-se arrogantes e elitistas no trato com as populações. Abaixo!

Elementos infiltrados no aparelho judicial praticam o nepotismo e o amiguismo em relação a reclusos, paralisam processos de amigos, parentes e outros com quem têm compromissos, guardando-os nas gavetas.

Elementos infiltrados no aparelho judicial, a coberto de um legalismo estreito, aplicam as leis existentes contra os nossos interesses de classe. Estes são alguns casos detectados, no que res-

peita às acções cometidas pelos agentes infiltrados nas nossas Forças de Defesa e Segurança.

Esta lista, que não é completa, mostra que temos de tomar medidas rápidas e enérgicas, para neutralizar estes elementos e purificarmos as nossas fileiras.

Além destes casos, devidos à acção do inimigo, há aqueles que resultam das nossas próprias insuficiências.

Ainda mal terminara a guerra contra o colonialismo português, tivemos que enfrentar uma outra guerra, que nos foi movida pelo regime racista, rebelde e ilegal da Rodésia. Travámos e vencemos essa guerra, lado a lado com o Povo irmão do Zimbabue. Hoje podemos dizer com orgulho que contribuímos para o nascimento do Zimbabue independente.

O esforço que tivemos de desenvolver, nessa guerra, na nossa acção de solidariedade com o Povo do Zimbabue; não permitiu que, durante os primeiros anos da independência, dedicássemos toda a nossa atenção aos nossos próprios problemas internos.

Por isso desencadeámos, no início do ano passado, a Ofensiva Política e Organizacional, para limpar o terreno, para criarmos as condições, para avançarmos rapidamente na construção do socialismo.

E hoje, como dissemos, a Ofensiva atinge o sector da Defesa e Segurança, atinge a questão da legalidade.

Também aqui, além da neutralização do inimigo interno, temos de vencer aquilo que ainda é insuficiência, incapacidade, desorganização, nossa.

Como resultado dessas insuficiências, encontramos as seguintes situações: cidadãos que ficam muitos meses detidos, a aguardar julgamento porque a polícia é lenta a instruir os processos, ou porque os tribunais não conseguem dar vazão aos mesmos; os nossos tribunais ainda são lentos e pouco operantes. Temos poucos magistrados, e a sua preparação, em

muitos casos, é insuficiente. Os julgamentos sofrem adiamentos sucessivos sem justificação. Não existe sensibilidade para o problema das pessoas que se deslocam de grandes distâncias para irem ao Tribunal; crimes que ficam sem punição, por incapacidade dos investigadores ou por aplicação mecânica, por parte dos tribunais, da legislação existente, que em muitos casos está ultrapassada; por outro lado, muitos Distritos ainda não têm Tribunais Populares, o que dificulta e atrasa a administração da justiça; isto deve-se, em larga medida, ao facto de muitos magistrados não terem ainda assumido a importância política da implantação dos Tribunais Populares.

Existem muitos problemas logísticos e organizativos ao nível do Serviço Militar Obrigatório: os jovens recrutas não recebem, muitas vezes, o apoio e o enquadramento necessários; nos centros de reeducação, como já tem sido divulgado, foram detectadas muitas irregularidades e injustiças. Pessoas que não deviam estar lá e que estão lá, e as que deviam estar lá, não estão lá.

Elas estão já a ser corrigidas, essas insuficiências, irregularidades e injustiças, para que possamos consolidar e desenvolver esta importante conquista do nosso processo revolucionário; há situações de descoordenação entre as diversas Forças de Defesa e Segurança e entre o aparelho judicial, as quais diminuem a eficácia da sua actuação; o burocratismo, a negligência, o espírito de rotina, uma insuficiente compreensão da natureza e da importância da sua tarefa, prevalecem ainda, em muitos casos, nas Forças de Defesa e Segurança. O mesmo se passa no aparelho judicial. Estes factores tornam muitas vezes estas estruturas inoperantes.

Estas são, em traços gerais, as características da situação actual. É necessário analisarmos, agora, as causas desta situação e como chegámos até ao ponto em que estamos hoje.

ORIGENS DESTA SITUAÇÃO

A primeira questão a que temos que responder é: Como foi possível que as nossas Forças de Defesa e Segurança fossem infiltradas?

Temos de compreender esta situação no seu contexto histórico.

As FPLM constituíam, durante a Luta Armada de Libertação Nacional, uma força de guerrilha profundamente enraizada no Povo. A guerra contra o Colonialismo Português só foi travada vitoriosamente porque o Exército e o Povo constituíam uma unidade profunda: o Exército mobilizava, educava, defendia o Povo; o Povo alimentava os combatentes, transportava o material militar, informava sobre os movimentos do inimigo.

Os soldados das FPLM, o soldado da FRELIMO, vivia entre o Povo como o peixe vive na água.

Isto decorria, em primeiro lugar, do carácter popular da nossa guerra e do nosso Exército.

Porém, o facto de a nossa guerra ser popular, de as nossas Forças Armadas serem populares, não significava que ficavam automaticamente resolvidas todas as contradições entre o Exército e o Povo.

Essas contradições existiram também durante a Luta Armada. Não são coisa nova.

Houve, também, nessa altura, elementos que, a coberto da nossa farda, pretenderam oprimir, explorar, cavalgar o Povo. Mas conseguimos que fosse sempre muito claro, para o Povo, que esses elementos não eram verdadeiramente nossos soldados — eram agentes do inimigo infiltrados na FRELIMO, nas FPLM.

Conseguimos essa definição clara devido a quatro factores fundamentais:

Primeiro, o cuidado colocado na preparação político-militar dos combatentes. Ele garantia que a grande maioria tivesse um comportamento correcto. Assim, era fácil isolar e neutralizar os infiltrados.

Em segundo lugar, o trabalho político constante realizado junto dos combatentes e das massas: Este trabalho permitia elevar continuamente o grau de consciência política dos combatentes. E permitia que o Povo conhecesse cada vez melhor a nossa linha. O Povo ficava assim em condições de denunciar, ele próprio, todos os comportamentos do inimigo, mesmo quando praticados por elementos que vestiam a nossa farda.

Terceiro factor, era o trabalho organizativo realizado permanentemente no seio das FPLM. Elaborávamos normas e regulamentos, elaborávamos orientações para cada situação específica que surgia, realizávamos visitas constantes e inspecções aos centros e frentes de combate. Essas acções contribuíam para disciplinar o trabalho, para estruturar cada vez melhor as FPLM, para eliminar, na prática, os erros de organização.

Quarto e último factor, era a punição severa dos infractores. Esta punição era particularmente rigorosa quando se tratava de infracções contra o Povo ou os seus bens. Nunca tivemos receio de ir ao Povo e dizer: «Este soldado cometeu um crime, violou a nossa linha; por isso, vai receber esta punição».

Assim preservámos e consolidámos o prestígio da FRELIMO e das Forças Populares de Libertação de Moçambique junto do Povo.

Assim reforçámos continuamente a confiança e o apoio do Povo à luta.

No seio das próprias Forças Populares, desenvolveu-se continuamente o espírito de vida simples e trabalho árduo. Não de conforto.

O trabalho produtivo era parte integrante da formação político-militar.

O trabalho produtivo não se destinava apenas a produzir melhores condições materiais: o seu objectivo principal era a transformação do homem.

Desencadeámos uma luta constante contra a desprogramação, a ociosidade, a preguiça.

Combatíamos consequentemente a ambição pessoal e o espírito de conforto.

Foi assim que as Forças Populares de Libertação de Moçambique se tornaram fortes e disciplinadas. Cada um conhecia a sua tarefa e a sua responsabilidade.

Foi assim que as FPLM se tornaram forja da Unidade Nacional, forja da Revolução, forja da mentalidade nova, forja do Homem Novo.

Esta é a experiência riquíssima da Luta de Libertação Nacional — experiência que não foi devidamente valorizada e assumida, quando conquistámos a independência.

Que sucedeu então?

Ao conquistarmos o poder, as nossas forças tiveram que avançar para zonas onde a implantação ideológica do inimigo era muito forte. Os nossos combatentes tiveram que enfrentar situações para as quais, na verdade, não estavam preparados, nem teria sido possível prepará-los: por um lado, eram chamados a resolver todo o tipo de problemas da população, num contexto social cuja complexidade não conheciam; por outro lado, tiveram de fazer face a todo o tipo de seducções e tentativas de aliciamento.

Logo nesta fase surgem inúmeros problemas e situações novas que obrigam, em várias ocasiões, à tomada de medidas enérgicas. Em muitos comandantes cria-se, nesta fase, o gosto pelo conforto, pela vida fácil e mesmo pelo luxo.

Estes factores abrem o caminho ao abrandamento da disciplina, ao desleixo, e ao afastamento entre comandantes e soldados.

A necessidade de, a partir das nossas forças de guerrilha, criarmos, num prazo curto, um exército regular forte, capaz de defender as fronteiras da nossa Pátria ameaçada pelos regimes racistas vizinhos, veio complicar muito a situação difícil já existente.

Tivemos de engrossar rapidamente as fileiras do nosso Exército. E cometemos alguns erros de perspectiva.

Não demos a importância suficiente à formação do soldado. Demos demasiada importância às questões técnicas. Na formação do corpo de novos oficiais, não valorizámos suficientemente o critério de classe. Demos demasiada importância ao nível de instrução. Ter ou não a 9.ª classe.

Não estabelecemos um equilíbrio correcto entre a necessidade do crescimento técnico do exército e o seu crescimento político.

Demos maior importância à técnica.

Isto fez com que se descurasse a necessidade da purificação permanente das fileiras, como acção dinamizadora partindo de dentro das próprias Forças Armadas.

Assim abrimos as portas à infiltração do inimigo nas fileiras das nossas Forças Armadas.

A situação que hoje encontramos não deve surpreender-nos: ela é o resultado de não ter sido suficientemente valorizada a experiência da Luta Armada de Libertação Nacional; é o resultado de terem sido abandonados os métodos profundamente populares que caracterizavam o nosso Exército; é o resultado de não se ter mantido a ligação estreita entre o Exército e o Povo; é o resultado de nem sempre se

ter colocado a política no posto do comando; é o resultado de ter havido maior preocupação com a quantidade do que com a qualidade dos novos recrutas; é o resultado da falta de trabalho político permanente no seio das Forças Armadas.

São desvios que é preciso corrigir de imediato.

Em relação às outras Forças de Defesa e Segurança, quando analisámos as causas que permitiram a infiltração, encontramos razões idênticas.

Polícia, não tínhamos, durante a Luta Armada — a polícia era a própria população, eram as milícias populares.

Ao conquistarmos a independência, a base para a criação da Polícia, não foram as FPLM, não foi a experiência de organização das populações nas zonas libertadas: a base foi a polícia colonial.

Quisemos evitar o vazio. Não tivemos a coragem suficiente de aceitar um vazio momentâneo, mas criámos uma polícia nossa, com métodos nossos, com conteúdo nosso.

Preferimos utilizar os polícias do colonial-capitalismo — polícias treinados para reprimir e desprezar o Povo.

Utilizámo-los a pretexto de que tinham a técnica. Mas de quê? Técnica de oprimir, técnica de humilhar, técnica de brutalizar. Técnica de massacrar o Povo.

Esses elementos exerceram uma influência profunda, muito perniciososa sobre os jovens inexperientes que afluíram posteriormente às forças policiais.

Isso explica que os métodos, as concepções da polícia colonial, ainda estejam presentes nalguns elementos da nossa Polícia apesar do processo de purificação já iniciado.

No que respeita à Segurança, durante a Luta

Armada de Libertação Nacional' esta era uma tarefa de todo o Povo.

Havia camaradas das FPLM que tinham a missão específica da Segurança. Mas a sua tarefa principal era educar e mobilizar o Povo para a vigilância, era ensinar o Povo a reconhecer o inimigo sob qualquer disfarce. E era o Povo que detectava os infiltrados e os denunciava a nossa Segurança, permitindo a sua neutralização.

Após a independência, criamos um órgão de Segurança — Serviço Nacional de Segurança Popular — o SNASP — para corresponder às necessidades da nova fase do nosso combate a intensificação da luta das classes no nosso País.

Definimos claramente: Foi claro, quando nos criamos o SNASP, SNASP é Segurança Popular, é Segurança com base no Povo. Não queremos polícia secreta. Não precisamos.

Sempre dissemos: o inimigo pode falar a nossa língua, vestir a nossa farda, comer da mesma maneira que nós, pode dar vivas à FRELIMO até gritando mais do que nós.

O que ele nunca pode, não é capaz, é de ter o nosso comportamento, viver a nossa linha política.

Não pode o inimigo abandonar os vícios que o caracterizam. Vejamos quais: o desprezo pela mulher, o espírito de conforto, a ambição pessoal, o alcoolismo.

Não é capaz de respeitar o Povo.

Não pode deixar de ser tribalista, não pode deixar de ser regionalista, confusionista, divisionista, racista.

Essa é a característica do inimigo.

Não pode ter uma vida simples, praticar a modestia.

Não é capaz de abandonar a arrogância, o culto da intriga, da calúnia e do boato.

A sua moral, repetimos, ficam bem, a sua moral, a sua civilização, é a corrupção.

Era o seu comportamento, a sua vida, a sua prática que nos permitia detectar o inimigo.

Também neste sector, porém, não foi suficientemente valorizada a experiência da Luta Armada de Libertação Nacional.

Também neste sector, deu-se primazia à técnica, sobre a política, deu-se primazia à quantidade, sobre a qualidade.

Por isso, também no SNASP encontramos infiltrados, e bem entrincheirados com abrigos de betão armado, encontramos elementos que adoptam os métodos de actuação das polícias secretas capitalistas. Métodos concebidos para oprimir o Povo, para o reprimir, para o humilhar.

Nas Forças de Defesa e Segurança, em geral, verificamos que o crescimento numérico e tecnológico que tiveram não foi acompanhado do correspondente crescimento político.

Outro factor que explica as infiltrações nas nossas Forças de Defesa e Segurança é o facto de elas terem atingido responsáveis a certos níveis.

A falta cometida pelo soldado ou pelo polícia, muitas vezes, não é punida porque esse soldado ou esse polícia conhece demasiado da vida do seu comandante. E quando os grandes estão corrompidos, os pequenos seguem o exemplo.

Criam-se redes de comprometimento, de amiguismo, de nepotismo. Cria-se um Estado de padrinhos, um Estado de cunhas, um Estado de sócios. Criam-se redes cujo objectivo é o roubo, a corrupção, a violação da legalidade.

Quando a situação chega a este ponto, está já

instalada a infiltração ideológica. E estão criadas as condições para a infiltração física. A porta está aberta para o inimigo.

É um convite para o inimigo entrar.

DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL DO PROBLEMA

Esta situação que agora encontramos tem uma dimensão cultural que deve ser considerada.

Temos de compreender a complexidade da sociedade que o colonialismo nos legou.

Durante a Luta Armada de Libertação Nacional, a população do nosso País dividia-se em três áreas grandes: a população das zonas libertadas, onde crescia o embrião do Homem Novo; em 2.º lugar, a população dos campos de concentração, sujeita à corrupção, à brutalização, sujeita à destruição da sua integridade e da sua personalidade; nos campos de concentração eram enaltecidos os valores da tribo, do clã, da poligamia, da inferioridade da mulher; em 3.º lugar, a população das zonas não afectadas pela guerra, no campo e na cidade; também ela oprimida e sujeita à influência política, ideológica, social e cultural do inimigo.

Particularmente nas cidades, o colonialismo promovia o consumo de drogas, a pornografia, a prostituição.

Para promover a degradação moral existiam na ex-Lourenço Marques, hoje Maputo, o Pinguim, o Iluso, o Aquário, o Texas-Bar, o Tamila, cabarés e prostíbulo onde a mulher era vendida aos marinheiros, aos oficiais e soldados do exército colonial; aos boers. Até os boers vinham. Cada quartel possuía o seu prostíbulo. Havia prostitutas para os oficiais,

prostitutas para os sargentos, prostitutas para os soldados.

A prostituta tinha também categorias. Havia prostitutas de 1.º, de 2.º, de 3.º, de 4.º, o que reflectia a estratificação social que então existia.

É isto que nós encontramos na vossa Lourenço Marques.

Foi também nas cidades que o racismo ganhou raízes mais profundas, onde a estratificação social se apresentava mais nítida. Na então cidade de Lourenço Marques, só os brancos, indianos, mulatos e assimilados tinham acesso à zona de cimento, enquanto que a esmagadora maioria de pretos vivia nas zonas do caniço.

Na zona de cimento, os brancos de primeira viviam na Polana, na Sommerschild, na Ponta Vermelha; os brancos de 2.º, os indianos, os mulatos viviam no Alto Mãe, na Mahangalene.

Na zona do caniço, a população agrupava-se em bairros, de acordo com a sua tribo ou região.

No campo, o colonialismo concentrou a sua acção, principalmente na repressão ao surgimento dos valores nacionais.

Para isso utilizou o tribalismo, utilizou os regulos, utilizou a igreja. Os jovens do campo que estão nas Forças Armadas, na Polícia, no SNASP, transportam ainda hoje estes valores. Transportam o peso da ignorância, do obscurantismo, da superstição, da subserviência, do fatalismo.

Abençoando estas situações, encontrávamos a Igreja Católica, promovendo a submissão ao colonialismo, promovendo a aceitação dos seus valores decadentes.

Era a Igreja Católica que abençoava as expedições assassinas do exército colonial contra o nosso Povo. Era ela que lhes oferecia a justificação moral;

matavam em nome da Civilização Cristã, discriminavam e oprimiam em nome da moral divina.

Nesta sociedade estratificada, cada grupo tinha o seu código, tinha um tratamento diferente perante o Estado e a Lei.

No topo da escala, estavam os brancos de Portugal — brancos de primeira classe. Estes, estavam ainda divididos consoante a sua riqueza, e cada grupo tinha o seu tratamento: o carpinteiro, o operário dos Caminhos de Ferro não tinham o mesmo tratamento que o doutor, o gerente bancário, o proprietário das fábricas.

Em segundo lugar, vinham os brancos nascidos em Moçambique — brancos de segunda classe. Estes não tinham acesso a certos lugares de responsabilidade.

Em terceiro lugar, os indianos de Goa. Como tinham assimilado a religião e a cultura dos colonizadores, tinham direito a alguns benefícios. Eram geralmente os pequenos e médios funcionários do Estado.

Em quarto lugar, os indianos da União Indiana. Muitos eram ricos, mas mesmo assim não podiam aspirar a nenhum lugar de responsabilidade no aparelho colonial. Por isso dedicavam-se ao comércio. Havia unakuvani — «monhé» o «caneco». É isso que estamos contra. É essa a grandeza do nosso combate.

Em quinto lugar, na escala, vinham os mulatos. Entre estes distinguia-se ainda se era mulato de branco e indiano, de branco e preto, de indiano e preto. Estratificavam-se ainda consoante as posições sociais a que conseguiam ter acesso.

Em sexto lugar, estavam os pretos assimilados. Estes recebiam as migalhas mais pequenas do banquete colonial, os restos, aquilo que mais ninguém queria. Davam a estes pretos assimilados

Por último, vinham os indígenas, a maioria esmagadora. Para estes não havia quaisquer direitos ou regalias, não beneficiavam de qualquer protecção perante a Lei. Única lei que se lhes aplicava era o Código do Indígena. Além disso, estavam sujeitos a prepotência dos régulos, que a exerciam como agentes do colonialismo, em nome do colonialismo.

Isto era na sociedade moçambicana colonial. Entre todos estes grupos criaram-se ódios, geraram-se recalcamientos.

Os moçambicanos que se juntavam à FRELIMO durante a Luta Armada, passavam todos por Nachingwea, era o filtro e o molde das consciências.

Todo o moçambicano que se juntava à FRELIMO, a primeira coisa que fazia era o treino político-militar. Daí seguia então para as diversas especialidades. Podia vir a ser professor ou enfermeiro ou médico — mas antes, passava pelo treino político-militar.

Não acontece hoje.

Aqueles que eram enviados para tirar curso no exterior recebiam treino antes de irem e depois de voltarem, para se readaptarem.

O treino político-militar era a forja da unidade nacional, do pensamento comum, da consciência patriótica e de classe. Entrávamos lá macondes, macuas, nianjas, nhúngus, manicas, changanas, ajáuas, rongas ou senas, saíamos moçambicanos.

Entrávamos pretos, brancos, mulatos, indianos, saíamos moçambicanos.

Trazíamos, ao chegar, vícios, defeitos, egoísmo, liberalismo, elitismo.

Destruímos os valores negativos, os valores reaccionários. Aprendíamos a assumir os hábitos, o comportamento do militante da FRELIMO.

Entrávamos com visão limitada porque só conhecíamos a nossa zona. Ali ganhávamos a dimensão do nosso País e os valores revolucionários.

Entrávamos supersticiosos, no confronto entre a superstição e a ciência. Ganhávamos a visão científica. Éramos homens desorganizados, permeáveis ao boato e à intriga, a corrupção, sem capacidade de análise e de interpretação dos fenómenos. Aprendíamos ali a viver organizados, a interpretar correctamente a realidade e a agir sobre ela.

Chegávamos, muitas vezes, animados apenas por um sentimento de revolta e de ódio contra o opressor; saíamos com a consciência clara dos objectivos por que lutamos, com a definição clara do inimigo. Por isso dizemos que Nachingwea era laboratório e era forja do Homem Moçambicano.

Depois, ganhámos a guerra, conquistámos a independência. Todo o Povo ficou libertado, deixou de haver campos de concentração, deixou de haver zonas controladas pelo inimigo.

Deixaram de existir códigos diferentes, código para os indígenas, para os assimilados e para os brancos.

Hoje, de toda esta amálgama criámos um Povo em que todos são iguais perante a Lei, em que todos gozam dos mesmos direitos e deveres.

Misturámos-nos todos; passou a haver só moçambicanos, Povo Moçambicano. Passámos a viver do Rovuma ao Maputo. A nossa zona, hoje, começa no Rovuma e acaba no Maputo. Aqui onde nós estamos.

Nesta zona convivemos todos; os que passaram pelo processo purificador da Luta Armada, os que estavam nos campos de concentração; os que viviam nas zonas que não chegaram a ser afectadas pela guerra.

Por isso, hoje, é mais difícil a demarcação. Já

não é possível a demarcação física, geográfica. Mais do que nunca a demarcação entre nós e o inimigo é uma demarcação ideológica, demarcação através do comportamento, da identificação com o Povo.

No entanto, na sua maioria, os jovens que afluem às Forças de Defesa e Segurança não viveram o processo da Luta Armada de Libertação Nacional, não passaram por Nachingwea, laboratório da Unidade Nacional, não cresceram nas zonas libertadas.

Muitos deles cresceram nos campos de concentração, cresceram nas cidades controladas pelo colonialismo, foram educados e moldados pelo colonialismo.

Outros vieram directamente do campo da sociedade tradicional-feudal.

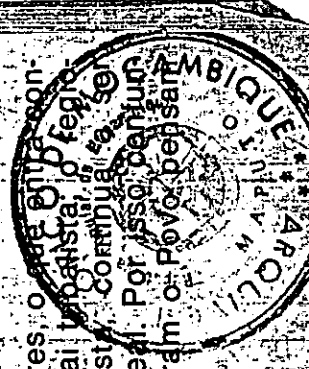
São eles que vão engrossar as fileiras das Forças de Defesa e Segurança, sem passarem por um processo de transformação profunda. Recebem uma farda, recebem uma arma, sem terem chegado a libertar-se dessa carga que transportam.

Recebem a tarefa de defender a Pátria, mas para muitos, a Pátria ainda é a tribo, não é a Nação. Não mataram ainda a tribo para poderem assumir o que é a Nação.

Recebem a tarefa de combater os inimigos da Revolução, mas em muitos, a sua identificação ideológica é ainda com a burguesia.

Hoje, não temos Nachingwea. Não temos centros de preparação político-militar. Por isso, não temos a forja do Homem Novo. Por isso, não há combate sério contra o tribalismo, o racismo e o regionalismo.

Nas actuais unidades militares, o que entra confuso, sai confuso; o tribalista, sai tribalista; o regionalista, sai regionalista; o racista, continua a ser racista. Não há transformação real. Por isso, continuam o inimigo. Quando encontram o Povo, pensam



CURRICULUM VITAE

I -IDENTIFICAÇÃO

NOME: Ivone Daniel Acamo Maquinasse

IDADE: 28 anos

FILIAÇÃO: Daniel Acamo Maquinasse e Maria Escova Mtucudzi Maquinasse

DATA DE NASCIMENTO: 17 de Setembro de 1977

NATURALIDADE: Maputo

NACIONALIDADE: Moçambicana

B.I.N.º: 110283663C

ESTADO CIVIL: Solteira

RESIDÊNCIA: Avenida Eduardo Mondlane 2049, 10º andar esquerdo

II -FORMAÇÃO ACADÉMICA

2000-2001: Conclusão do 3º ano do curso de Linguística

1997: Conclusão do ensino pré - universitário na Escola Secundária Josina Machel

1995 : Conclusão do ensino Secundário na Escola Secundária da Lhanguene

1991: Conclusão do ensino primário do 2º grau na Escola Secundária da Maxaquene

1989- Conclusão do ensino Primário na Escola da Frelimo

III- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2002- Coordenadora do projecto Afrobarometro, do Centro de Estudos da População, da Universidade Eduardo Mondlane, na província de Nampula

2004-Coordenadora do Projecto Internacional sobre a Violência Contra a Mulher, do Centro de Estudos da População, da Universidade Eduardo Mondlane, na província da Zambézia

2005- Coordenadora do Projecto Nacional Comparado sobre Eleições (CNEP), do centro de estudos da população da Universidade Eduardo Mondlane em parceria com Instituto Eleitoral da África Austral (EISA), na província da Zambézia

IV-OUTRAS HABILIDADES

Conhecimento de Informática na Óptica do Utilizador nos seguintes pacotes:

Windows

Microsoft Words

Microsoft Excel

Power Point

V- LÍNGUAS

Português - falado e escrito fluentemente

Inglês - noções básicas

VI- CONTACTO

Telemóvel nº 828532840

VIII- EMAIL

ivone_maquinasse@yahoo.com.br

que encontram o inimigo. Não sabem distinguir entre o inimigo e o Povo.

Por isso encontramos depois na actuação desses elementos, como membros das Forças de Defesa e Segurança, as marcas profundas da sua origem, do seu passado.

As marcas do passado ficaram. Os ódios, os recalcamientos não morreram, principalmente entre aqueles que não viveram directamente o processo da Luta Armada de Libertação Nacional.

É isso reflecte-se hoje em muitos sectores da nossa sociedade. Também nas Forças de Defesa e Segurança encontramos essas marcas.

O branco de origem humilde que na escola foi humilhado pelo filho do senhor doutor, hoje se está na Segurança, tem satisfação em prender, em humilhar, aquele que o humilhava em criança.

O mulato que agora é agente da PIC, aproveita para se vingar da família branca ou mulata mas mais rica, que não lhe permitiu casar com a moça de que ele gostava.

O preto que agora está na PPM, gosta de prender, o branco ou o indiano, para lhes mostrar que já é gente que já tem poder. Quer vingar-se dos ódios dos recalcamientos das humilhações sofridas.

Entre os pretos que hoje estão na Polícia ou nas Milícias, surge também o problema do tribalismo. Se é do Sul, prende o do Norte ou do Centro, só para lhe mostrar a sua superioridade tribal.

Mas deixa ficar impune o verdadeiro criminoso, porque é da sua tribo, porque fala a mesma língua natal. Ainda dentro da mesma tribo, há rivalidade entre clãs e entre famílias. Zangas entre os pais, ou entre os tios, ou os compadres que se zangam, são motivos para prender, para bater, para maltratar.

O indígena, que não podia casar com a filha do assimilado, hoje vai prendê-lo e abusar da senhora.

Em todos estes casos, o que detectamos é a utilização do nosso poder, aí é que está o problema — a utilização da nossa farda, das nossas armas, para a satisfação de mesquinhos ódios e recalcamientos pessoais.

Não foi para isto que nós lutámos. Não permitiremos que isto aconteça na República Popular de Moçambique.

Puniremos severamente todos estes tipos de casos.

Quando analisamos o tipo de abusos, prepotência, violações da legalidade cometidas pelos infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança, é fácil detectar, em cada um deles, a origem social e cultural de quem o cometeu.

O chumbo que amarrar os presos, eram métodos dos régulos, aprenderam isso na povoação esses jovens. São elementos do campo que não sofreram transformação. Transportaram para as nossas Forças de Defesa e Segurança aquilo que viam fazer os régulos e os sipaios.

São os mesmos que praticam o tribalismo e o regionalismo.

Já a tortura e outro escalão, a humilhação dos prisioneiros, a arrogância, o racismo, são marcas da cidade, são marcas do colonialismo, do capitalismo e do fascismo, são métodos do apartheid. Isso é feito pelos cidadãos, contentes com o sofrimento dos outros, é sadismo.

Aprenderam isso com a PIDE, com as polícias racistas com a burguesia colonial nas cidades.

Como não isoieram transformação, aplicam agora esses métodos nas nossas Forças de Defesa e Segurança.

Em ambos os casos, são métodos do inimigo, que revelam a ideologia do inimigo infiltrado no nosso seio. Não pactuaremos com isso. Não o permitiremos.

As acções destes infiltrados mancham as tradições gloriosas das nossas Forças de Defesa e Segurança.

O combate a esta situação é uma questão de todos nós. Não diz respeito apenas ao Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior, Ministério da Segurança ou Ministério da Justiça.

Não é tarefa apenas do Partido ou do Governo. É tarefa de todo o nosso Povo.

Quem são os jovens que ingressam nas Forças de Defesa e Segurança? São os nossos filhos, são os nossos irmãos, são os nossos sobrinhos, são os nossos genros, cunhados, são os nossos primos, são os nossos familiares.

Somos nós, os pais, em casa, que damos a primeira educação aos nossos filhos e lhes ensinamos a dar os primeiros passos na sua vida.

É assim que eles transportam consigo para as Forças de Defesa e Segurança o universo cultural onde viveram, os hábitos, os vícios, as tradições.

Por isso todos nós temos esta responsabilidade no combate a mentalidade velha.

O QUE QUEREMOS

Fizemos a análise dos problemas que estamos a viver.

Enumerámos os factos, os tipos de violações da nossa legalidade revolucionária.

Vimos as causas desta situação.

É necessário organizarmo-nos para ultrapassar esta situação.

Para quê?

Para desalojarmos os infiltrados nas nossas Forças de Defesa e Segurança, para corrigirmos os métodos errados, para rectificarmos os desvios que estão a ser cometidos.

Primeiro, é necessário que todos todos conheçam, compreendam e assumam as tarefas de cada ramo das Forças de Defesa e Segurança.

Quem não conhece a sua tarefa não pode executá-la.

Uma estrutura que não compreende a sua tarefa, os objectivos da sua tarefa, deixa-se facilmente infiltrar.

Quando os cidadãos não estão claros quanto a tarefas, das estruturas que existem para os servir, é difícil ao Povo exercer a sua vigilância e detectar os elementos infiltrados.

Por isso, devemos estudar, conhecer bem, compreender as tarefas das Forças Armadas de Moçambique — FPLM, da Polícia do SNASP. É necessário estudar e conhecer a Constituição e as leis

FORÇAS ARMADAS

São tarefas fundamentais das Forças Armadas de Moçambique — FPLM, a defesa da soberania nacional, a defesa da integridade territorial do nosso País, da inviolabilidade das nossas fronteiras, a defesa intransigente da unidade nacional, as nossas Forças Armadas são a expressão mais alta da unidade do Povo Moçambicano, a defesa da Revolução e das conquistas revolucionárias.

É tarefa das Forças Armadas de Moçambique, a participação activa e decidida na construção do socialismo. O nosso exército não é um exército para a dita, de caserna, o nosso exército é um exército que defende a produção e se engaja na produção.

nosso soldado é, antes de tudo, um político armado, um trabalhador.

É tarefa das Forças Armadas de Moçambique: o desenvolvimento permanente dum profundo sentido de classe; as nossas Forças Armadas são o braço armado do Partido FRELIMO, da aliança operário-camponesa. Por isso devem purificar permanentemente as suas fileiras, devem dar o exemplo da mais alta moral revolucionária.

Um exército desligado do Povo, separado do Povo, é um exército parasita, inútil.

Na nossa Pátria temos experiência e tradição de estabelecer correctas relações entre o Povo e o Exército. Sem essas boas relações, nunca teríamos conseguido ganhar a guerra de libertação nacional.

Durante a Luta de Libertação Nacional fazia parte do treino, da formação de todo o soldado; a educação política. Actualmente perdemos essa prática, e esse erro conduz-nos a desvios graves na formação dos nossos soldados, que se reflectem no seu comportamento e em especial nas suas relações com o Povo.

Na educação política de todo o soldado, devemos ensinar em primeiro lugar, o valor do Povo. Devemos ensinar-lhes os objectivos da Revolução, os interesses do Povo, a razão de ser da sua luta, para nele inculcarmos o espírito de servir o Povo.

O exército defende a soberania nacional para permitir ao Povo viver e trabalhar em paz, construir o socialismo em paz.

O soldado deve ser educado para saber que não pode tocar em nada que pertença ao Povo, nem uma linha, nem ponta de fio, nem uma agulha. Muito menos violar mulheres — isto são crimes. Em todas as Revoluções, o crime de violação de mulheres é punido no exército, com fuzilamento.

O soldado deve ser ensinado que o Povo é a muralha intransponível que a reacção e o imperialismo nunca poderão vencer.

Os soldados, os nossos jovens, devem ser educados para assumir a grandeza do papel da defesa da soberania e integridade territorial. Devem ser educados para assumirem hoje, nas fileiras do nosso exército, o patriotismo, a generosidade, a coragem, determinação, o heroísmo do nosso Povo, demonstrados ao longo de séculos de resistência e durante a Luta de Libertação Nacional.

Esta educação política, ideológica, patriótica, só pode ser realizada se no seio das Forças Armadas o Partido estiver solidamente implantado.

Outra característica do nosso soldado, além do seu amor e respeito pelo Povo, é a disciplina.

Não a disciplina passiva, mas a disciplina activa, militante, consciente, combatente. A disciplina de quem conhece a sua tarefa e está consciente da sua missão.

A disciplina de quem tem um programa, de quem está ocupado todas as horas do dia. A disciplina de quem conhece a hierarquia e o seu lugar no exército.

O nosso soldado, o nosso oficial, quando vive no bairro, fora do quartel, com a sua família, deve ser o cidadão exemplar, o morador exemplar, que participa nas actividades do bairro, que pelo seu exemplo mobiliza os outros cidadãos para as tarefas de melhoria de vida no bairro, e da sua organização.

Alhear-se, ignorar, desprezar o Grupo Dinamizador de Bairro, desprezar as actividades do bairro, significa não compreender qual a tarefa do exército, significa não compreender que o nosso exército defende a Revolução, defende a soberania nacional para o Povo poder viver livre, e livremente organizar e melhorar a sua vida.

Por tudo isto, é necessário darmos uma particular atenção ao recrutamento e à preparação dos nossos soldados.

Os nossos quartéis, onde entram os jovens que vão cumprir o Serviço Militar Obrigatório, devem ser verdadeiros centros de formação político-militar, centros que transformam o Homem, que forjam o Homem Novo.

A formação dos soldados tem de ter um programa, tem de ser planificada. A formação do nosso soldado inclui, além do treino militar: formação política e ideológica; elevação cultural; conhecimento profundo das suas tarefas; direitos e deveres como soldado da República Popular de Moçambique; trabalho produtivo.

No quartel, devem ser destruídos os valores velhos: o tribalismo, o regionalismo, o racismo, o individualismo, o elitismo, os complexos de inferioridade e de superioridade, o espírito de explorador.

No quartel, o soldado aprende os valores novos, forjados na Guerra Popular Revolucionária de Libertação Nacional.

Aprende: o patriotismo, a unidade nacional, o sentido de classe — o soldado é um político armado, um trabalhador fardado, o espírito de servir o Povo, o trabalho árduo e a vida simples, a disciplina consciente, o internacionalismo.

A formação do soldado inclui: a higiene e limpeza, os cuidados com a saúde, hábitos alimentares saudáveis.

Para isso, temos de criar novos quartéis para formar os nossos soldados, os jovens que vão cumprir o Serviço Militar Obrigatório.

Os nossos centros de formação político-militar devem ser concebidos, valorizando a experiência da Luta Armada de Libertação Nacional, valorizando a histórica experiência de Nachingwea.

Devemos construir novos Nachingweas, onde se realize a preparação político-militar de todos os jovens em idade militar. Deles, sairão: os soldados, os polícias, os membros da Segurança.

Agora alguns estão fardados, mas são elementos da população. Recrutado da população directamente para a polícia. Recrutado da população directamente para o SNASP.

Todos terão de ter uma preparação comum.

Mas é preciso programar também cuidadosamente a formação permanente dos que seguem a carreira militar.

Definimos, na 4.ª Conferência do Departamento de Defesa, que o nosso soldado deve ter uma vida simples, modesta, deve lutar contra o espírito de conforto, deve ter um espírito de trabalho árduo.

Esta regra é particularmente importante para os oficiais. Se os oficiais viverem em palacetes, no conforto e no luxo, prisioneiros da sua mobília, das suas aparelhagens, não estarão em condições de ir ver como está o soldado no seu posto na fronteira.

Um oficial agarrado ao conforto, para que serve? Necessita de reforma.

Os oficiais devem ter uma vida simples. Os oficiais devem manter permanentemente o contacto com os soldados, marchar com eles, viver a sua vida, conhecer a sua camarata e o seu refectório, saber a situação do seu fardamento, conhecer os seus problemas pessoais.

POLÍCIA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

São tarefas da Polícia, através dos seus vários ramos: garantir a lei e a ordem, proteger os cidadãos contra os criminosos, defender o clima de tranquilidade.

dade e paz social, lutar contra a criminalidade e a marginalidade, lutar contra a prostituição, o banditismo, os ladrões, os raptos, os assassinos, os traficantes da Pátria, os violadores de mulheres, e menores, os contrabandistas, os traficantes de drogas, os especuladores e candongueiros.

São estes criminosos, são estes anti-sociais que a polícia deve prender para serem julgados, punidos e reeducados.

Os campos de reeducação são uma conquista da nossa Revolução.

Todo o nosso sistema prisional deve assentar na reeducação.

O nosso Partido acredita no homem, acredita na sua transformação.

Nos campos de reeducação, para onde enviamos todos os elementos anti-sociais, mata-se a preguiça e ociosidade, mata-se a marginalidade, a desorganização, a mediocridade, o desleixo, mata-se a vida desorganizada, a vida sem objectivo.

Dos campos de reeducação saem elementos conscientes, programados, patriotas, organizados, elementos que conhecem o seu papel na sociedade, elementos que assumiram os novos valores da Revolução.

Nos campos de reeducação deve haver: escolas, hospitais, casas de cultura, locais para prática de desporto.

O trabalho político e o trabalho produtivo são tarefas intimamente ligadas, e constituem a base da política de transformação dos elementos anti-sociais.

No trabalho, o homem em contacto permanente com a natureza, transformando a natureza, transforma-se a si próprio.

Estamos a corrigir os erros que detectámos durante o processo de inspecção aos campos de reeducação.

Nos campos de reeducação devem ser adoptados os seguintes princípios: ninguém vai para o campo de reeducação sem ter sido sentenciado pelo tribunal. Os campos de reeducação são classificados de acordo com a natureza do crime que é cometido. Os assassinos não podem ser misturados com os vadios, os drogados, com os violadores de mulheres, os candongueiros com os que cometeram crimes contra a segurança do Estado. Os ladrões, ao lado de um assassino.

Nos regimes capitalistas, a polícia é um órgão de repressão do povo.

O Povo Moçambicano conhece bem essa realidade através da dominação colonial.

O Povo Moçambicano conhece bem as brutalidades e a repressão desumana da polícia do apartheid, recorda-se ainda dos métodos bárbaros da polícia de Ian Smith.

O Povo Moçambicano não quer, não admite uma polícia assim.

Na República Popular de Moçambique, a polícia garante o clima de tranquilidade e paz necessários à construção da sociedade socialista.

Esta diferença entre a polícia colonial e a polícia que reflecte o poder dos operários e camponeses, não pode ser realizada apenas com a publicação de decretos.

É necessário definir quem deve ser seleccionado para servir na polícia, quais as qualidades de um membro da nossa polícia.

Os membros da polícia devem ser seleccionados entre os melhores soldados, entre os jovens que tendo ingressado nas fileiras das Forças Armadas de Moçambique (FPLM), se revelaram com qualidades de disciplina e aprumo, cortesia e civismo.

Os membros da Polícia Popular de Moçambique — PPM — devem ter um comportamento exemplar, a fim de poderem ter autoridade moral que lhes permita agir pela persuasão, só recorrendo à força em último caso.

Actualmente assistimos a casos em que alguns bandidos vadios e ladrões entram para a polícia. Fica polícia de quem? Essa polícia é nossa?

É necessário corrigir rapidamente este processo de recrutamento estabelecendo-se uma colaboração estreita entre as Forças Armadas de Moçambique e a Polícia Popular de Moçambique para a selecção de elementos com as condições requeridas.

A nossa polícia deve educar pelo seu exemplo, deve contribuir para a destruição do racismo, do tribalismo, do regionalismo.

Não podemos admitir membros da polícia que actuam com base em motivações tribalistas, racistas, regionalistas.

No seu trabalho, principalmente quando actua isolado, o polícia deve manifestar sempre a sua profunda identidade com o Povo.

Há tendência de actuar de maneira arbitrária quando um elemento da polícia está longe dos olhos do seu responsável.

O elemento da polícia deve ser um elemento incorruptível. Politicamente incorruptível, materialmente incorruptível.

Nós queremos, no seio das Forças Policiais, uma disciplina consciente, uma disciplina que resulta de assumir profundamente a defesa dos interesses do Povo Moçambicano.

SEGURANÇA

São tarefas essenciais da Segurança: Defender o Povo e a Revolução.

Combater a infiltração de agentes do inimigo, a infiltração da ideologia do inimigo, a subversão, a sabotagem, a desestabilização política e social, a acção contra-revolucionária, a reacção, intransigentemente a espionagem, os crimes contra a segurança do Povo e do Estado Popular.

A Segurança trava uma luta revolucionária política, ideológica, económica.

A Segurança combate os inimigos da nossa política, os inimigos da nossa ideologia, os inimigos da via de desenvolvimento económico que o nosso Povo escolheu. Combate os que traem a Pátria, os que vendem a Pátria — os traidores.

A luta neste campo é uma luta difícil que exige uma grande clareza política e ideológica.

A Segurança não combate somente os agentes físicos do inimigo. Combate também os agentes morais, combate a propaganda do inimigo, a exaltação dos valores decadentes da burguesia, os boatos e calúnias lançadas contra a nossa Revolução, infiltração da ideologia do inimigo.

O SNASP é um organismo de segurança popular que defende o poder dos operários e camponeses, apoiado nas massas populares.

O SNASP tem a tarefa de, em ligação com as estruturas do Partido, mobilizar, organizar, elevar a consciência política e ideológica dos cidadãos, para que se desenvolva a vigilância popular, para que o Povo assuma conscientemente, organizada-mente, a defesa do poder popular da Revolução.

O inimigo organiza as suas redes, no nosso seio, com o objectivo de restaurar o poder dos exploradores e capitalistas.

O inimigo recruta agentes no nosso seio. O mais lamentável é que alguns só custam bolachas — 2 caixas de bolachas e aparelho estereofónico — vende

a Pátria. Torna-se um traidor. Terreno fértil para carregar o balde furado do inimigo.

Procura recrutá-los entre as pessoas que ocupam lugares-chave no Aparelho de Estado, nos sectores económicos. É este o interesse do inimigo. Não quer o peixe pequeno. Não procura magumba, carapau. Procura peixe-secca, peixe garoupa. Tenta a infiltração nos sectores mais decisivos do nosso poder: nas Forças Armadas, na Polícia, na Segurança, nos Ministérios.

Actua para colocar agentes seus na direcção e na chefia das secções de produção das empresas para que estas paralisem e não produzam o tecido a roupa, os sapatos, o leite condensado, a farinha, as bolachas, o óleo, o sabão, as massas alimentares, nos Hospitais para desorganizar a Saúde e provocar o descontentamento da população, o inimigo infiltra-se no Comércio Interno, para que o abastecimento do Povo não funcione, provocando a insatisfação popular; no Comércio Externo, para impedir que se gerem divisas necessárias ao nosso desenvolvimento, ou para que elas sejam roubadas e depositadas no estrangeiro, ou desperdiçadas; nos transportes, para fazer a sabotagem, para provocar descarrilamentos de vagões e desastres de comboios; nas escolas para impedir que os nossos jovens se eduquem nos valores da Revolução, para contaminá-los com os valores decadentes da burguesia, para ensiná-los a desprezar a sua própria cultura e ter vergonha da sua origem.

O inimigo infiltra-se no corpo social para disseminar a sua propaganda, lançar campanhas de boatos e calúnias, nos machimbombos, no bazar, nas bichas.

O inimigo elabora programas para destruir o nosso Governo, para desestabilizar a nossa sociedade e as nossas estruturas. Para os executar, utiliza todos os meios.

Contra estes métodos de acção do inimigo, é necessário que nos organizemos com eficiência e de forma apropriada.

Mas a nossa Segurança tem de ser popular. O seu aspecto fundamental é esta característica popular e não os aspectos técnicos. É necessário que os responsáveis da Segurança expliquem aos órgãos do Governo, as Assembleias do Povo a cada nível, os aspectos principais do seu trabalho, dos objectivos e acção do inimigo, dos sucessos alcançados e dificuldades.

O desenvolvimento e consolidação da vigilância popular, só pode ser alcançado se os responsáveis da Segurança, aos vários níveis, em colaboração com as estruturas do Partido, falarem e explicarem à população, nos bairros, nas empresas, nas aldeias comuais, o trabalho da segurança popular.

Enquanto os problemas da Segurança forem considerados secretos, forem «tabus», a nossa Segurança não poderá ser a Segurança Popular que queremos.

O trabalho da vigilância popular é a base de todo o trabalho da Segurança. Temos experiência no nosso País. Muitos reaccionários, traidores, renegados, sabotadores, criminosos, colocadores de bombas, agentes infiltrados, foram sempre detectados e neutralizados, com a colaboração da vigilância popular.

A vigilância popular detecta comportamentos estranhos no nosso seio, canaliza estas informações às estruturas competentes. A vigilância é uma atitude de militância activa. É atitude revolucionária, é atitude combativa. Exercer a vigilância não é desconfiança. A desconfiança é uma atitude de arrogância, é uma atitude reaccionária que mina a nossa unidade.

A vigilância popular é organizada para garantir a tranquilidade e a paz social. Não pode ser usada

para intimidar cidadãos com espírito de vingança ou para satisfazer interesses pessoais.

A nossa segurança, a nossa vigilância popular, deve ser implacável para com o inimigo, deve remeter-lo à defensiva passiva.

O inimigo é que deve ter medo da Segurança e não o povo. O povo deve saber, deve compreender, deve sentir que a Segurança é para o defender a ele e as suas conquistas revolucionárias.

Para isso, é necessário que o trabalho da Segurança Popular seja realizado em estreita ligação com o Partido, Organizações Democráticas de Massas em coordenação com o Partido, com o seu apoio.

Sabemos já por experiência, que onde o Partido não está implantado, os grupos de vigilância desviam-se dos seus objectivos, e deixam de funcionar.

O membro da Segurança, tal como o membro do Partido, deve ser seleccionado entre os soldados mais dedicados, mais capazes, mais disciplinados e exemplares.

Se nós somos exigentes para seleccionar um elemento para a Polícia, devemos ser ainda mais rigorosos quando seleccionamos elementos para a Segurança.

A característica principal do membro da Segurança é ser incorruptível, é ser íntegro, é ser honesto. Deve ter uma sólida formação político-ideológica e uma aguda sensibilidade, uma aguda consciência de classe.

Se aceitarmos a mediocridade, o compromisso, os pequenos desvios e a corrupção nos elementos da Segurança, estaremos a abrir as portas ao inimigo para ele recrutar no seio das nossas próprias Forças de Segurança.

O membro das Forças de Segurança deve ser modesto, simples, deve estar sempre disposto a realizar as tarefas onde e quando for necessário.

Se não formos exigentes, o elemento da Segurança poderá utilizar contra o Povo os poderes que o Estado atribui ao SNASP.

Se não formos exigentes, o elemento da Segurança poderá abusar do secretismo para esconder as suas irregularidades, abusos e prepotências.

Por isso o membro das Forças de Segurança deve ser exemplar em todos os aspectos.

Qualquer abuso, prepotência ou brutalidade da parte de um elemento das Forças de Segurança deve ser rigorosamente punido.

Nenhum elemento da Segurança pode exercer vinganças, brutalizar, violentar ou humilhar qualquer cidadão.

O trabalho da Segurança é essencialmente político. É necessário uma grande sensibilidade e respeito pela pessoa humana.

Não podemos admitir a brutalidade, o boçalismo, a insensibilidade, neste órgão tão sensível e vital para a defesa do nosso poder, para a defesa da nossa Revolução.

É necessário que a Segurança se entaize nas massas, para poder ser uma Segurança Popular. Cada elemento da Segurança é em primeiro lugar um mobilizador político, um organizador político, um educador político.

Um aspecto particular deste trabalho político é a explicação junto dos familiares de cada detido, das razões da detenção.

Mesmo o Comité Central, quando expulsa um membro, explica ao Povo as razões, a fim de permitir a sua reeducação e enquadramento.

É necessário, por outro lado, que os membros da Segurança se qualifiquem de forma a poderem realizar um trabalho de alto nível científico.

É também necessário que os membros do SNASP se capacitem no trabalho de instrução dos processos, a fim de permitir o rápido julgamento pelos Tribunais e órgãos competentes.

As Forças Armadas, a Polícia e a Segurança são ramos do mesmo tronco.

Cada um destes sectores tem tarefas específicas que não se sobrepõem, que se complementam.

É necessário que cada Força de Defesa e Segurança compreenda quais as tarefas que são da responsabilidade das outras Forças, com as quais deve colaborar.

MEDIDAS CONCRETAS

A Ofensiva Política e Organizacional é o método desenvolvido pelo nosso Partido para reforçar continuamente a Revolução, consolidar e defender as conquistas revolucionárias, desmascarar e desalojar a infiltração física e ideológica do inimigo, combater a indisciplina, o desleixo, a incompetência, a negligência, implantar métodos correctos de trabalho, corrigir os desvios, rectificar os erros, desenvolver o exercício do poder pelo Povo, pelas classes trabalhadoras.

A Ofensiva deve ser vivida profundamente nas Forças de Defesa e Segurança.

Assim:

Primeiro:

Cada ramo das Forças de Defesa e Segurança deve desencadear uma Ofensiva interna para detectar e desalojar os infiltrados, os corruptos, os indis-

ciplinado, os que abusam do poder, os traidores, os raptos, os que desrespeitam e maltratam o Povo, os que utilizam o prestígio e as funções das Forças de Defesa e Segurança para satisfazer interesses pessoais.

Os resultados desta Ofensiva devem ser divulgados ao público através dos Gabinetes de Controlo e Disciplina.

Segundo:

Todos os casos de espancamentos, agressões físicas, castigos corporais, torturas, violação de mulheres e menores, abuso do poder, apropriação indevida de bens dos cidadãos, que foram denunciados pela população em todo o País, serão rigorosamente averiguados e os responsáveis implacavelmente punidos.

Na República Popular de Moçambique, são absolutamente proibidas as práticas de torturas, espancamentos, castigos corporais.

Seremos inflexíveis na punição destas práticas. Apelamos a todo o Povo, a todos os cidadãos que denunciem toda e qualquer ocorrência deste tipo, todos os actos de abuso do poder, de repressão e intimidação do Povo.

As denúncias devem ser canalizadas nos Distritos e Localidades, as Sedes do Partido e as Assembleias do Povo, nas Províncias, aos Governadores Provinciais, e na cidade de Maputo, ao Presidente do Conselho Executivo da Cidade de Maputo, aos Gabinetes de Controlo e Disciplina nos Ministérios, aos Delegados do Procurador da República, ao Inspector de Estado ao Procurador-Geral da República.

As Assembleias do Povo devem constituir de imediato, Comissões de Trabalho para acompanhar a situação da legalidade e tomar as medidas adequadas.

Faz parte da vigilância popular o controlo do Povo sobre a actuação dos elementos das Forças de Defesa e Segurança.

Terceiro:

A cada nível, as Forças de Defesa e Segurança devem prestar contas da sua acção às Assembleias do Povo e às estruturas do Governo.

Quarto:

As leis sobre quem deve prender, sobre prazos de detenção de cidadãos têm que ser rigorosamente cumpridas.

Em caso de flagrante delito, os membros das Forças Armadas podem, como aliás qualquer cidadão, prender infractores, mas têm de entregar imediatamente os detidos à Polícia.

Fora de flagrante delito, o cidadão só pode ser detido, mediante a apresentação do mandato de captura emitido pela autoridade legalmente competente para ordenar a prisão.

Só pode haver apreensão de bens mediante mandato legal. Caberá aos juizes, entidades com funções judiciais e à Direcção do SNASP na área da sua competência decidir sobre o seu destino.

É expressamente proibido arrancar abusivamente os bens à população nos postos de controlo dentro do País. Nem os soldados, nem os policias, nem as milicias, ninguém está autorizado a isso.

Ninguém está autorizado a violar o domicilio dum cidadão. Assim, nenhuma autoridade pode passar busca ao domicilio, excepto se estiver munido de mandato emitido pela autoridade legalmente competente.

Quinto:

Os elementos das Forças Armadas, da Polícia, da Segurança, sempre que cometam crimes de delito comum são julgados e sofrem penas mais severas nos tribunais civis, além do processo disciplinar interno.

O elemento das Forças de Defesa e Segurança, como qualquer cidadão, deve ser detido pela Polícia, quando encontrado em flagrante delito. Qualquer cidadão, aliás, pode proceder à detenção de um membro das Forças de Defesa e Segurança quando encontrado a praticar um crime.

A Polícia de Trânsito controla todo o trânsito de viaturas, incluindo as viaturas e os condutores das Forças de Defesa e Segurança.

Sexto:

As Forças de Defesa e Segurança devem desencadear um combate intransigente contra os abusos e privilégios. Nomeadamente, as casas ocupadas ilegalmente por elementos das Forças de Defesa e Segurança devem ser entregues à APIE; a utilização das casas atribuídas a cada estrutura das Forças de Defesa e Segurança deve ser rigorosamente disciplinada.

Novamente dizemos, nenhum elemento das Forças Armadas de Moçambique, da Polícia, da Segu-

rança das Milícias dos Grupos de Vigilância tem o direito de ser atendido primeiro nas bichas. Não há bichas especiais para elementos das Forças de Defesa e Segurança.

Sétimo:

Desencadear no seio das Forças de Defesa e Segurança uma luta cerrada contra o alcoolismo, o desleixo e a falta de apuro militar.

Oitavo:

Assegurar relações correctas entre os elementos das Forças de Defesa e Segurança e a população. Neste sentido os militares, os elementos da Polícia, de Segurança e das Milícias, devem manifestar respeito e cortesia para com os cidadãos.

Quando em serviço, fardado ou desfardado, um elemento das Forças de Defesa e Segurança aborda um cidadão deve identificar-se e apresentar o seu cartão de identificação quando lhe for pedido.

Os elementos das Forças de Defesa e Segurança devem participar obrigatoriamente na vida do seu bairro, localidade ou aldeia comunal enquadrados nas estruturas do Partido e das Organizações Democráticas de Massas.

Nono:

A questão das milícias preocupa a Direcção do nosso Partido e do nosso Estado.

Muitos abusos e arbitrariedades que aqui referimos são cometidos, precisamente, por elementos infiltrados nas Milícias Populares.

O Partido, juntamente com as Forças de Defesa e Segurança, está a estudar profundamente esta questão em vista a definir com rigor quem recruta, forma e enquadra as Milícias e as normas que devem reger a sua actuação. Serão brevemente anunciadas as medidas a tomar.

Décimo:

É necessário prosseguir rapidamente a implantação dos Tribunais Populares, de forma a cobrir todos os Distritos e Localidades e bairros das cidades, como uma condição indispensável para a institucionalização da legalidade.

Décimo primeiro:

É preciso assumir o princípio de que o escançamento da legislação colonial não deve aguardar as leis da Assembleia Popular. A legalidade não se confunde com legalismo ou com a aplicação mecânica das leis.

A Ofensiva da Legalidade significa fazer da lei instrumento da consolidação, da defesa e do avanço da Revolução e da Unidade Nacional.

EXORTAÇÃO

As Forças de Defesa e Segurança da República Popular de Moçambique nascem das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Nasceram dos heróis que aceitaram todos os sacrifícios, incluindo o da própria vida, para que o nosso País fosse independente.

Nasceram do sangue vertido pelos melhores filhos do Povo Moçambicano, para que a nossa Pátria fosse libertada.

As Forças de Defesa e Segurança são as herdeiras directas das heróicas tradições combativas das FPLM, das gloriosas tradições revolucionárias do Povo Moçambicano.

Já após a proclamação da independência nacional, as Forças de Defesa e Segurança deram-nos exemplos de dedicação e de heroísmo que mostram que elas são de facto as continuadoras das tradições da Luta Armada de Libertação Nacional.

Com o apoio de todo o Povo, as nossas Forças de Defesa e Segurança enfrentaram e derrotaram no terreno, os racistas rodesianos de cada vez que eles nos agrediram.

Com o apoio de todo o Povo, as nossas Forças de Defesa e Segurança continuam hoje a enfrentar, e a infligir derrotas aos bandos armados, que são um prolongamento do exército racista sul-africano.

Com o apoio de todo o Povo, as Forças de Defesa e Segurança têm detectado e neutralizado numerosas acções do inimigo interno e externo, como: agressões, sabotagens, subversão, espionagem, infiltrações, boatos, tentativas de desestabilização.

No combate contra essas acções do inimigo, numerosos elementos das Forças de Defesa e Segurança — soldados, oficiais das Forças Armadas, milicianos, membros da PPM, elementos do SNASP — aceitaram o sacrifício supremo, o da própria vida, para impedir que o inimigo atingisse os seus objectivos.

Rendemos aqui homenagem a esses heróis vivos ou mortos, que souberam constituir barreira para que o inimigo não entrasse que souberam ser fertilizadores da iniciativa e da energia do Povo que souberam ser fermento da Revolução.

Saudamos as Forças de Defesa e Segurança porque souberam analisar correctamente os problemas que vivem e desencadear a Ofensiva no seu seio.

Por isso orgulhamo-nos das nossas Forças de Defesa e Segurança. E por isso mesmo não podemos ter contemplos contra aquele punhado que, com as suas acções criminosas mancha o prestígio das nossas Forças.

As nossas Forças de Defesa e Segurança sairão desta batalha, desta Ofensiva, ainda mais fortes, ainda mais prestigiadas, ainda mais combativas, ainda mais eficientes, porque terão purificado as suas fileiras, porque terão reforçado a sua unidade íntima com o Povo, porque terão corrigido erros e desvios e aperfeiçoado os seus métodos de trabalho e de organização.

Disemos que temos de criar novos Natchin-gweas, os novos centros de preparação político-militar, onde formaremos os nossos soldados, onde todos os jovens de todo o País, se formarão na grande escola da Unidade Nacional.

Construir estes centros não é uma tarefa apenas das Forças de Defesa e Segurança. Queremos apelar para que todo o Povo participe nesta tarefa. Porque estes centros destinam-se a formar os nossos filhos, a torná-los cidadãos conscientes, construtores da nossa Pátria, do nosso futuro.

Utilizaremos, para a construção dos centros de preparação político-militar, dinheiro resultante das contribuições populares para o reforço da nossa Capacidade Defensiva.

Mas queremos também apelar aos trabalhadores, e em especial à Juventude, para que formem brigadas de voluntários para realizarem esta tarefa.

Precisamos de engenheiros, arquitectos, carpinteiros, electricistas, pedreiros, pintores, canalizadores, técnicos agrícolas.

O Partido e as Organizações Democráticas de Massas, enquadrarão a participação dos voluntários para esta tarefa patriótica.

Estamos conscientes de que o inimigo tentará desvirtuar o sentimento desta Ofensiva, tentará virá-la contra nós, tentará utilizá-la para nos enfraquecer. Mas estaremos todos vigilantes contra essas tentativas. Saberemos neutralizá-las e puni-las severamente.

O nosso Povo, do Rovuma ao Maputo, está engajado na grandiosa batalha que nos permitirá liquidar o subdesenvolvimento nesta década.

Temos o Plano Prospectivo Indicativo — o PPI — que define as grandes metas que devemos alcançar nestes dez anos.

Temos os Planos Estatais Centrais, que concretizam as tarefas a realizar em cada ano; temos acima de tudo a Direcção correcta do nosso Partido e a determinação invencível do nosso Povo, povo generoso, povo trabalhador, povo corajoso.

A batalha da década exige paz, exige tranquilidade, exige segurança, exige legalidade. Por isso é tão importante o papel que desempenham nessa batalha as Forças de Defesa e Segurança.

Em primeiro lugar elas devem assegurar as condições para que o Povo realize em tranquilidade, em segurança, as grandes tarefas económicas; em segundo lugar as Forças de Defesa e Segurança devem participar directamente através do seu potencial humano, através dos meios técnicos de que

dispõem, nas tarefas da luta contra o subdesenvolvimento. A Ofensiva da Legalidade não está por isso desligada da Ofensiva mais geral, desencadeada no ano passado pelo nosso Partido. Ela é parte dessa Ofensiva, ela insere-se no combate generalizado: contra o inimigo infiltrado nas nossas fileiras, contra os valores das sociedades colonial-capitalista e tribal-feudal, contra os nossos próprios erros e insuficiências.

Estamos certos de que sairemos vitoriosos de mais esta batalha.

Estamos certos de que venceremos o subdesenvolvimento.

Estamos certos de que construiremos o Socialismo.

A LUTA CONTINUA!

